



Secretaria de Coordenação e Planejamento
Fundação de Economia e Estatística



**evolução
das desigualdades
inter-regionais de
renda interna no
rio grande do sul
1939 - 70**

José Antonio Fialho Alonso

2ª IMPRESSÃO

PORTO ALEGRE, RS - N.9 - DEZEMBRO 1986



SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

evolução das desigualdades inter-regionais de renda interna no rio grande do sul 1939 - 70

José Antonio Fialho Alonso

2ª IMPRESSÃO

PORTO ALEGRE, RS – N.9 – DEZEMBRO 1986

A454 Alonso, José Antonio . . . ho

Evolução das desigualdades inter-regionais de renda interna no Rio Grande do Sul: 1939-70.

161p. ilust. (Teses, 9)

1. Renda interna. 2. Título.

CDU 339.32(816.5)"1939/1970"



Tiragem: 150 exemplares

Toda a correspondência para esta publicação deverá ser endereçada à:

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Rua Gen. Vitorino, 77 – 2ª andar

90.020 – Porto Alegre – RS



**O RIO GRANDE SOMOS NÓS.
FAÇA A SUA PARTE.**

GOVERNO JAIR SOARES

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores, colegas e à coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia pelo constante apoio e estímulo durante a realização do Curso e deste trabalho e, em particular, à dedicada orientação do Prof. David C. Garlow, bem como à leitura, críticas e sugestões do Econ. Pedro Silveira Bandeira. Ambos estão isentos dos muitos equívocos que permanecem no texto e que são da minha inteira responsabilidade. Um agradecimento especial à Universidade Federal de Santa Maria, que permitiu a obtenção dos créditos na parte teórica do Curso, e à Fundação de Economia e Estatística, que patrocinou a elaboração desta dissertação. Gostaria de agradecer também à dedicação de Arnildo Konzen do serviço de computação do IEPE, à Márcia Barbosa pelo empenho na datilografia do texto e à Valesca Marques Casa Nova pela especial atenção na cansativa tarefa de conferência dos originais deste trabalho. Finalmente, um especial agradecimento à Leonora Lund pela dedicação e orientação na apresentação formal deste trabalho.

*Para Loar, Maria Paula, André
e Maria Gabriela.*

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	9
1.1 – O problema de pesquisa	10
1.2 – Objetivos	12
1.3 – Hipóteses	13
1.4 – Metodologia	13
2 – MARCOS DE REFERÊNCIA CONCEITUAIS	17
2.1 – A questão da regionalização	17
2.2 – A regionalização do Rio Grande do Sul	21
3 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	29
3.1 – Modelo neoclássico	30
3.2 – Modelo sobre o aproveitamento dos recursos naturais no espaço	34
3.3 – Teoria do dualismo estrutural	35
3.4 – Teoria do colonialismo interno	36
3.5 – Teoria da causação circular acumulativa	43
4 – AS ESTIMATIVAS DE RENDA INTERNA	47
4.1 – Em torno de alguns conceitos	47
4.2 – Os modelos de avaliação da renda	49
4.3 – A renda interna microrregional	72
5 – A EVOLUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS NO RIO GRANDE DO SUL	81
5.1 – Aspectos gerais da economia gaúcha até 1939	81
5.2 – A disparidade inter-regional da renda interna no Rio Grande do Sul e no Brasil: uma comparação	87
5.3 – A disparidade inter-regional da renda interna no Rio Grande do Sul	92
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
APÊNDICE	127
ANEXO ESTATÍSTICO	145
BIBLIOGRAFIA	157
ABSTRACT	161

RESUMO

Este estudo tem como tema central a evolução das disparidades inter-regionais de renda no Rio Grande do Sul, no período 1939-70.

O primeiro capítulo está dividido em quatro partes onde estão contidos o problema de pesquisa, os objetivos e as razões que justificaram o seu desenvolvimento, além da metodologia utilizada para o cálculo das desigualdades.

O segundo capítulo consiste numa discussão sobre a questão da regionalização e do sistema de regiões adotado para o Rio Grande do Sul.

No terceiro capítulo são apresentadas e discutidas as teorias que tratam do tema das desigualdades de renda entre as regiões.

No quarto capítulo são discutidos alguns tópicos sobre a contabilidade da renda e apresentada a metodologia usada para estimar a renda interna microrregional.

O quinto capítulo está constituído de três seções. Na primeira é descrito em linhas gerais o modo de ocupação territorial e o tipo de desenvolvimento ocorrido no Rio Grande do Sul desde os primeiros tempos até 1939. Na segunda é feita uma comparação entre a evolução das desigualdades no Estado e no País. A última seção contém uma análise da evolução das disparidades de renda regional no Rio Grande do Sul.

No capítulo final é feito um resumo do trabalho e alguns comentários sobre as principais constatações a que se pode chegar ao longo do estudo:

A presente dissertação, orientada pelo Prof. David. C. Garlow, foi defendida no Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para a obtenção do título de Mestre em Economia, no dia 25 de maio de 1983.

A banca examinadora foi composta pelos professores Leodegar Jost — presidente da banca —, Nali de Jesus e Souza, e David C. Garlow.

1 – INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste num estudo exploratório sobre a evolução das desigualdades econômicas regionais no Rio Grande do Sul, no período 1939-70. A preocupação maior é estimar a renda, medir o grau de desigualdade inter-regional em quatro anos do período, verificar a sua evolução e tentar explicar as causas ou identificar fatores que são responsáveis pelo quadro de disparidades regionais na economia gaúcha.

Neste texto, as diferenças econômicas inter-regionais serão denominadas "desigualdades regionais", "desníveis regionais" ou "disparidades regionais" indistintamente. O termo "desequilíbrio" regional, usualmente adotado em grande parte da literatura sobre este assunto, não será aqui usado por se julgar inadequado¹ a questões dessa natureza.

O trabalho divide-se em seis capítulos. No primeiro, expõe-se o problema de pesquisa escolhido, os objetivos, as hipóteses que norteiam o trabalho e a metodologia de investigação.

No segundo capítulo, estuda-se alguns marcos conceituais que servem de referência a um trabalho de economia regional dessa natureza, especialmente a questão da regionalização.

No terceiro capítulo, é apresentada uma revisão da literatura que trata da questão das disparidades inter-regionais de renda. A revisão consta da exposição e da discussão das teorias sobre o assunto numa tentativa de aproximá-las, na medida do possível, ao estudo das disparidades num estado regional do tipo Rio Grande do Sul.

¹ Sobre a inadequação do uso do termo "desequilíbrio" para economias capitalistas subdesenvolvidas veja:

MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro, Saga, 1968. p.33.

ROFMAN, Alejandro. *Desigualdades regionales y concentración económica: el caso argentino*. Buenos Aires, Siap, 1974. p. 65-71.

No quarto capítulo são discutidos os modelos utilizados para estimar a renda interna regional, bem como se apresenta os resultados numéricos de tais estimativas.

O quinto capítulo analisa, com base no material desenvolvido nos capítulos anteriores, a evolução dos desníveis regionais no Rio Grande do Sul. Primeiro, são estudados alguns aspectos histórico-econômicos da ocupação territorial do Estado, com a finalidade de ligar o período 1939-70 ao período anterior, o qual abriga as raízes de quase todas as transformações da economia rio-grandense. Em seguida, são apresentados os indicadores da evolução numérica das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul e uma tentativa de explicar suas causas.

Finalmente, o sexto capítulo é constituído de um resumo e algumas constatações obtidas ao longo da análise proposta.

1.1 — O problema de pesquisa

A preocupação em estudar a forma como o desenvolvimento econômico e social se processa em vários países tem levado os cientistas sociais a vários tipos de abordagem. Um tipo de abordagem que se tornou frequente nas últimas décadas é o exame das formas como vêm-se distribuindo no espaço as atividades econômicas e os resultados delas decorrentes. Neste sentido, os primeiros trabalhos tiveram como dimensão espacial comparativa países e até mesmo continentes. O crescente interesse pelo assunto levou os estudiosos a investigarem o tema no interior dos territórios nacionais, isto é, considerando as regiões ou subespaços dos países. Em todos esses trabalhos, sempre houve algo em comum em suas conclusões, é o fato de o crescimento não se processar de maneira uniforme em todos os pontos do território, independentemente do nível de desenvolvimento de cada área estudada, isto é, sejam países ricos ou pobres. Assim sendo, as desigualdades regionais são inerentes a qualquer economia de mercado, o que varia entre as diversas áreas é a intensidade do fenômeno.

A condição de país periférico no contexto internacional tem proporcionado à economia brasileira um desenvolvimento industrial retardado em relação às nações mais avançadas, resultando um quadro onde con-

vivem setores que alguns denominam modernos² e outros considerados atrasados, cujas características são o oposto das apontadas para as atividades modernas. Esta situação é visível em qualquer classificação que se fizer das atividades econômicas, seja setorial (primário, secundário e terciário), seja segundo o critério domiciliar (urbano e rural).

Sob o ponto de vista espacial, o reflexo dessa situação gera um quadro de desigualdades econômicas e sociais entre os diversos subespaços ou regiões do País. Essas desigualdades estão consubstanciadas em acentuada concentração de recursos em alguns pontos do território, fazendo com que essas poucas regiões drenem parte do excedente gerado em outras áreas, geralmente recrudescendo as desigualdades.³

A economia do Rio Grande do Sul constitui parte dependente da economia brasileira e, como tal, tem-se adaptado a todos os movimentos ocorridos a nível nacional, especialmente originados na região hegemônica (eixo Rio de Janeiro/São Paulo). Esta forte ligação com a economia nacional leva a que se reproduza no território gaúcho fenômeno semelhante no que diz respeito à configuração espacial do desenvolvimento. Assim sendo, as transformações por que passou a economia nacional, nas últimas décadas, tiveram reflexos nas economias dos estados periféricos.

O processo de adaptação da economia gaúcha aos movimentos do todo nacional certamente tem embutido em seu conteúdo os elementos que fazem com que, no interior do território do Rio Grande do Sul, algumas sub-regiões se desenvolvam mais do que outras. Essa dinâmica tem como resultado um quadro de disparidades econômicas entre os subespaços do

² Os setores modernos operariam com tecnologia avançada para o país, mas inferior à utilizada nos países desenvolvidos de onde é importada e com alta densidade de capital, fazendo parte primordialmente de alguns segmentos da indústria de transformação considerados de ponta na economia e, em menor número, da agricultura e dos serviços. Essa conceituação faz parte da abordagem dualista estruturalista sobre a questão das disparidades.

³ Vários autores têm estudado a questão das desigualdades econômicas regionais no Brasil: Baer (1964), Williamson (1965), Graham (1969), Leff (1972), Dickenson (1972), Gauthier e Semple (1972), Denslow (1973), Haddad e Andrade (1974), Rezende e Silva (1974), Dantas (1974), Redwood III (1976), Baer e Gaiger (1976), Bandeira e Piantá (1978), Galvão (1979), entre outros.

Rio Grande do Sul. É a evolução deste quadro de disparidades econômicas que constitui o problema de pesquisa que se quer estudar. O trabalho consistirá de uma avaliação quantitativa dos desníveis regionais de renda, uma análise da evolução deste fenômeno no período 1939-70 e uma tentativa de explicar as causas mais próximas do mesmo.

O período compreendido entre 1939 e 1970 foi escolhido por estarem contidas em sua amplitude fases de grandes transformações, tanto na economia nacional quanto na do Estado do Rio Grande do Sul.

1.2 – Objetivos

O objetivo mais amplo deste estudo é analisar a evolução e as prováveis causas das desigualdades econômicas regionais no Rio Grande do Sul, no período 1939-70.

Os objetivos específicos são:

a) definir um sistema de regiões comparáveis nos anos de 1939, 1949, 1959 e 1970, tendo em vista os problemas causados pela criação de novos municípios durante o período, fato que impede a comparação direta dos dados dos diversos censos a nível sub-regional⁴;

b) estimar a renda interna para cada sub-região nos anos considerados em a;

c) calcular os coeficientes de desigualdades de renda interna para cada ano considerado;

d) analisar a evolução das disparidades e os fatores que determinaram as variações destes coeficientes ao longo do período.

⁴ Neste trabalho, os termos sub-região, região, microrregião, microrregião comparável, área e zona serão usados indistintamente para denominar uma unidade da regionalização a ser utilizada para o Rio Grande do Sul, embora se reconheça as diversas interpretações que são dadas a estas denominações e que ocasionaram um intenso debate acadêmico.

1.3 – Hipóteses

O fenômeno da desigualdade inter-regional de renda é inerente a qualquer processo de desenvolvimento, especialmente quando se trata de uma economia subdesenvolvida que experimenta intensas transformações em alguns setores econômicos, como é o caso do Brasil, em geral, e do Rio Grande do Sul, em particular. Isto posto, interessa estudar o comportamento do grau de desigualdade inter-regional de renda no período 1939-70.

Neste sentido, a hipótese central do trabalho é: a desigualdade inter-regional de renda tem-se acentuado no período a ser estudado, a despeito do relativo desenvolvimento ocorrido na economia gaúcha. Tal posição se baseia na idéia de que as várias regiões do Estado se articulam de forma diferenciada ao crescimento das economias brasileira e gaúcha.

Na mesma linha de raciocínio, pode-se supor também que a microrregião de Porto Alegre tenha aumentado a desigualdade de renda entre si e as demais microrregiões devido à tendência à concentração das atividades industriais em alguns pontos do território gaúcho.

Tendo em vista que a economia do Rio Grande do Sul é parte (dependente) da economia nacional, provavelmente seu quadro de desigualdade inter-regional acompanha a evolução do mesmo fenômeno ao nível do País.

1.4 – Metodologia

O estudo será desenvolvido através de exame dos dados de renda interna e população – desagregados espacialmente ao nível de microrregiões homogêneas – e de coeficientes de desigualdades regionais na tentativa de caracterizar e explicar as causas da evolução dos desníveis econômicos no Rio Grande do Sul.

As fontes de informações a serem usadas neste estudo são:

a) Censos econômicos e demográficos do IBGE relativos aos anos de 1939, 1940, 1949, 1950, 1959, 1960 e 1970;

b) Dados de renda interna publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em encartes especiais através da Revista Conjuntura Econômica de set./71 e jul./77.

O uso eventual de dados de outras fontes será citado na ocasião.

A mensuração do nível das desigualdades regionais será realizada mediante o uso dos mesmos coeficientes utilizados por Williamson em seu clássico trabalho⁵. Segundo este autor, uma medida de desigualdade pode ser obtida por⁶:

$$v_w = \frac{\sqrt{\sum_{i=1}^n (RI_{pc,i} - RI_{pc,E})^2 \frac{P_i}{P_E}}}{RI_{pc,E}}$$

onde,

$RI_{pc,i}$ = renda interna "per capita" da i-ésima microrregião

$RI_{pc,E}$ = renda interna "per capita" do estado

P_i = população da i-ésima microrregião

P_E = população do estado

$$v_{uw} = \frac{\sqrt{\sum_{i=1}^n (RI_{pc,i} - RI_{pc,E})^2}}{N \cdot RI_{pc,E}}$$

e onde,

N = número de microrregiões

⁵ WILLIAMSON, J. G. Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento nacional: descrição de padrões. In: SCHWARTZMAN, J., org. *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977. p. 53-116.

⁶ O modelo original de Williamson sofreu adaptações na denominação das variáveis, a fim de adequá-lo a este trabalho.

O coeficiente V_w é um indicador ponderado de variação que mede a dispersão dos níveis de renda interna "per capita" regional relativamente à média estadual, neste caso, sendo cada desvio regional ponderado pela participação da respectiva região na população do Estado. Assim, quanto maior for V_w , maior será o diferencial da renda geográfica. V_w é um coeficiente de variação não-ponderado das rendas internas "per capita".

Será usada ainda a medida M_w , dada porque

$$M_w = \frac{\sum_{i=1}^n |RI_{pc,i} - RI_{pc,E}| \frac{P_i}{P_E}}{RI_{pc,E}} \cdot 100$$

é análoga a V_w , diferindo desta apenas por considerar os desvios absolutos em relação à renda média, ao invés do quadrado dos desvios. Trata-se de uma medida alternativa que serve para testar os resultados de V_w , pois este, ao elevar ao quadrado as diferenças, pode tornar-se desnecessariamente sensível aos poucos desvios extremos da renda interna "per capita" regional.

As medidas de desigualdade concebidas por Williamson têm algumas limitações, em razão das quais não são capazes de revelar todas as facetas envolvidas na questão das disparidades regionais, na medida em que trabalham com a renda "per capita" regional. A suposição de que a renda por habitante expresse o nível de bem-estar envolve um certo risco para os coeficientes, que podem ser afetados negativamente em períodos de fortes migrações, além do fato conhecido de que este indicador não expressa a distribuição interpessoal da renda. A despeito disso, esses coeficientes têm sido largamente utilizados em estudos dessa natureza, até mesmo pela escassez de outros que possam substituí-los.

2 – MARCOS DE REFERÊNCIA CONCEITUAIS

2.1 – A questão da regionalização

A questão da regionalização, ou da forma como a economia nacional pode ser subdividida em um sistema de regiões, apresenta-se como um pré-requisito essencial para o estudo dos fenômenos econômicos regionais. Mas esse problema é tão relevante quanto complicado, o que exige do economista grande esforço de reflexão no sentido de solucioná-lo.

Segundo Richardson¹, apesar da complexidade que o problema da regionalização envolve, há três formas de enfrentá-lo:

a) se o interesse do analista se concentra na pesquisa empírica, ele pode não ter outra escolha a não ser trabalhar com as regiões administrativas adotadas pelos órgãos governamentais, pois os dados são disponíveis em relação às regiões reconhecidas oficialmente;

b) quando a preocupação do investigador é com a teoria ou com a análise conceitual, ele pode adotar um enfoque de equilíbrio geral Walrasiano, considerando o país como se constituindo de uma economia em um só ponto e dividi-lo arbitrariamente em tantas regiões quantas forem necessárias para seu trabalho, independentemente do fator espaço;

c) por último, se o pesquisador estiver preocupado com a análise do espaço como fator que afeta as atividades econômicas, mais do que pelas decisões governamentais de política regional, ele pode ignorar o conceito de região e referir-se ao conceito muito mais neutro de espaço.

Sobre o mesmo assunto, Geiger² diz que o problema da regionalização não deve-se referir à simples identificação de espaços diferencia-

¹ RICHARDSON, Harry W. *Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. p. 221-8.

² GEIGER, Pedro Pinchas. Divisão regional e problema regional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 32(2):159-60, abr./jun. 1970.

dos no país, mas também à observação dos mecanismos que interligam e dão evolução a esses espaços na estruturação de um sistema nacional regionalizado. Em outras palavras, não basta definir áreas distintas pela homogeneidade, centralidade ou pela direção e intensidade dos fluxos dos bens e serviços. É necessário alcançar o significado desses elementos como expressão espacial do processo sócio-econômico do país, através da qualificação dos espaços regionais que integram.

Ainda sobre a mesma questão, Hilhorst³ argumenta que existem vários procedimentos para o delineamento das regiões, e cada técnica a ser utilizada dependerá do objetivo, do critério adotado para a regionalização e das informações disponíveis.

Cabe ainda discutir duas restrições que se apresentam em qualquer delineamento regional. A primeira é a ambigüidade decorrente do fato de que o tamanho de uma região pode variar desde um pequeno centro populacional e seus arredores até uma grande sub-região dentro de um continente. Os dois extremos são possíveis diante de conjuntos diferentes de condições. Na verdade, é possível afirmar que qualquer extensão considerável de terra pode ser organizada em um sistema hierárquico de regiões de diferentes tamanhos, no qual cada região de determinada ordem engloba certo número de regiões menores de ordem inferior. Portanto, dependendo da finalidade da pesquisa, é possível escolher como base para o estudo uma ordem que contenha dez ou cem regiões⁴. Nestas condições, toda a análise subsequente será baseada no pressuposto de que o sistema de regiões considerado como um todo é uma economia nacional sujeita ao mesmo sistema legal, à mesma estrutura institucional e condicionada por um razoável grau de integração econômica.

A segunda restrição tem origem na questão da contigüidade. Ao dividir a economia nacional em regiões, todo o território do país deve fazer parte de uma ou de outra região. Caso isto não venha a ocorrer, as inter-relações entre o todo nacional e as partes, provavelmente, fi-

³ HILHORST, Jos G. M. *Planejamento regional: enfoque sobre sistemas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. p. 83-108.

⁴ Por exemplo, se a análise regional está sendo empreendida como um insumo ao processo de planejamento físico, provavelmente os planejadores desejaram trabalhar com o maior número de regiões possível.

carão distorcidas. Esse condicionamento com relação às fronteiras regionais refere-se aos espaços no interior de cada região, da mesma forma que aos espaços entre elas.

Em função dessas restrições, existem várias abordagens para definir regiões. Teoricamente, todas as abordagens têm sido reunidas em três classes de regiões: a região homogênea, a região polarizada e a região de planejamento.

O conceito mais antigo é o de região homogênea e baseia-se na idéia de que as unidades espaciais separadas podem ser reunidas, porque contêm determinadas características uniformes. Geralmente, estas características uniformes se referem à estrutura de produção, aos padrões de consumo e distribuição da força de trabalho, a fatores geográficos como a ubiquidade de determinado recurso natural ou topografia e clima semelhantes. Há ainda características não econômicas como atitudes sociais uniformes ou concepção política semelhante.

Mais difícil do que conceituar a região homogênea é a tarefa de delimitá-la geograficamente. Existem certas áreas que, em alguns aspectos, parecem semelhantes a uma região, mas, considerando outros, mostram traços que se aproximam mais de uma região vizinha. Esta é uma razão para que os limites tendam a ser equívocos e arbitrários.

No caso das regiões polarizadas ou nodais, a característica fundamental é a heterogeneidade, isto é, a ênfase é colocada na interdependência dos diferentes componentes no interior da região e não nas relações inter-regionais entre regiões homogêneas. Neste tipo de região, os componentes estão intimamente relacionados uns aos outros funcionalmente. As conexões entre esses componentes são claramente visíveis nos fenômenos dos fluxos de população, bens e serviços, comunicações e tráfego. Os fluxos não ocorrem com intensidades uniformes, nem aleatoriamente, sendo que os mais importantes tendem a se concentrar nas direções de alguns poucos centros dominantes. Está claro, pois, que a ênfase nos nódulos ou pólos, inevitavelmente, desvia a atenção da delimitação das fronteiras regionais para o centro da região.

Apesar disso, os limites da região polarizada podem ser definidos, ainda que com certa dose de arbitrariedade, pela observação da intensidade e direcionamento dos fluxos. Assim sendo, onde os fluxos caem abaixo de determinada densidade arbitrariamente definida, obtém-se uma indicação aproximada do limite regional.

Segundo Richardson⁵, os estudos da intensidade e orientação dos fluxos de polarização podem ser feitos de várias maneiras: o tráfego relativo dos bens distribuídos por atacado e varejo em diferentes partes da área de comércio; o tráfego intra-regional de passageiros; as densidades das comunicações telefônicas e das áreas de distribuição de jornais; as relações financeiras; os domicílios originais dos estudantes; a área abrangida por serviços sociais localizados centralmente; e áreas de atração de mão-de-obra e padrões de deslocamento para o trabalho. As densidades dos fluxos podem servir como indicador para definir os nódulos dominantes, pois a densidade da maioria dos fluxos será maior entre o pólo dominante e qualquer centro populacional dentro da região do que entre este último e qualquer outro centro.

Um terceiro conceito de região é o de região de planejamento⁶. Geralmente este tipo de região é definido em função das necessidades geradas por um processo de tomada de decisões, isto é, a implementação de uma política regional exige uma capacidade de atuação que, na maioria dos casos, está nas mãos dos governos. Neste caso, pode-se afirmar, então, que este tipo de região precisa ser definida como jurisdição política de vários tamanhos e níveis, pois um sistema de programação deve ser suficientemente flexível para funcionar diante de jurisdições que se superpõem. Apesar da flexibilidade, as regiões de planejamento podem ser tanto bem como mal delimitadas. Se no mundo real existem regiões concretas, no sentido de serem formadas pela influência de forças econômicas, então pode-se propor que as regiões de planejamento sejam adaptadas até o ponto em que se conformem aos limites das regiões naturais. Se, por outro lado, estas regiões são definidas indiscriminadamente sem levar em consideração as relações funcionais entre as distintas unidades espaciais — de modo que sejam incluídas na região de programação subespaços que têm um grau mais elevado de interdependência com nódulos externos à região —, então as propostas de planejamento correm o risco de se tornarem ineficazes. Finalizando, resta abordar a questão das in-

⁵ RICHARDSON, op. cit., nota 1, cap. 2, p. 225.

⁶ Denominada indistintamente por alguns autores de região plano, região de programação e região piloto.

formações e dados estatísticos que a formulação de políticas requer. Na medida em que esses dados forem colhidos com base regional sem levar em conta as sub-regiões componentes da região, a única alternativa válida, para fins de planejamento, serão as regiões administrativas.

Após a discussão dos conceitos fundamentais que envolvem o problema da regionalização, passamos a estudar o sistema de regiões a ser adotado neste trabalho.

2.2 – A regionalização do Rio Grande do Sul

Para que se possa estudar a evolução das disparidades regionais de um território, no caso o Rio Grande do Sul, é necessário que se disponha de um sistema estável de sub-regiões, isto é, áreas geográficas que guardem o mesmo delineamento ao longo do período que se quer observar o fenômeno.

Numa abordagem geral sobre a distribuição das atividades econômicas no espaço geográfico rio-grandense, verifica-se claramente que há sub-regiões que se especializaram em função de algumas atividades predominantes. Neste sentido, se poderia definir uma região denominada "campanha", cuja base econômica é a atividade pecuária – bovinocultura – e, complementarmente, a cultura do arroz, desenvolvidas em médias e grandes propriedades. Outra região tem como atividade motora a lavoura, dita empresarial, de trigo e soja. Uma outra área bem caracterizada é a que tem como base econômica a atividade agropecuária em pequenas e médias propriedades, denominada região de produção colonial. Finalmente a região "pólo", distinta dessas, denominada metropolitana que tem sua base econômica calcada em atividades eminentemente urbanas – indústria e serviços. A partir destas especializações, se poderia construir um esquema regional para o Rio Grande do Sul, no entanto a definição das fronteiras dessas regiões envolveria um trabalho de fôlego considerável, o que não seria possível num estudo deste tipo. Além disso, deve ser considerado que essas fronteiras tendem a se alterar em períodos históricos relativamente curtos, o que inegavelmente constitui um risco e uma restrição ao seu uso, especialmente em fases de rápidas transformações da economia.

A solução então é trabalhar com algum esquema de regionalização já

definido para o Rio Grande do Sul. Existem alguns trabalhos neste sentido, entre os quais podem ser citados:

a) estudo desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Regional e Obras Públicas(SDO)⁷ com a finalidade de definir a estrutura espacial do Rio Grande do Sul, para fins de programação regional, segundo os princípios da centralidade urbana;

b) estudo promovido pelo INCRA⁸ com o objetivo de obter regiões no Rio Grande do Sul para fins de programação agropecuária. A regionalização foi definida mediante o estudo da capacidade de uso dos recursos naturais, da estrutura fundiária e do uso atual da terra;

c) o sistema regional concebido pela Fundação IBGE para fins de organização das informações censitárias denominado microrregiões homogêneas.

Examinando esses sistemas de regiões propostos para o Rio Grande do Sul, e considerando a finalidade deste trabalho, optou-se pelas microrregiões homogêneas da Fundação IBGE. Há duas razões que nos conduziram a esta escolha. A primeira é a concordância que temos com Richardson a respeito da pesquisa empírica de problemas regionais, como é o caso deste estudo. Assim, propõe-se o aproveitamento dos limites administrativos governamentais, pois geralmente, os dados são disponíveis em relação às regiões (municípios) reconhecidas oficialmente. A segunda refere-se ao fato de que o próprio conceito de regiões homogêneas pressupõe a especialização regional como um dos atributos da homogeneidade. Ora, esta é uma das características de grande parte das sub-regiões que compõe o Rio Grande do Sul, aspecto já discutido nesta mesma seção.

No entanto a adoção do sistema regionalizado do IBGE não exclui a necessidade de se proceder a alguns ajustes no mesmo, a fim de que se obtenha um conjunto de subespaços comparáveis nos anos que se quer observar. O referido ajuste se faz necessário porque o IBGE adotou o sis-

⁷ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Regional e Obras Públicas. *Proposição de organização territorial do Estado para fins de programação regional e urbana*. Porto Alegre, 1974. 188p.

⁸ INCRA. *Levantamento e avaliação de recursos naturais, sócio-econômicos e institucionais do Rio Grande do Sul*. Brasília, 1973. v. 1.

tema de microrregiões homogêneas a partir de 1970, sendo que nos anos de 1939, 1949 e 1959 o sistema era o das regiões fisiográficas, definidas segundo critérios distintos dos usados para as homogêneas. Além disso, o território foi bastante parcelado no período 1939-70 mediante a criação de novos municípios⁹.

A obtenção das microrregiões comparáveis foi feita a partir de dois procedimentos. O primeiro consistiu em construir as 24 microrregiões homogêneas de 1970 para os anos de 1949, 1959 e 1939. Para tanto, foi utilizado um estudo¹⁰ contendo a origem territorial da maior parte dos municípios criados entre 1939-70 e, a partir daí, construídas as regiões para os anos que se desejava¹¹. Nesse processo, no entanto, ocorreram dificuldades em oito microrregiões¹², decorrentes principalmente, de um lado, do desconhecimento da origem espacial exata de alguns municípios e, de outro, porque algumas municipalidades ficaram em microrregiões distintas daquelas nas quais foram localizados os municípios que lhes deram origem¹³. Ora, este tipo de desajuste certamente provocaria uma distorção dos resultados das medidas das desigualdades regionais. Por tal razão, procedeu-se uma redefinição geográfica dessas microrregiões com a finalidade de minimizar os efeitos desses problemas nos resultados do trabalho.

⁹ Em 1939, o Rio Grande do Sul possuía 88 municípios, passando a ter 92 em 1949. O grande salto foi dado nos 20 anos seguintes, fazendo com que o número se elevasse para 150 em 1959 e 232 municípios em 1970.

¹⁰ Trabalho realizado por Valesca Marques Casa Nova na Fundação de Economia e Estatística, em 1979 (não publicado). Alguns municípios não tiveram sua origem identificada por este trabalho, embora esta identificação fosse possível. Isto no entanto, exigiria uma extensa pesquisa dos atos legislativos que criaram os mesmos, tarefa que estaria além das possibilidades deste estudo.

¹¹ A este respeito consultar a relação das microrregiões homogêneas comparáveis e respectivos municípios contida no Apêndice deste trabalho.

¹² As microrregiões são: 312-Colonial do Alto Taquari; 314-Funcultora de Santa Cruz do Sul; 317-Lagoa dos Patos; 324-Colonial de Santa Rosa; 325-Colonial de Iraí; 326-Colonial de Erechim; 327-Colonial de Ijuí; 329-Colonial do Alto Jacuí.

¹³ Um exemplo explica melhor esta questão: Cacique Doble, em 1970, pertencia à microrregião 326-Colonial de Erechim. No entanto, em 1949 e 1939, esse município era distrito de Lagoa Vermelha, que em 1970 ficou localizado na microrregião 331-Campos de Vacaria.

O critério utilizado para proceder o redelineamento das microrregiões esteve baseado na comparação do peso relativo da população, em 1970, de cada município na microrregião onde está localizado com o peso correspondente na microrregião onde o município se originou¹⁴. Nessas condições, cada microrregião que apresentou dificuldades de ser reconstituída em 1959, 1949 e 1939 foi tratada da seguinte maneira:

a) microrregião 312-Colonial do Alto Taquari – foi agregada à microrregião 313-Colonial do Baixo Taquari, formando a microrregião 312. 313-Colonial do Vale do Taquari para efeito deste trabalho. Além disso, desmembrou-se o município de Fontoura Xavier (312), agregando-o à microrregião 330-Soledade. Desta forma, se estará reduzindo um erro de 39,7%¹⁵ na microrregião 312 e de 9,8% na microrregião 313, por um erro de 4,9% que persistirá na fusão de ambas;

b) microrregião 314-Fumicultora de Santa Cruz do Sul e microrregião 327-Colonial de Ijuí – apesar destas microrregiões apresentarem problemas, decidiu-se deixá-las individualmente sem nenhuma modificação, pois elas não melhorariam, consideravelmente a situação devido à dificuldade de remanejamento de municípios ou outra alternativa qualquer;

c) microrregião 317-Lagoa dos Patos – esta sub-região apresenta dois municípios com problemas (Dom Feliciano e Pedro Osório) que representam, em termos de população da área, apenas 7,2%, mas Pedro Osório apresentava 22,6% da população da microrregião 319-Lagoa Mirim, de onde se originou. Por esta razão, decidiu-se desmembrar este município e agregá-lo à microrregião de origem;

¹⁴ Por exemplo, o município de Fontoura Xavier está localizado na microrregião 312-Colonial do Alto Taquari e representava, em 1970, 11,2% da população desta área. Mas, esse município, em 1959, 1949 e 1939, estava localizado numa área que em 1970 está contida na microrregião 330-Soledade, onde representa 15,6% da população. Desmembrando Fontoura Xavier da microrregião 312 e agregando-a na 330, espera-se estar reduzindo o erro em 11,2% na 312 e 15,6% na 330. Para tanto, supõe-se que população e atividades econômicas estejam altamente correlacionadas entre si.

¹⁵ O erro decorria do fato de que o município de David Canabarro pertencia à microrregião 328-Passo Fundo, o de Fontoura Xavier à microrregião 330-Soledade e o de Bom Retiro do Sul à microrregião 315-Vale do Jacuí.

d) microrregião 324-Colonial de Santa Rosa—esta sub-região apresenta problemas em nove municípios que representavam, em 1970, 26,5% da população total da área. Há cinco municípios cuja origem não foi identificada no trabalho anteriormente referido, portanto um problema insolúvel no âmbito deste estudo (eles representavam 12,5% da população total). Os outros quatro municípios representavam 14% da população desta microrregião e 27,2% da população da microrregião 323-Colonial das Missões, de onde se originaram. A solução adotada foi desmembrar desta microrregião os municípios de Cerro Largo, Guarani das Missões, Porto Xavier e Roque Gonzales e agregá-los à microrregião 323-Colonial das Missões, reduzindo o erro total de 26,5% para 14% na 324 e em 27,2% na 323;

e) microrregião 325-Colonial de Iraí e microrregião 329-Colonial do Alto Jacuí — a 325 apresenta numerosas dificuldades. Os municípios que apresentavam problemas, em número de 11, sendo cinco de origem não identificada no trabalho anteriormente referido, representavam 45,6% da população desta sub-região. Dos municípios restantes, em número de seis, todos tiveram origem em Palmeira das Missões, que está localizado na microrregião 328-Passo Fundo. A microrregião 329 apresenta problemas em todos os municípios que a constituem, pois eles tiveram origem territorial em Carazinho que pertence à microrregião 328, portanto um erro de 100% no caso. A solução adotada foi a agregação das microrregiões 325-Colonial de Iraí, 328-Passo Fundo e 329-Colonial do Alto Jacuí, formando uma só sub-região (325.328.329). Serão agregados aqui alguns municípios da microrregião 326, conforme explicação contida no item 3 a seguir;

f) microrregião 326-Colonial de Erechim — esta sub-região apresenta 15 municípios com problemas de compatibilização que representavam, em 1970, 48,8% do total da população. Destes 15, quatro não tiveram sua origem identificada no estudo referido anteriormente em 1950 e sete em 1940. Sete municipalidades eram originárias da microrregião 331-Campos de Vacaria, representando 43% da população da 331 e 21% da população da 326. Quatro municípios, cuja origem territorial era a microrregião 328-Passo Fundo, representavam 29,1% da população da 328 e 19,5% da 326. A solução adotada foi desmembrar desta microrregião os municípios Barracão, Cacique Doble, Ibiaçã, Machadinho, Paim Filho, Sananduva, São José do Ouro e agregá-los à microrregião 331-Campos de Vacaria, reduzin-

do o erro em 21% na 326 e em 43% na 331; desmembrar os municípios de Ciríaco, Marau, Sertão e Tapejara da microrregião 326 e agregá-los à microrregião 328, baixando o erro em 29,1% na 328 e em 19,5% na 326.

Em suma, esses foram os ajustes procedidos no sistema de microrregiões homogêneas do IBGE, a fim de neutralizar problemas ocorridos na construção das microrregiões para os anos de 1959, 1949 e 1939. É certo que mais ajustes poderiam ter sido feitos, tarefa que consumiria um tempo que se julgou melhor destinar a outras tarefas deste trabalho. No entanto, também é certo que com as modificações realizadas, e que acabamos de discutir, teremos evitado um grande viés nos resultados numéricos dos cálculos das disparidades regionais no Rio Grande do Sul.

Assim sendo, o sistema regional básico a ser usado neste estudo está apresentado na Tabela 1 e no Mapa 1.

Tabela 1

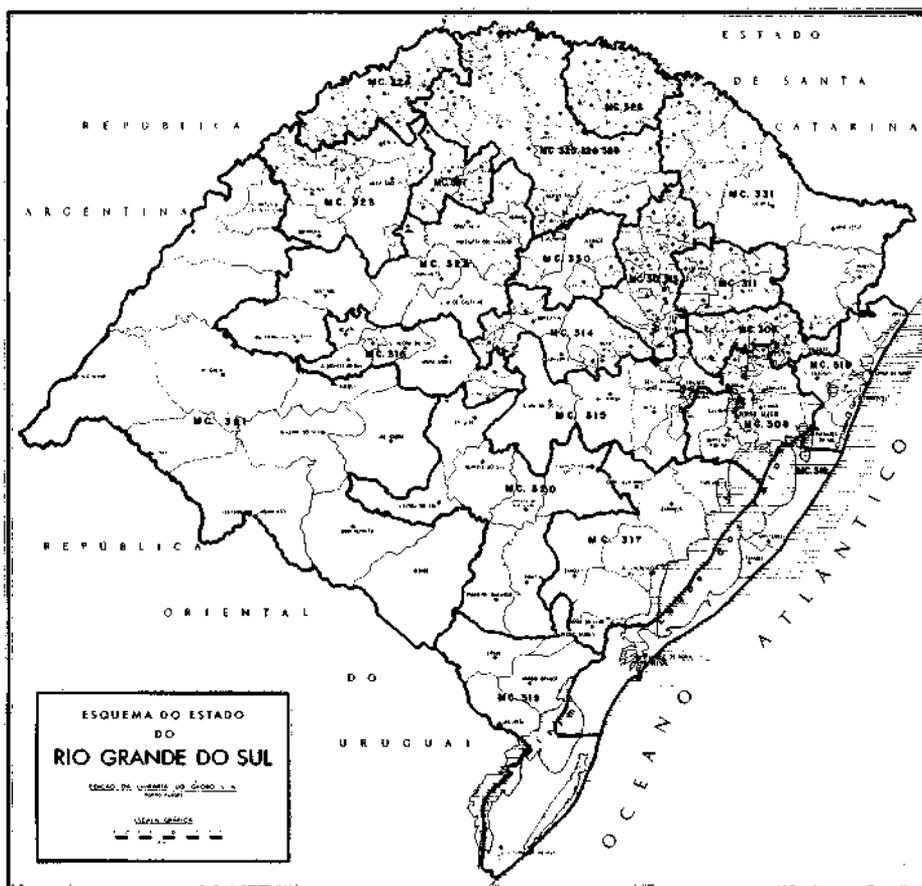
Microrregiões homogêneas comparáveis para o estudo das desigualdades regionais
no Rio Grande do Sul — 1940-1970

NÚMEROS	NOMES	OBSERVAÇÕES
308	Porto Alegre	
309	Colonial da Encosta da Serra Geral	
310	Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	
311	Vinicultora de Caxias do Sul	
312-313	Colonial do Alto Taquari + Colonial do Baixo Taquari = Colonial do Vale do Taquari	Agregadas e Modificadas por desmembramento
314	Fumicultora de Santa Cruz do Sul	
315	Vale do Jacuí	
316	Santa Maria	
317	Lagoa dos Patos	Modificada por desmembramento
318	Litoral Oriental da Lagoa dos Patos	
319	Lagoa Mirim	Modificada por agregação
320	Alto Camaquã	
321	Campanha	
322	Triticulora de Cruz Alta	
323	Colonial das Missões	Modificada por agregação
324	Colonial de Santa Rosa	Modificada por desmembramento
325-328-329	Colonial de Iraí + Passo Fundo + Colonial do Alto Jacuí	Agregadas e Modificadas por agregação
326	Colonial de Erechim	Modificada por desmembramento
327	Colonial de Ijuí	
330	Soledade	Modificada por agregação
331	Campos de Vacaria	Modificada por agregação

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO: Rio Grande do Sul 1940/1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1950/1973.

MAPA 1

**MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS COMPARÁVEIS
DO RIO GRANDE DO SUL – 1940-1970**



A constituição de cada microrregião por municípios para os anos 1970, 1959, 1949 e 1939 pode ser encontrada na relação constante no Apêndice deste trabalho.

3 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A finalidade deste capítulo é estudar as teorias que procuram explicar o fenômeno das disparidades regionais e tentar obter um arcabouço teórico que permita interpretar da maneira mais correta possível a questão dos desníveis sub-regionais no Rio Grande do Sul.

De um modo geral, as teorias sobre esse assunto foram elaboradas para explicar as diferenças regionais de renda a nível internacional, isto é, entre países ou entre grupos de países. O interesse pelo assunto levou os estudiosos a produzirem extensões teóricas para o estudo do fenômeno ao nível interno das nações. Afinal, não foi difícil perceber que o mesmo quadro de desigualdades gerado a nível internacional se reproduzia no interior dos estados nacionais. Nesta dimensão, há vários estudos sobre a realidade brasileira, especialmente os que se referem à dicotomia entre as regiões Nordeste/Sudeste ou entre Norte/Nordeste e Centro/Sul ou mesmo entre os estados.

No caso deste trabalho, a situação é um pouco distinta, pelo menos sob o ponto de vista espacial, pois o que se está estudando não são as desigualdades regionais no interior do País como um todo, mas somente no âmbito de um estado, ou seja, uma parte (Rio Grande do Sul) da Nação. Nestas condições, se terá que levar em conta o caráter dependente da economia gaúcha e, por extensão, das economias sub-regionais que a compõe. Além disso, deve ser considerado que as sub-regiões, objetos deste estudo, não possuem fronteiras do mesmo tipo das fronteiras da Nação. Neste sentido, pode-se dizer que as mesmas são absolutamente abertas, isto é, sem barreiras. Assim como essas, existem outras particularidades que deverão ser consideradas na busca de um instrumento teórico adequado à análise dos desníveis regionais no Estado.

Há pelo menos cinco teorias relevantes para o estudo das desigualdades regionais¹: teoria neoclássica; modelo de aproveitamento dos recursos naturais no espaço; dualismo estrutural; colonialismo interno;

¹ ROFMAN, op. cit., nota 1, cap. 1, p. 72-7.

e causação circular acumulativa. As três primeiras, de um modo geral, postulam que as regiões são entidades que apresentam desigualdades entre si devido ao isolamento em que se encontram. Nestas condições, qualquer que seja a origem do processo de desigualdades, este tenderia a ser superado com a construção de canais de comunicações comerciais, econômicos e sociais entre as regiões em questão. As duas últimas propõem que as origens das desigualdades estão contidas nas relações econômico-sociais que ocorrem entre os âmbitos espaciais (as regiões), que historicamente têm apresentado desníveis em seus padrões de desenvolvimento.

Convém, agora, examinar cada uma dessas teorias com a finalidade de obter alguns elementos teóricos para analisar a evolução das disparidades regionais de renda no Rio Grande do Sul.

3.1 — Modelo neoclássico

Esta abordagem inicialmente objetivava explicar os efeitos do comércio internacional sobre as diferenças da renda "per capita" entre os países que comercializavam bens e serviços. Os principais responsáveis por este enfoque são Hecksher² e Ohlin que construíram seu modelo sob duas suposições. Na primeira, considerou-se a "imobilidade da força de trabalho e do capital entre as nações que intercambiavam". Neste caso, Hecksher partiu da idéia de que o intercâmbio se origina na existência de níveis desiguais na quantidade de mão-de-obra e capital nas economias em questão. Essas desigualdades proporcionam preços relativos diferenciados, no caso da força de trabalho, e desníveis internacionais na renda "per capita". Segundo esses autores, a solução deste problema se dá via mercado de bens, isto é, o intercâmbio conduz a modificações da escassez relativa diferente até alcançar um nível igual num e outro país. Cada diferença nos preços relativos dos fatores irá custear a obtenção de qualquer bem que requer uma quantidade relativamente maior de um fator relativamente escasso, dando em troca outro bem, em cuja

² HECKSHER, Ely F. Efectos del comercio exterior sobre la distribución del ingreso. In: ELLIS, H. & METZLER. *Ensayo sobre la teoría del comercio internacional*, apud ROFMAN, op. cit., nota 1, cap. 1, p. 77-9.

produção predomine um fator proporcionalmente mais abundante. Desta forma, se estabelece a igualdade sem a necessidade de movimentação de fatores.

Na segunda suposição, considerou-se a "plena mobilidade internacional de capital e força de trabalho". Neste caso, os preços absolutos dos fatores de produção, agora móveis, tendem a se igualar em todo o mundo. Assim sendo, qualquer desajuste que houvesse nos preços absolutos provocaria imediatamente um movimento espacial dos fatores de produção, com o que seriam corrigidos quaisquer desequilíbrios.

Uma primeira contraposição a essas duas colocações teóricas refere-se a que não há preocupação em saber porque as regiões têm dotações desiguais de fatores, já que o raciocínio é iniciado admitindo esse aspecto como um dado exógeno à análise³.

Uma segunda discussão que deve ser feita refere-se ao fato de que em ambas as proposições teóricas (com e sem mobilidade espacial dos fatores) está implícita a idéia de que as economias regionais deveriam atingir um "equilíbrio estável" ao final de um período qualquer. Acredita-se que a noção neoclássica de equilíbrio não se aplica a economias dependentes ou com baixíssimo grau de autonomia e que apresentam nos seus setores mais modernos o predomínio de estruturas oligopólicas de mercado. Significa dizer, essas economias não estão tendendo ao equilíbrio na produção e na distribuição da renda regional⁴.

³ BAER, Werner. *Industrialização e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1966. p. 151-92, tentou explicar as causas que produzem as desigualdades iniciais na riqueza regional de algumas regiões, as quais são: dotação seletiva de recursos naturais, proximidade das fontes de matérias-primas, vantagens geográficas e boas comunicações.

⁴ a) MYRDAL, op. cit., nota 1, cap. 1, p. 33-4, assim se manifesta a este respeito. "Meu ponto de partida, formulado inicialmente em termos negativos, é a asserção de que a noção de equilíbrio estável é normalmente uma falsa analogia que se estabelece quando se formula a teoria que visa explicar a mudança no sistema social". "... ao contrário, em geral não se verifica essa tendência à auto-estabilização automática do sistema social. O sistema não se move espontaneamente, entre forças, na direção de um estado de equilíbrio, mas constantemente se afasta dessa posição".

b) ROFMAN, op. cit., nota 1, cap. 1, p. 69, afirma que "... num sistema econômico capitalista subdesenvolvido, o equilíbrio não existe, por definição. E, porque postulá-lo como paradigma ao nível da configuração espacial é, também, uma posição inexacta".

Olsen⁵, quando estudou o Mercado Comum Europeu, apresentou argumentos que invalidam a hipótese da tendência à igualação na proporção do uso dos fatores produtivos no espaço regional. A primeira colocação refere-se à não-consideração das economias de escala e de aglomeração. Também não foi considerado que a difusão de inovações é um processo espacialmente heterogêneo e que a taxa de mudança tecnológica é função dos gastos na educação, os quais são maiores nas regiões de mais alto nível de renda.

Feitas essas considerações teóricas, cabe verificar se as duas propostas neoclássicas seriam adequadas para estudar o quadro de desigualdades regionais de renda no Rio Grande do Sul. Pode ser considerado que não há barreiras políticas, institucionais ou físicas à mobilidade dos fatores e ao comércio inter-regional.

A primeira proposta é de que o comércio inter-regional de bens e serviços seria capaz de levar a uma igualação dos níveis de renda "per capita" entre as regiões. O que se tem observado é a tendência de que as regiões mais ricas quase sempre obtêm preços relativamente mais altos do que os praticados pelas áreas atrasadas⁶. Isto tem contribuído, em alguma medida, para que as desigualdades tenham persistido ou aumentado e não diminuído substancialmente como foi proposto. Contribui para essa circunstância o fato de que os preços de muitos produtos das

⁵ OLSEN, Erling. *Regional income differences within a common market*. Filadélfia, PPRSA, 1964. v. 12, apud ROFMAN, op. cit., nota 1, cap. 1, p. 82.

⁶ PREBISCH, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964. p. 97-109.

GONÇALVES, Reinaldo & BARROS, Amir Coelho. Tendências dos termos de troca: a tese de Prebisch e a economia brasileira - 1850-1979. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, IPEA, 12(1):109-31, abr. 1982. Uma das constatações deste estudo é que tanto o período quanto as séries empregadas por Prebisch tendem a exagerar o movimento de deterioração dos termos de troca. Na verdade, a deterioração ou a melhoria dos termos de troca entre regiões ricas e pobres é variável no tempo. Isto pode ser visto mais claramente na página 127 desse trabalho. Tomando o período 1939-70 pode-se verificar que no início desta fase se registra o nível mais baixo dos termos de troca da economia brasileira, tendo melhorado substancialmente até 1954/55, para a partir daí experimentar uma queda alternada com pequenas melhoras até 1970.

regiões pobres que são exportados tendem a ser determinados em grande parte nos centros econômicos importadores, geralmente as regiões mais ricas. Se o mecanismo de comércio inter-regional for, pelo menos, semelhante ao explicado agora, as possibilidades de que o intercâmbio por si só reduza as desigualdades de renda "per capita" regional são remotas.

A segunda proposição confere ao mercado de trabalho e de capitais, estes com livre mobilidade, o papel de reguladores dos fluxos até que se atinja o equilíbrio pretendido. No caso do Rio Grande do Sul, pode-se admitir que não há barreira de qualquer espécie à mobilidade tanto do capital quanto do trabalho.

Apesar da livre mobilidade, sabe-se que o capital tem-se concentrado nas áreas mais prósperas onde pode expandir-se mediante taxas mais elevadas de retorno, portanto com mínimas possibilidades de se transferir a regiões mais pobres, onde é escasso e supostamente melhor remunerado. No Rio Grande do Sul, não é difícil perceber qual a direção dos fluxos de capital, isto é, a área mais industrializada do Estado, a Grande Porto Alegre ou o eixo Porto Alegre-Caxias do Sul.

Com relação ao fator trabalho, sabe-se que há grande mobilidade da periferia para o centro, isto é, das regiões pobres para as ricas. Há, no entanto, um impasse estrutural nesta circunstância. É que as regiões mais prósperas têm-se mostrado incapazes de absorver plenamente esses contingentes de mão-de-obra mesmo em períodos de expansão econômica, que o mercado realoca com o passar do tempo. Não funciona, portanto, o postulado de que a mão-de-obra fluiria espacialmente em função de sua escassez relativa em vários pontos do território. O que se observa é que há um fluxo somente na direção das áreas mais ricas com o que não se atinge o equilíbrio esperado.

Finalmente, cabe registrar que essas proposições neoclássicas estão concebidas para uma economia onde predomina um regime concorrencial de mercado, condição certamente não-existente num sistema econômico capitalista subdesenvolvido.

3.2 – Modelo sobre o aproveitamento dos recursos naturais no espaço

Entre os autores que utilizam esta abordagem estão Perloff, Wingo⁷ e Pedrão⁸, sendo os dois primeiros os principais responsáveis por este enfoque. O objetivo destes autores é tentar explicar o processo das desigualdades regionais através do modo de aproveitamento da dotação dos recursos naturais.

Segundo essa forma de ver a questão das desigualdades regionais, a possibilidade de crescimento de uma região decorre de sua capacidade de mobilizar seus recursos em função dos requerimentos externos. Neste sentido, assume importância considerável o critério seletivo da demanda extra-regional. Assim sendo, o processo histórico de expansão regional ocorre sob os impulsos da ação simultânea da oferta de recursos naturais e da demanda extra-regional. Está claro que os pressupostos básicos desse modelo foram buscados na teoria da base de exportação, onde a variável autônoma ou móvel é representada pela demanda externa regional.

A principal crítica que se pode fazer a esse modelo é a sua limitada capacidade de análise estrutural da região. Esta só é diferenciada pelo tipo e quantidade de recursos naturais disponíveis. Ignoram-se os complexos sistemas de relações sociais internas e externas à região. Está implícita a suposição de que a força de trabalho e o capital operam com plena liberdade para se localizar onde os recursos naturais estejam disponíveis. Além disso, supõe-se que todos os atores do sistema nacional possuem igual quota de poder e não enfrentam nenhum tipo de barreira institucional ou política. Segundo Rofman⁹, "desta forma, o modelo se transforma numa explicação mecanicista do processo de desigualdades regionais e se aproxima do já desvalorizado esquema do cres-

⁷ PERLOFF, Harvey & WINGO, Lowdon. A dotação de recursos naturais e o crescimento econômico regional. In: TEXTOS de economia regional. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1972. v. 12, p. 1-34.

⁸ PEDRÃO, Fernando C. Las desigualdades regionales en el desarrollo económico. *El Trimestre Económico*, México, Fondo de Cultura Económica, 31(2):179-91, abr./jun. 1964.

⁹ ROFMAN, op. cit., nota 1, cap. 1, p. 89.

cimento por etapas" proposto por Douglas North¹⁰ em seu clássico "Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional".

Apesar de todas essas dificuldades teóricas, esse modelo talvez seja capaz de explicar o crescimento econômico de algumas sub-regiões¹¹ tipicamente exportadoras do Rio Grande do Sul, mas não as razões pelas quais umas áreas crescem mais do que outras e o modo como se processa esse crescimento.

3.3 – Teoria do dualismo estrutural

Os responsáveis por esta formulação buscaram muitos subsídios na sociologia norte-americana para tentar explicar o fenômeno das desigualdades regionais, especialmente nos países subdesenvolvidos.

A idéia central afirma que a existência de setores tradicionais e modernos ao nível da sociedade global e da atividade produtiva se refletem no espaço nacional, configurando regiões com desenvolvimento tradicional – que obedecem ao desenvolvimento histórico da sociedade primitiva – e áreas cujas características demonstram sinais evidentes de modernização, geralmente importada de sociedades externas ao país.

Fica implícita a assimilação do conceito de região tradicional ao de região subdesenvolvida e o de moderna ao de desenvolvida. Fica implícito também que este caráter dual da sociedade tende a concentrar o potencial de desenvolvimento na cidade, enquanto o campo aparece relegado. A dicotomia urbano/rural, sinônimo de desigualdade estrutural, impede que se formem fluxos modernizantes do sistema urbano até o rural. Nestas condições, fica estabelecido que tanto o mundo desenvolvido como o subdesenvolvido funcionam no essencial, cada um dentro de seu próprio circuito de relações.

A principal crítica a esse modelo teórico refere-se à dificuldade em admitir a existência de sistemas sociais separados ou isolados no

¹⁰ NORTH, Douglas. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques, org. *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977. p. 291-313.

¹¹ No Rio Grande do Sul existem algumas sub-regiões cuja base econômica se move em função da demanda externa, exemplo disto são as áreas produtoras de grãos (soja, trigo, arroz, etc.) para exportação.

interior de uma formação social nacional ou regional. O que se quer dizer é que realmente existem setores modernos e atrasados, mas não há descontinuidade entre eles como se propõe neste modelo e sim uma articulação funcional.

Na opinião de Rofman¹², as diferenças no nível de complexidade das técnicas aplicadas, no grau de desenvolvimento das forças produtivas, na qualidade da educação, na quantidade de equipamento social e cultural, etc., não constituem categorias demonstrativas do moderno ou do tradicional, e sim formas de organização que a própria dinâmica do sistema determina.

O uso deste modelo para explicar o quadro de disparidades regionais de renda no Rio Grande do Sul fica assim prejudicado, na medida em que considera a economia compartimentada em dois blocos isolados e autônomos, condição inaceitável para estudar o mundo real.

3.4 – Teoria do colonialismo interno

Durante muito tempo a manutenção do regime colonial representou um símbolo de riqueza e poder das metrópoles. Este sistema, no entanto, sofreu modificações estruturais nas diferentes sociedades, tendo como resultado transformações nas relações coloniais. Uma das modificações ocorridas foi a internalização das relações coloniais¹³, antes de ca-

¹² ROFMAN, op. cit., nota 1, cap. 1, p. 93.

¹³ "Segmentos das estruturas dominantes se fazem presentes no interior das sociedades dependentes e passam a operar no sistema interno de dominação".

CARDOSO Fernando Henrique. Mudanças sociais na América Latina. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969. p. 17, apud CHALOUT, Yves. *Estado, acumulação e colonialismo interno: contradições nordeste/sudeste: 1960/77*. Petrópolis, Vozes, 1978. p. 37.

CASANOVA, P. Gonzales. Internal colonialism and national development. In: HOROWITZ, Irving L. et alii., ed. *Latino American radicalism*. New York, Vintage Books, [s.d.], apud CHALOUT, Yves. *Estado, acumulação e colonialismo interno: contradições nordeste/sudeste: 1960/77*. Petrópolis, Vozes, 1978. p. 37, explica que "... com a independência política, a noção de uma independência integral e de um neocolonialismo surge vagarosamente... como desaparecimento da dominação direta dos estrangeiros sobre nativos, emerge a noção de dominação e exploração de nativos por nativos... a exploração dos índios continua e tem as mesmas características que tinham antes da independência".

rãter externo. Alguns cientistas sociais afirmam que o sistema colonial internalizado amadureceu no final do século XIX como resultado da mudança do capitalismo concorrencial para o capitalismo de monopólio.

O conceito de colonialismo interno tem sido desenvolvido por muitos cientistas sociais que têm utilizado ferramentas próprias do método histórico-estrutural. O postulado central nesta teoria é a idéia de que o sistema capitalista está composto de subsistemas nacionais com especificações e formas próprias de inserção no sistema de ordem superior.

Após o exame das características gerais da teoria do colonialismo interno, convém agora estudar as suas variantes formuladas por analistas adeptos desta linha de pensamento. A fim de tornar mais didática esta discussão, serão apresentadas as principais idéias, por autor.

Para o sociólogo mexicano Pablo Gonzales Casanova¹⁴, o colonialismo interno apresenta três dimensões básicas:

a) disparidades sociais em termos de riqueza, demanda e participação social;

b) relações assimétricas que não podem-se inverter e as quais, nas ciências sociais, implicam poder, influência política ou dominação;

c) desenvolvimento econômico, inerente ao sistema capitalista, que se baseia na tecnologia, na evolução científica e no progresso.

Com base na idéia da heterogeneidade cultural, que é o ponto central de sua conceitualização, Casanova define o colonialismo interno como "... uma estrutura de relações baseada na dominação e na exploração entre grupos distintos, culturalmente heterogêneos. Se ele tem uma diferença específica com respeito a outras relações baseada na superioridade, ele é inerente à heterogeneidade cultural que a conquista de alguns povos por outros historicamente produz ... Porém, o colonialismo interno está à parte, porque a heterogeneidade cultural é histori-

¹⁴ As idéias deste autor foram citadas por: CHALOULT, Yves. *Estado, acumulação e colonialismo interno: contradições nordeste/sudeste: 1960/77*. Petrópolis, Vozes, 1978. p. 38-9, e por RÖFMAN, op. cit., nota 1, cap. 1, p. 97-8.

camente diferente. É o encontro entre duas raças, culturas ou civilizações, cuja gênese e evolução ocorreram sem qualquer contato mútuo até um momento específico".

O autor faz ainda uma distinção fundamental entre colonialismo interno e estrutura de classes, explicando que o primeiro é mais amplo, isto é, não implica somente uma relação de exploração dos trabalhadores por aqueles que detêm os meios de produção, mas também uma relação de dominação de "toda uma população por outra população, ambas tendo suas classes distintas". Estas relações de dominação e exploração de uma população por outra têm características geográficas bem marcadas, podendo ser estudadas sob o ponto de vista inter-regional.

Finalizando, Casanova propõe três hipóteses principais no estudo do colonialismo interno:

- a) o colonialismo interno permanece após a independência política;
- b) já que o colonialismo interno é inerente na estrutura social das nações novas, ele limita a mobilização social e a participação máxima no processo de desenvolvimento;
- c) o colonialismo interno explica parcialmente o desenvolvimento desigual dos países subdesenvolvidos.

O cientista social mexicano Rodolfo Stavenhagen¹⁵, em seu trabalho, usou o mesmo modelo cultural de Casanova, mas enfatizou a importância das relações de classe caracterizadas pelas relações entre o colonizador e o colonizado, entre o ladino e o índio.

Ele crê que as áreas atrasadas da América Latina sempre foram colônias internas, no que diz respeito aos centros urbanos desenvolvidos ou às áreas agrícolas produtivas. As causas dos crescentes aumentos das disparidades regionais em muitos países estão relacionadas a mecanismos distintos, tais como: estrutura de preços e salários, condições de empréstimos, política fiscal, movimentos dos capitais e migrações. Estes fatores dão grande contribuição à descapitalização progressiva das áreas atrasadas e à transferência do excedente regional para regiões desenvolvidas.

¹⁵ CHALOULT, op. cit., nota 14, p. 39-40.

Carlos Guzmán Böckler¹⁶ estudou a Guatemala, onde desenvolveu um estudo relacionado de certa forma à abordagem de Stavenhagen. Realizou uma interpretação histórico-estrutural baseada numa análise dialética, onde apresentou as relações de dominação através das contradições do sistema capitalista. Böckler enfatiza o papel do ladino em relação ao índio e ao elemento estrangeiro.

Júlio Cotter¹⁷, estudando o Peru, procura esclarecer que grande parte da população da "sierra" peruana não tem acesso aos recursos e às oportunidades que são proporcionadas a uma minoria. Destaca, ainda, o importante papel do mestiço, enquanto classe intermediária, dominando os indígenas da seguinte forma: os mestiços conhecem o espanhol e são alfabetizados, condição que lhes permite ter acesso a alguns níveis de autoridade através de designação para funções governamentais, podendo ainda eleger e ser eleito, assegurando, desta forma, os recursos do estado para legitimar sua dominação sobre as massas indígenas. Essa situação, no entanto, não elimina o atrelamento que os mestiços têm aos interesses dos centros urbanos.

O sociólogo peruano Aníbal Quijano Obregón¹⁸ estudou as relações exploradoras entre classes sociais num cenário urbano-rural, onde descreve diferentes tipos de lideranças e movimentos camponeses na América Latina. Segundo o autor, grupos de camponeses captam a dominação social e procuram reformar a ordem social vigente, gerando processos de mudança que provocam novos fenômenos, tais como: a) aumento da diferenciação social entre os camponeses; b) surgimento de numerosos e complexos grupos sociais intermediários; c) emergência, nas regiões andinas, de um grupo cultural intermediário, a meio caminho entre a cultura crioula dominante e as principais subculturas camponesas; e, d) difusão rápida da urbanização e a intensificação do movimento migratório rural-urbano como fenômeno cultural.

Eugene A. Havens e William L. Flinn¹⁹ desenvolveram estudos sobre

¹⁶ CHALOULT, op. cit., nota 14, p. 39-40.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ CHALOULT, op. cit., nota 14, p. 41.

a Colômbia e criticaram a posição de Gonzales Casanova em relação à diferenciação étnica e às classes sociais. Sua abordagem principal não está nas diferenças raciais, mas na natureza das relações dependentes em termos de poder.

Para eles, o colonialismo interno é o resultado da dominação de grupos subjugados, onde o grupo dominante não constitui uma fonte de mudança estrutural, ao contrário, é conservador no sentido de manter o usufruto dos benefícios das relações sociais e políticas existentes.

A análise de Havens e Flinn destaca como ponto relevante do colonialismo interno os arranjos estruturais. Estes arranjos estruturais caracterizam o domínio de um grupo relativamente pequeno, que controla a alocação de recursos e uma grande massa subjugada, composta de grupos com interesses desarticulados, não-participantes no processo de desenvolvimento e bloqueados dos meios de mobilidade social.

Michael Hechter²⁰ estudou as relações entre a Inglaterra e suas colônias ou ex-colônias. Para investigar estas relações, comparou dois modelos: um difusionista, que prevê a homogeneização étnica e, como consequência, uma redução das disparidades regionais; outro, o modelo de colonialismo interno, que prevê conflitos étnicos e a persistência das desigualdades econômicas regionais. Hechter optou por este último que propõe que a periferia é dominada pelo centro mais modernizado e, portanto, "há uma cristalização da distribuição desigual de recursos e poder", em favor do centro.

O processo decisório sobre nível de salários, investimentos e empréstimos é controlado pelo centro, tendo como consequência o atraso relativo da riqueza da periferia e sua dependência econômica.

André Gunder Frank²¹ destaca as relações metrópole/satélite em três níveis: setorial, regional e internacional. Para ele, existe colonialismo interno quando ocorre uma transferência de capital de uma região pobre para uma rica. Esta transferência se dá embutida nas relações de comércio interno, nos preços das importações, nas taxas de câmbio, na estrutura tributária e de gasto público e nas migrações.

²⁰ CHALOULT, op. cit., nota 14, p. 42.

²¹ Ibidem, p. 43.

Conclui dizendo que o colonialismo interno sō pode ser desenvolvido numa estrutura capitalista, sendo produto direto do imperialismo. Frank, no entanto, nāo explica teoricamente a conexāo entre o colonialismo interno, imperialismo e exploraçāo.

Cis Leroy²², em seu estudo sobre o Mēxico (Mexicali), a questāo principal se refere ā necessidade de se fazer uma reavaliaçāo crītica do colonialismo interno ā luz da teoria da dependēncia. Como Gunder Frank, ele propōe que o colonialismo interno ē uma manifestaçāo interna do sistema internacional de imperialismo. O colonialismo interno recrudescu pelo avanço do capitalismo marcado pelo capital monopolīstico e pela predomināncia das corporaçōes transnacionais.

O cientista social colombiano Antōnio Garcia²³, em seu trabalho, acentua que a dependēncia externa dos paīses da Amērica Latina teve como consequēncia a formaçāo de estruturas sociais marcadas pela dominaçāo interna no interior de cada sociedade.

A dependēncia externa ē um rēgime que insere a sociedade satelizada num sistema internacional de economia, poder e cultura, no qual o centro ē a metrōpole, ajudando a formar, atravēs do tempo, estruturas sociais de dominaçāo interna. Segundo Garcia, estas estruturas sociais nāo constituem uma continuidade da metrōpole, conforme a posiçāo de Gunder Frank e outros, mas se desenvolvem dialeticamente de acordo com suas prōprias leis.

A preocupaçāo fundamental do trabalho de John Walton²⁴ ē com a definiçāo e a mensuraçāo do colonialismo interno. Ao criticar a conceitualizaçāo convencional de colonialismo interno, propōe sua prōpria definiçāo. Para ele, trata-se de "um processo que produz certas formas internacionais de desigualdade sōcio-econōmica padronizada, diretamente atribuīveis ās prācticas exploradoras, atravēs das quais as instituiçōes nacionais e internacionais estāo ligadas pelos interesses da extraçāo de excedente e da acumulaçāo de capital.

Segundo Walton, as relaçōes institucionais exploradoras favorecem

²² CHALOUIT, op. cit., nota 14, p.43.

²³ Ibidem.

²⁴ Ibidem, p. 44.

um modelo de colonialismo interno através de quatro setores: o Estado, a agricultura, a indústria e o comércio. Finalizando seu estudo, o autor propõe uma série de medidas em três níveis — econômico, político e social —, com a finalidade de operacionalizar o conceito de colonialismo interno.

Para Dale L. Johnson²⁵, uma colônia interna é uma sociedade dentro de outra baseada em diferenças de raça, de língua e de cultura, assim como de posição de classe sujeita a um controle político e administrativo por parte das classes e instituições dominantes das metrópoles. Para ilustrar esta conceituação, o autor dá o exemplo²⁶ das colônias do império inglês e se refere especificamente ao caso hindu como o mais representativo.

Segundo Johnson, o controle das áreas colonizadas ocorre num cenário de classes sociais dominantes, com a correspondente instrumentação política na metrópole, sendo que na região periférica existiram somente classes dominadas. Haveria, então, uma dicotomia metrópole/colônia que provavelmente o autor buscou no instrumental dualista estruturalista.

Segundo R. D. Utria²⁷, o fenômeno do colonialismo interno é um dinâmico sistema de dominação e dependência interna através do qual uma ou poucas regiões centrais de cada país progridem às custas do estancamento das demais áreas. Segundo essa conotação centro/periferia, resgatada do pensamento de Myrdal, o exemplo do modelo de divisão internacional do trabalho se repete no interior das economias nacionais, podendo ser observado na menor escala espacial possível. O caso do núcleo urbano que abriga atividades centrais em áreas desenvolvidas e atividades periféricas nos subúrbios é um exemplo claro do que foi afirmado.

Ainda segundo Utria, num esquema de colonialismo interno, uma super-região incorpora as outras a seu serviço e exerce o mesmo papel que países ricos exercem sobre os subdesenvolvidos, fazendo dos mesmos fornecedores de matérias-primas a preços estáveis e compradores de manufaturas a preços crescentes, além de substancial drenagem de excedentes

²⁵ ROFMAN, op. cit., nota 1, cap. 1, p. 98-9.

²⁶ Seriam também exemplos: o nordeste brasileiro, a serra do Peru, o sul dos EUA, o sul da Itália, entre outros.

²⁷ ROFMAN, op. cit., nota 1, cap. 1, p. 101.

de renda através de relações do tipo financeiras, tecnológicas, etc. Neste caso, o autor coincide com os pensamentos de Johnson e Stavenhagen em tudo o que diz respeito às expressões dependência e dominação, nas quais estão inseridas relações de exploração, controle político e social de uma região por outra.

O primeiro reparo que se deve fazer é que a diferença entre o colonizador e o colonizado não é necessariamente de origem racial ou cultural como colocam alguns autores. Tal fato pode ser observado nos vários países da América Latina, embora existam regiões onde predominam alguns tipos de raça ou cultura bem marcados.

A crítica de Rofman²⁸ refere-se ao fato de que muitos autores estudados mantêm presente o conceito de região como uma unidade com homogeneidade diferenciada das demais, isto é, se assimila à noção de região com uma classe social, uma raça ou um grupo cultural determinado. Neste sentido, ainda que se reconheça algum grau de diferenciação interna da região metrópole (classes, grupos ou setores públicos, etc.), praticamente se nega estes atributos à região colonizada. Este tipo de abordagem é semelhante à tese do dualismo estrutural e torna-se inadequada na medida em que considerarmos a unidade regional. Não é mais do que uma representação, em menor escala, da formação social nacional, com a qual se encontra integrada.

Outro reparo a ser registrado é o pouco, ou quase nenhum, esforço dos autores no sentido de desenvolverem métodos ou medidas que permitam operacionalizar o conceito de colonialismo interno. Isto certamente traz prejuízo metodológico no momento da adoção deste esquema teórico.

Apesar dessas inadequações, será possível resgatar alguns elementos deste instrumental a fim de permitir um melhor entendimento do assunto deste trabalho.

3.5 – Teoria da causação circular acumulativa

Esta teoria foi formulada por Myrdal²⁹ em meados dos anos 50. Seu

²⁸ ROFMAN, op. cit., nota 1, cap. 1, p. 102.

²⁹ MYRDAL, op. cit., nota 1, cap. 1.

trabalho tem como preocupação central o estudo do subdesenvolvimento a partir das "brechas" entre países ricos e pobres.

Para Myrdal, o mero funcionamento das relações de mercado nas economias capitalistas gera um progressivo distanciamento entre as nações privilegiadas e as não-privilegiadas. Este processo se torna acumulativo, sendo que a transferência de recursos das áreas pobres para as ricas, se dá através do intercâmbio comercial e dos investimentos e é causada pelas próprias bases em que se assenta o desenvolvimento do capitalismo à escala mundial. Esta estrutura de relações se reproduz no interior dos sistemas nacionais, porque o princípio de interdependência circular num processo de causação acumulativa tem validade em todo o campo das relações sociais.

No interior dos sistemas nacionais subdesenvolvidos, o fenômeno das desigualdades entre regiões é ainda muito mais agudo, alcançando inclusive os indivíduos e as classes sociais. Segundo Myrdal, os países mais pobres têm conservado as mesmas desigualdades entre os indivíduos, classes sociais e regiões e em muitos deles continuam aumentando. Em outras palavras, o jogo das forças de mercado (oferta e demanda) tende, em geral, a aumentar e não a diminuir as disparidades regionais.

Caso estas forças não sejam controladas por uma política intervencionista, a indústria, o comércio e os intermediários financeiros, bem como todas as atividades³⁰ que tendem a proporcionar remuneração maior do que a média, se concentram em determinadas regiões, ficando as demais áreas tendendo à estagnação.

Não é difícil perceber como o crescimento de uma região produz "efeitos regressivos" em outras. Os efeitos dão-se, basicamente, em função do intercâmbio comercial, do movimento do capital e das migrações. O comércio inter-regional opera no sentido de favorecer as áreas mais prósperas através das vantagens comparativas das indústrias das regiões centrais. Nas regiões em crescimento, o aumento da demanda dará um impulso ao investimento, que, por sua vez, aumentará a renda e a demanda, causando um segundo fluxo de investimento e assim por diante. Nas áreas

³⁰ Entre outras, a ciência, as artes, a literatura, a educação e a cultura superior.

mais pobres ocorre fenômeno inverso³¹. As migrações operam na direção das regiões em crescimento e são, de um modo geral, seletivas com relação à idade. Isto significa que as áreas pobres, que tem taxas de natalidade mais altas, ficam com uma distribuição de idade desfavorável.

Operando em direção contrária aos "efeitos regressivos", há os "efeitos propulsores", centrífugos, que se propagam a partir das regiões centrais para outras regiões próximas e mais pobres. Os "efeitos propulsores" vinculam-se ao processo social acumulativo pela causação circular, do mesmo modo que os "efeitos regressivos", em oposição aos quais se criam mudanças compensatórias. No entanto em nenhuma circunstância os "efeitos propulsores" permitem a formulação de hipóteses para uma análise de equilíbrio, já que os "efeitos regressivos" são sempre maiores para as regiões mais pobres e menores para as mais ricas.

Myrdal acredita, no entanto, que o Estado tem um papel importante a desempenhar no sentido de reduzir as desigualdades entre as regiões. Nestas condições, se o objetivo for atingir uma redução das disparidades regionais, a ação do Estado, através de sua política econômica, deverá ser no sentido de anular as forças de mercado que provocam os "efeitos regressivos" e apoiar aquelas que promovem os "efeitos propulsores"³².

Em toda a sua análise, Myrdal não parece estar ligado a alguma escola de pensamento específica, para construir o seu instrumental teórico. Para ele, por exemplo, a exploração entre regiões só existiu quando a relação entre áreas ricas e pobres era colonial, numa etapa em que o capitalismo não estava plenamente difundido à escala mundial. No momento em que as colônias se tornam países politicamente independentes e que o capitalismo penetra nestes sistemas, a exploração desaparece e

³¹ O sistema financeiro, quando não controlado para operar de forma diferente, tende a se tornar em instrumento que drena as poupanças das regiões pobres para as ricas, onde a remuneração do capital é alta e o risco menor.

³² Myrdal assinala que este tipo de política econômica tem sido adotado em vários países ricos da Europa Ocidental. Nos países pobres, programas desse tipo têm sido adotados em menor escala, e as forças de mercado têm agido mais livremente.

se transforma num processo de absorção e atração de recursos, na direção das regiões mais desenvolvidas.

Apesar disso, essa parece ser a referência teórica mais adequada para orientar o estudo das desigualdades entre regiões que compõe um estado periférico, dependente, e que constitui uma parte da economia nacional. Assim sendo, é provável que a geração de renda a nível das regiões que compõem o Rio Grande do Sul dependa dos movimentos dos mercados a nível nacional, comandados a partir da região hegemônica (eixo São Paulo/Rio de Janeiro) e dos efeitos das políticas econômicas oriundas do setor estatal. A formulação destas políticas tende a ser influenciada pelos segmentos mais poderosos da sociedade.

4 – AS ESTIMATIVAS DE RENDA INTERNA

4.1 – Em torno de alguns conceitos

O estudo dos desníveis econômicos regionais implica, necessariamente, a escolha de variáveis que sejam capazes de representar satisfatoriamente os elementos mais relevantes das desigualdades entre regiões. Geralmente os modelos usados para medir o grau de disparidades entre regiões estão baseados nas variáveis renda e população regionais. Não dispondo da renda regional a nível de microrregião ou município, já calculada por entidades oficiais, ter-se-ia dois caminhos a percorrer. O primeiro seria trabalhar com uma variável "proxy"¹ da renda sub-regional, tarefa que resultou de difícil execução devido à natureza e disponibilidade de informações para tal fim. O segundo é estimar a renda sub-regional a partir das informações censitárias do IBGE e das estimativas da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A opção por esta última alternativa se tornou imperiosa.

A avaliação do valor do fluxo de bens e serviços finais, produzidos num determinado período de tempo, pode ser realizada através de três óticas distintas: a do produto, a da renda ou remuneração dos fatores e a da despesa². Neste trabalho não será possível adotar uma única ótica porque, ao longo dos anos, houve modificações na estrutura dos Censos Econômicos, obrigando-nos a recorrer a procedimentos distintos para atingir os objetivos desejados. Além disto, nem todos os setores – agricultura, indústria, comércio, etc. – têm a mesma estrutura de variáveis, ainda que se considere o censo de um mesmo ano. Assim sendo, procurou-se estimar a renda interna (RI) sub-regional ou o produto interno líquido a custo de fatores (PILcf) para efeito deste trabalho.

¹ Uma variável "proxy" é aquela que tem a capacidade de substituir outra variável existente mas não disponível.

² FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Contas nacionais do Brasil: conceitos e metodologia*. Rio de Janeiro, FGV/IBRE/CCN, 1972. 83p.

Segundo a metodologia de contas nacionais utilizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)³, o PILcf é constituído pelo valor agregado por todos os fatores produtivos da economia antes da adição dos rendimentos recebidos do exterior e da dedução das rendas enviadas para fora do País. O produto dos setores Primário, Secundário e Terciário⁴ representa a contribuição ao produto social da agricultura, da indústria e dos serviços respectivamente, excluindo o consumo intermediário absorvido por estes setores.

A RI é constituída da soma dos rendimentos que derivam da atividade econômica levada a efeito num determinado espaço geográfico. Excetuada a renda gerada fora do País, que é incluída na nacional, aqueles rendimentos originam-se, fundamentalmente, da produção doméstica no País de bens e serviços, isto é, constituem a contrapartida em termos de remuneração dos fatores de produção. Está implícita, pois, que a RI incorpora a totalidade da remuneração aos fatores de produção gerada dentro do País, o que abrange as unidades produtoras, o governo, as unidades familiares, bem como as entidades sem fins lucrativos.

Convém lembrar ainda que a RI constitui a contrapartida do PILcf no sistema de contas nacionais, sendo por isso mesmo sempre iguais, razão pela qual, neste texto, usar-se-á um ou outro termo indistintamente.

O ideal para um estudo da evolução das disparidades regionais de renda, num dado período, é que se dispusesse de uma amostra com dados pelo menos anuais de renda interna. Neste trabalho, isto não será possível devido à falta de informações disponíveis. Por essa razão, trabalhar-se-á com quatro pontos no período que vai de 1939 a 1970. Dado que a base econômica do Estado está calcada na agropecuária, e que os de-

³ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, op. cit., nota 2, p. 10.

⁴ O produto do Setor Primário engloba as lavouras, a produção animal e de derivados — inclusive a pesca — e a produção extrativa vegetal. O produto do Setor Secundário inclui as indústrias extrativas mineral, de transformação, de construção civil e de serviços industriais de utilidade pública (água, energia elétrica e esgotos). O produto do Setor Terciário abrange o comércio atacadista, varejista e misto, transportes — marítimo, ferroviário, rodoviário e aéreo — e comunicações (telefones, telégrafos, etc.), intermediários financeiros (bancos, caixas econômicas, companhias de seguro e capitalização, etc.), governos federal, estadual e municipal, outros serviços (serviços pessoais, de alimentação, profissionais liberais, domésticos remunerados, etc.) e alugueis.

mais setores dependem do desempenho desta base, correr-se-ia o risco de que os dados de alguns anos que constituem a amostra estariam influenciados por maus desempenhos econômicos devido a problemas climáticos ou incidência de pragas na lavoura. Procedeu-se, então, um exame do nível de produção de alguns produtos agrícolas importantes⁵ em trabalho⁶ já realizado sobre o assunto. Verificou-se, assim, que em nenhum dos anos (1939, 1949, 1959 e 1970) houve trauma climático ou ataque de pragas que pudesse comprometer o nível da atividade agropecuária e, por extensão, dos demais setores da economia.

Cabe agora verificar detalhadamente de que forma, ou através de que instrumentos, foi possível estimar a RI desagregada espacialmente, de acordo com as necessidades deste trabalho.

4.2 — Os modelos de avaliação da renda

As equações que permitiram obter a RI regional foram concedidas setorialmente, isto é, uma para a agricultura, outra para a indústria, outra para o comércio e assim por diante. Em vários setores, foram formuladas mais de uma alternativa (equações), tendo sido, neste caso, escolhida aquela alternativa mais adequada a um trabalho deste tipo.

O processo de escolha da alternativa mais adequada, entre várias disponíveis, implica necessariamente a definição de critérios para tal fim. A concepção desses critérios foi procedida levando em conta o uso prioritário das informações censitárias, desagregadas espacialmente, sempre que possível, somente adotando o caminho da desagregação proporcional a alguma outra variável quando não havia outra solução. A preferência pelo uso das informações censitárias tem razão de ser, na medida em que refletem mais fielmente os fenômenos econômicos localizados no espaço que se quer investigar.

⁵ Os produtos são feijão, mandioca, milho, uva, leite, cebola, laranja, arroz, soja, cana-de-açúcar, fumo, trigo e batata-inglesa.

⁶ GARLOW, David C. *Estimates and explanations of regional farm income distribution: the case of Rio Grande do Sul, Brasil, 1939-1970*. p. 17-29. (Tese Phd apresentada à Vanderbilt University, 1979).

Os critérios adotados para a escolha do modelo mais adequado para estimar a RI são os seguintes:

a) comparação da RI global (Estado), calculada segundo os modelos concebidos para este estudo, com as estimativas da FGV, observando somente valores positivos da RI. Esse critério é importante, porque, em alguns casos, a estimativa feita através dos dados censitários revela números bem abaixo dos cálculos da FGV, os quais, além de serem oficiais, são aceitos como confiáveis por grande parte dos estudiosos. Esse tipo de problema tende a ocorrer com mais frequência nos anos de 1939, 1949 e 1959.

b) observância do maior grau de correlação medido pelo coeficiente de Pearson entre as RI e a massa salarial⁷ ou o valor da terra, no caso da agricultura, quando necessário. Nesse caso, a variável valor da terra seria uma "proxy" da RI agrícola. A correlação entre RI e massa salarial tem sentido na medida em que a remuneração do trabalho tenha alta participação na RI. A esse respeito convém observar a Tabela 2.

Tabela 2

Participação percentual da remuneração do trabalho no total da renda interna no Brasil — 1949-1973

RAMOS DE ATIVIDADE	1949	1959	1970	1973
Agricultura	-	-	-	-
Indústria	40,3	41,6	43,3	45,2
Serviços	65,3	64,9	57,9	57,4
Comércio de mercadorias	50,6	50,3	44,5	50,0
Intermediários financeiros ..	35,1	56,0	48,8	52,5
Transportes e comunicações ...	96,2	97,2	75,8	69,4
Governo	-	-	-	-
Outros serviços	85,2	88,6	83,9	79,1

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, v. 31, n.7, jul. 1977. p. 96-7, tab. 20.

⁷ Massa salarial é a denominação dada, neste trabalho, ao total das despesas com salários, por parte das empresas, em cada setor de atividade.

Em todos os setores a massa de salários (remuneração do trabalho) tem alta participação no total da RI, confirmando a hipótese formulada acima. Apesar de não se dispor de informações para os setores agricultura e governo, supõe-se que a situação dos mesmos seja semelhante aos demais.

c) caso os critérios a e b sejam de difícil aplicação, a solução encontrada foi distribuir a RI estimada pela FGV, a nível do estado, em função da população economicamente ativa, do valor da produção, do valor das vendas ou do valor adicionado dos respectivos setores. Presume-se que essas variáveis sejam altamente correlacionadas, em termos espaciais, com a RI.

Para que se tenha uma idéia inicial e sintética dos resultados da aplicação desses critérios, os quais serão posteriormente discutidos detalhadamente, deve-se examinar as Tabelas 3 e 4 a seguir.

Tabela 3

Resumo das fontes de informações usadas para estimar a renda interna microrregional por setor de atividade — 1939-1970

SETORES DE ATIVIDADE	1939	1949	1959	1970
Agricultura	FGV;CA	FGV;VPA _{DG}	FGV;CA	CA
Indústria	CI	CI	FGV;CI	CI
Comércio de mercadorias	FGV;CC	CC;FGV	FGV;CC	CC;FGV
Serviços (1) ...	FGV;CD	FGV;CS	FGV;CS	FGV;CS
Intermediários financeiros ..	FGV;CD	FGV;CD	FGV;CD	FGV;CD
Governo	FGV;CD	FGV;CD	FGV;CD	FGV;CD
Transportes e comunicações .	FGV;CD	FGV;CD	FGV;CD	FGV;CD

FONTE: Elaborada a partir dos modelos apresentados no item 4.2.

NOTA: FGV = Fundação Getúlio Vargas; CA = Censo Agrícola ou Agropecuário; CI = Censo Industrial; CC = Censo Comercial; CS = Censo dos Serviços; CD = Censo Demográfico; VPA_{DG} = Valor da produção agrícola segundo estimativa elaborada por David Garlow.

(1) Serviços = alojamento e alimentação; confecção e reparação; higiene pessoal, diversões, radiodifusão e televisão.

Observa-se que em mais da metade dos casos foi necessário combinar as estimativas da RI da FGV com os dados dos Censos Econômicos e, em um caso, com estimativa realizada por outra fonte. O objetivo era utilizar o máximo possível as variáveis econômicas dos censos do IBGE que estivessem desagregadas espacialmente, esperando-se, dessa forma, reduzir um possível viés nas estimativas da RI microrregional.

Tabela 4

Resumo das variáveis usadas para distribuir espacialmente a renda interna setorial — 1939-1970

SETORES DE ATIVIDADE	1939	1949	1959	1970
Agricultura	VPA_i	VPA_i, DG	DA_i	+
Indústria	VTI_i	VTI_i	VTI_i	$VTI_i; SI_i$
Comércio de mercadorias	VCM_i	VCM_i	VCM_i	$VCM_i; SCM_i$
Serviços	$PEAS_i$	$RS_i - DS_i$	$RS_i - DS_i$	$RS_i - DOS_i$
Intermediários financeiros ..	$PEAIF_i$	$PEAIF_i$		$PEAIF_i$
Governo	$PEAG_i$	$PEAG_i$	$PEA(IF+G+TC)_i$	$PEAG_i$
Transportes e comunicações .	$PEATC_i$	$PEATC_i$		$PEATC_i$

FONTE: Elaborada a partir dos modelos apresentados no item 4.2.

NOTA: O sinal + significa que todas as variáveis necessárias ao cálculo da RI estavam desagregadas espacialmente nos Censos Econômicos.

VPA_i = valor da produção agrícola no i-ésimo município; VPA_i, DG = valor da produção agrícola no i-ésimo município, estimada por David Garlow; VTI_i = valor da transformação industrial no i-ésimo município ou microrregião; SI_i = salários industriais na i-ésima microrregião; VCM_i = vendas do comércio de mercadorias no i-ésimo município ou microrregião; SCM_i = salários do comércio de mercadorias na i-ésima microrregião; PEA_i = população economicamente ativa dos setores serviços ($PEAS_i$), intermediários financeiros ($PEAIF_i$), governo ($PEAG_i$) e transportes e comunicações ($PEATC_i$) no i-ésimo município ou microrregião; $RS_i - DS_i$ = receita menos despesas de operação dos serviços no i-ésimo município ou microrregião; DOS_i = despesas de operação dos serviços no i-ésimo município.

A Tabela 4 indica que em apenas um caso (agricultura 1970) foi possível estimar a RI_i sem nenhum viés, porque todas as variáveis estavam desagregadas espacialmente no próprio Censo. Em outros casos (indústria em todos os anos, comércio de mercadorias em 1949 e 1970), a necessidade

de desagregar no espaço ocorreu somente para algumas variáveis de pouca expressão econômica, tais como despesas diversas, juros, etc. Nos demais casos, a RI estimada pela FGV foi distribuída em função, ora do valor adicionado setorial (serviços em 1949 e 1970), ora em função da PEA setorial.

Com a finalidade de tornar mais detalhada a compreensão dessa questão, passa-se a apresentar os modelos escolhidos, por ano e por setor, de atividade econômica.

4.2.1 – A renda interna em 1939

a) Agricultura

A RI do Setor Primário em 1939 do i -ésimo município é dada por⁸:

$$RIA_i = RIA_{E,FGV} \cdot \frac{VPA_i}{VPA_E} \quad (1)$$

onde,

RIA_i = renda interna da agricultura no i -ésimo município;

$RIA_{E,FGV}$ = renda interna da agricultura, calculada pela FGV, no Estado;

$VPA_{i,E}$ = valor da produção agrícola no i -ésimo município e no Estado.

Essa equação prevaleceu sobre a equação (31) do Apêndice por duas razões. A primeira é que a RI total da agricultura estimada através do modelo alternativo atingiu somente 61,4% do cálculo da FGV. A segunda razão é que a equação escolhida revelou um coeficiente de correlação de Pearson de 0,335 contra 0,226 da outra, quando se correlacionou a RI_i com a massa salarial.

⁸ No momento em que se distribui espacialmente o valor adicionado da agricultura em função do valor da produção em cada município, supõe-se coeficientes tecnológicos fixos para o setor.

b) Indústria

A RI do Setor Secundário, neste ano, do i-ésimo município é dada por:

$$RII_i = VTI_i - \left[(DDI_E - AAI_E) \cdot \frac{VTI_i}{VTI_E} \right] \quad (2)$$

sendo,

$$VTI_i = VPI_i - CII_i$$

onde,

RII_i = renda interna da indústria no i-ésimo município;

$VTI_{i,E}$ = valor da transformação industrial no i-ésimo município e no Estado;

DDI_E = despesas diversas da indústria no Estado;

AAI_E = aluguéis e arrendamentos da indústria no Estado;

VPI_i = valor da produção industrial no i-ésimo município;

CII_i = consumo intermediário da indústria no i-ésimo município.

Para estimar a RI da indústria por município, haviam quatro maneiras distintas. A equação (32) do Apêndice foi descartada porque dos cálculos resultaram alguns municípios com renda negativa. Para as demais foram calculadas as correlações entre as RI delas decorrentes e a massa salarial da indústria neste ano. O resultado revelou coeficientes mais altos e iguais (0,99) tanto para a equação (2) quanto para a (34). A escolha entre ambas recaiu sobre a (2) porque esta equação possui variáveis desagregadas, ao nível de município, e também porque se evitaria a suposição de coeficientes tecnológicos fixos para a indústria em todos os municípios.

c) Comércio de Mercadorias

A RI do comércio em 1939 é dada por:

$$RICM_i = RICM_{E,FGV} \cdot \frac{VCM_i}{VCM_E} \quad (3)$$

onde,

$RICM_i$ = renda interna do comércio de mercadorias no i -ésimo município;

$RICM_{E,FGV}$ = renda interna do comércio de mercadorias, calculada pela FGV, no Estado;

$VCM_{i,E}$ = vendas do comércio de mercadorias no i -ésimo município e no Estado.

Para estimar a RI do comércio de mercadorias, dispunha-se de três alternativas. A equação (35) constante do Apêndice foi descartada por ter revelado renda interna negativa para alguns municípios. Entre as equações (36) do Apêndice e a (3) deste capítulo, optou-se por esta última por julgar-se que a mesma apresenta os resultados mais reais do que a outra alternativa, apesar da correlação entre ambas e a massa salarial ter sido igual, ou seja, 0,99. A razão que conduziu a essa opção é o fato de que a variável vendas é levantada no próprio registro contábil das empresas, que assegura que a mesma representa mais fielmente a distribuição espacial da atividade em questão. Já a população economicamente ativa (PEA) é obtida através do Censo Demográfico onde a base unitária do levantamento é o indivíduo, fato que confere uma confiabilidade menor dessa variável, relativamente a outras do Censo Econômico, como expressão verdadeira da distribuição espacial das atividades econômicas, quando vistas sob a ótica setorial. Isso tende a ser verdade, na medida em que o universo do Censo Econômico é muito menor do que o do Censo Demográfico, portanto, mais fácil de trabalhar, e a clientela do primeiro ser relativamente mais qualificada do que a do segundo. Esse aspecto tem sido demonstrado durante a realização dos censos quando grande número de indivíduos não sabem definir exatamente, aos recenseadores, a que setor de atividade se encontram ligados.

d) Serviços

A RI dos serviços em 1939 será dada por:

$$RIS_i = RIS_{E,FGV} \cdot \frac{PEAS_i}{PEAS_E} \quad (4)$$

onde,

- RIS_i = renda interna dos serviços no i-ésimo município;
 $RIS_{E,FGV}$ = renda interna dos serviços, calculada pela FGV, no Estado;
 $PEAS_{i,E}$ = população economicamente ativa dos serviços no i-ésimo município e no Estado.

Neste caso, dispunha-se de dois modelos — o (4) deste capítulo e o (37) do Apêndice — para calcular a RI, tendo sido escolhido o primeiro devido ao fato de que a RI global resultante do (37) representava somente 36% da estimativa da FGV.

e) Intermediários Financeiros

A RI dos intermediários financeiros será dada por:

$$RIIF_i = RIIF_{E,FGV} \cdot \frac{PEAIF_i}{PEAIF_E} \quad (5)$$

onde,

- $RIIF_i$ = renda interna dos intermediários financeiros no i-ésimo município;
 $RIIF_{E,FGV}$ = renda interna dos intermediários financeiros, calculada pela FGV, no Estado;
 $PEAIF_{i,E}$ = população economicamente ativa dos intermediários financeiros no i-ésimo município e no Estado.

O Censo Econômico de 1939 apresentou dados sobre o mercado de crédito e de valores mobiliários⁹, no entanto estes não puderam ser utilizados devido ao nível de agregação em que se encontravam. Por tal ra-

⁹ No Censo as atividades do mercado de crédito incluem: os bancos e casas bancárias, as caixas econômicas, os montes de socorro ainda existentes nesta época, as associações de empréstimos imobiliários, as cooperativas de crédito e as dos institutos de fomento econômico, bem como as seções bancárias de empresas industriais, comerciais ou agrícolas e as demais instituições que têm as operações de crédito como objetivo principal de suas atividades.

ção, a solução encontrada foi adotar a estimativa da FGV para o setor e distribuí-la espacialmente segundo a população economicamente ativa (PEA) setorial¹⁰. Supõe-se que a PEA esteja, de certa forma, distribuída no espaço, proporcionalmente ao valor adicionado gerado por essas instituições. A mesma suposição é feita para o caso da RI do governo e dos transportes e comunicações. Neste caso, supõe-se uma remuneração média no espaço, embora se saiba que, mesmo nesses setores, o conjunto das remunerações mais elevadas se concentram nos centros urbanos maiores, causando um viés na estimativa que provavelmente não comprometerá significativamente o resultado deste trabalho.

f) Governo

A RI do setor governo¹¹ será dada por:

$$RIG_i = RIG_{E,FGV} \cdot \frac{PEAG_i}{PEAG_E} \quad (6)$$

onde,

RIG_i = renda interna do governo no i-ésimo município;

$RIG_{E,FGV}$ = renda interna do governo, calculada pela FGV, no Estado;

$PEAG_{i,E}$ = população economicamente ativa do governo no i-ésimo município e no Estado.

¹⁰ A PEA dos intermediários financeiros está recenseada juntamente com a PEA do comércio de imóveis. No entanto esta última é praticamente insignificante no todo, não implicando em risco relevante para a qualidade dos resultados. Fazendo uma analogia da composição da PEA com os dados do Censo Econômico, pode-se compreender melhor esta afirmação. Em número de empresas os intermediários financeiros representavam 90% do total, e em número de empregados, 93%, donde se conclui que provavelmente com a PEA ocorra fenômeno semelhante.

¹¹ A RI gerada pelo setor público inclui os salários, ordenados e remunerações em espécie — vestuário, uniformes, alimentação, etc. — do funcionalismo civil e militar de todas as esferas de governo, prestando serviços ligados à administração pública propriamente dita. Estão excluídas as empresas públicas, sociedades de economia mista e até mesmo as autarquias desempenhando função empresarial.

Este foi o único caminho encontrado para estimar a RI do governo, já que os censos econômicos do IBGE não abrangem este setor. A PEA que serviu como variável de ponderação da distribuição espacial do valor adicionado setorial era constituída pelos subsetores administração pública, justiça, ensino público, defesa nacional e segurança pública, constantes do Censo Demográfico do IBGE.

g) Transportes e Comunicações

A RI deste setor¹² será dada por:

$$RITC_i = RITC_{E,FGV} \cdot \frac{PEATC_i}{PEATC_E} \quad (7)$$

onde,

$RITC_i$ = renda interna dos transportes e comunicações no i-ésimo município;

$RITC_{E,FGV}$ = renda interna dos transportes e comunicações, calculada pela FGV, no Estado;

$PEATC_{i,E}$ = população economicamente ativa dos transportes e comunicações no i-ésimo município e no Estado.

Da mesma forma como no governo, esse foi o único caminho encontrado para obter a RI setorial desagregadamente, já que o Censo Econômico não abrangeu essas atividades.

h) Consolidação da Estimativa de Renda Interna

A consolidação da RI municipal do Rio Grande do Sul, para efeito deste trabalho, é dada por:

$$RIM_i = RIA_i + RII_i + RICM_i + RIS_i + RIIF_i + RIG_i + RITC_i \quad (8)$$

¹² Este setor compreende os transportes aéreos e serviços de telecomunicações; carris urbanos; transportes ferroviários e marítimos; transportes rodoviários e estiva; correios e telégrafos; serviços telefônicos.

4.2.2 – A renda interna em 1949

a) Agricultura

A RI agrícola, neste ano, será dada por:

$$RIA_i = RIA_{E,FGV} \cdot \frac{RIA_{i,DG}}{RIA_{E,DG}} \quad (9)$$

onde,

RIA_i = renda interna da agricultura no i-ésimo município;

$RIA_{E,FGV}$ = renda interna da agricultura, calculada pela FGV, no Estado;

$RIA_{i,E,DG}$ = renda interna da agricultura, calculada pelo Prof. David Garlow¹³, no i-ésimo município e no Estado.

O Censo Econômico (agricultura) de 1949 não apresentou a variável valor da produção, fato que impediu que se adotasse procedimento semelhante ao adotado em 1939 para este setor. Mesmo assim, ainda foi possível formular duas alternativas para calcular a RIA_i . A primeira é a equação (9) deste capítulo e a segunda o modelo (38) do Apêndice tendo prevalecido a primeira. A escolha teve por base as correlações¹⁴ cal-

¹³ O Dr. Garlow defrontou-se com o mesmo problema aqui encontrado para estimar a renda "per capita" agrícola. Para resolver seu problema, Garlow arrolou, por município, a produção física de alfafa, arroz, batata-inglesa, cana, cebola, feijão, fumo, lã, laranja, mandioca, milho, soja, trigo e uva, além de ter acrescido a quantidade produzida de leite e os inventários dos suínos e bovinos. Em seguida, multiplicou essas quantidades pelos respectivos preços médios e deduziu as despesas com salários e aluguéis do setor. Dividindo esses valores pela PEA da agricultura obteve a renda agrícola "per capita". Essa estimativa não foi publicada. Preferiu-se usar os resultados obtidos por Garlow como variável de ponderação, tal como a PEA, em lugar de usá-la como RI, porque na verdade os cálculos procedidos por este autor, correspondem muito mais ao valor da produção agrícola do que a RIA_i devido às dificuldades em imputar o consumo intermediário. Isso pode ser percebido quando se compara a $RIA_{E,DG}$ (Cr\$... 17.817.172,00) com a $RIA_{E,FGV}$ (Cr\$ 5.602.000,00).

¹⁴ A correlação entre a RIA_i obtida pela distribuição segundo RIA_{DG} e o "valor da terra agrícola" foi de 0,728, enquanto a calculada em função da PEA apresentou uma correlação de 0,381.

culadas entre as respectivas RI e o valor da terra agrícola, além de ter sido considerado que os componentes da $RIA_{i,DG}$ são mais associados especialmente com o valor adicionado do setor do que a PEA da agricultura.

b) Indústria

A RI da indústria, neste ano, será dada por:

$$RII_i = VTI_i - \left[(DDI_E - AAI_E - ITI_E - JI_E) \cdot \frac{VTI_i}{VTI_E} \right] \quad (10)$$

sendo,

$$VTI_i = VPI_i - CII_i$$

onde,

RII_i = renda interna da indústria no i-ésimo município;

$VTI_{i,E}$ = valor da transformação industrial no i-ésimo município e no Estado;

DDI_E = despesas diversas da indústria no Estado;

AAI_E = aluguéis e arrendamentos da indústria no Estado;

ITI_E = indenizações trabalhistas da indústria no Estado;

JI_E = juros da indústria no Estado;

VPI_i = valor da produção industrial no i-ésimo município;

CII_i = consumo intermediário da indústria no i-ésimo município.

Essa alternativa prevaleceu sobre a equação (39) do Apêndice, porque apresentou RI negativa em quase 9% dos municípios.

c) Comércio de Mercadorias

A RI do setor comercial, em 1949, será dada por:

$$RICM_i = SCM_i + AACM_i + VCM_i \left[\frac{RICM_{E,FGV} - (SCM_E + AACM_E)}{VCM_E} \right] \quad (11)$$

sendo,

$$AACM_i = AACM_E \cdot \frac{VCM_i}{VCM_E}$$

onde,

$RICM_i$ = renda interna do comércio de mercadorias no i-ésimo município;

$SCM_{i,E}$ = salários do comércio de mercadorias no i-ésimo município e no Estado;

$AACM_{i,E}$ = alugueis e arrendamentos do comércio de mercadorias no i-ésimo município e no Estado;

$VCM_{i,E}$ = vendas do comércio de mercadorias no i-ésimo município e no Estado;

$RICM_{E,FGV}$ = renda interna do comércio de mercadorias, calculada pela FGV, no Estado.

Essa alternativa foi preferida sobre as demais – modelos (40) e (41) do Apêndice – em função do grau de correlação¹⁵ entre as $RICM_i$ e a massa salarial. Além disso, contêm duas variáveis desagregadas espacialmente, sem a necessidade de supor coeficiente tecnológico fixo.

d) Serviços

A RI deste setor, para o ano de 1949, será calculada mediante a equação:

$$RIS_i = RIS_{E,FGV} \cdot \frac{RS_i - DS_i}{RS_E - DS_E} \quad (12)$$

onde,

RIS_i = renda interna dos serviços no i-ésimo município;

$RIS_{E,FGV}$ = renda interna dos serviços, calculada pela FGV, no Estado;

¹⁵ A correlação entre a $RICM_i$ e a massa salarial da alternativa escolhida foi de 0,998, enquanto que para as demais foi de 0,997(40) e 0,987(41).

$RS_{i,E}$ = receita dos serviços no i-ésimo município e no Estado;

$DS_{i,E}$ = despesa dos serviços no i-ésimo município e no Estado.

Para estimar a RI dos serviços, dispunha-se de dois modelos, tendo sido escolhido esse pelo critério do grau de correlação¹⁶ entre a RIS_i e a massa salarial do setor.

e) Intermediários Financeiros

A RI setorial, neste caso, será dada por:

$$RIIF_i = RIIF_{E,FGV} \cdot \frac{PEAIF_i}{PEAIF_E} \quad (13)$$

onde,

$RIIF_i$ = renda interna dos intermediários financeiros no i-ésimo município;

$RIIF_{E,FGV}$ = renda interna dos intermediários financeiros, calculada pela FGV, no Estado;

$PEAIF_{i,E}$ = população economicamente ativa dos intermediários financeiros no i-ésimo município e no Estado.

O Censo Econômico de 1949 apresentou dados sobre este setor, desagregados segundo as Zonas Fisiográficas, nível ainda insuficiente para os objetivos deste trabalho. Restou a mesma solução adotada para o ano de 1939, inclusive sob as mesmas condições. O mesmo procedimento será adotado para o setor governo e também para o Transportes e Comunicações.

f) Governo

A RI do setor governo será obtida através de:

$$RIG_i = RIG_{E,FGV} \cdot \frac{PEAG_i}{PEAG_E} \quad (14)$$

¹⁶ A correlação entre a RIS_i , da equação escolhida e a massa salarial foi de 0,998, enquanto que na outra alternativa o coeficiente foi de 0,987.

onde,

- RIG_i = renda interna do governo no i-ésimo município;
 $RIG_{E,FGV}$ = renda interna do governo, calculada pela FGV, no Estado;
 $PEAG_{i,E}$ = população economicamente ativa do governo no i-ésimo município e no Estado.

g) Transportes e Comunicações

A RI setorial será obtida mediante a equação:

$$RITC_i = RITC_{E,FGV} \cdot \frac{PEATC_i}{PEATC_E} \quad (15)$$

onde,

- $RITC_i$ = renda interna dos transportes e comunicações no i-ésimo município;
 $RITC_{E,FGV}$ = renda interna dos transportes e comunicações, calculada pela FGV, no Estado;
 $PEATC_{i,E}$ = população economicamente ativa dos transportes e comunicações no i-ésimo município e no Estado.

h) Consolidação da Estimativa de Renda Interna

A RI total do i-ésimo município é dada pelo somatório das respectivas rendas setoriais, ou seja:

$$RIM_i = RIA_i + RII_i + RICM_i + RIS_i + RIIF_i + RIG_i + RITC_i \quad (16)$$

4.2.3 – A renda interna em 1959

A estimativa da RI para esse ano, ao nível de município, só foi possível a partir das estimativas elaboradas pela FGV para o estado. Não foi possível fazer estimativas da RI setorial a partir dos Censos Econômicos devido às grandes deficiências que os mesmos apresentaram neste ano. Apesar das dificuldades, não seria conveniente deixar de incorporar esse ano na amostra deste trabalho, pois ele representa o final

de um período de grande expansão econômica no País e de relevante significado para o estudo das disparidades regionais.

a) Agricultura

A RI da agricultura, neste ano, será estimada mediante a equação:

$$RIA_i = RIA_{E,FGV} \cdot \frac{DA_i}{DA_E} \quad (17)$$

onde,

RIA_i = renda interna da agricultura no i-ésimo município;

$RIA_{E,FGV}$ = renda interna da agricultura, calculada pela FGV, no Estado;

$DA_{i,E}$ = despesas da agricultura no i-ésimo município e no Estado.

O Censo Agrícola desse ano não apresentou a variável valor da produção, fato que direcionou a distribuição espacial da $RIA_{E,FGV}$ em função da DA_i e da população economicamente ativa da agricultura. A preferência pela equação (17) ao invés da equação (43) do Apêndice foi estabelecida pelo critério da maior correlação existente entre as duas estimativas e a massa salarial da agricultura, embora se admita que o uso da variável DA_i implica a geração de um viés em favor dos tipos de produção em que a compra de insumos por unidade de produto é maior. O coeficiente de correlação de Pearson para a equação (17) foi de 0,848 e para a (43) de 0,253.

b) Indústria

A RI industrial será obtida mediante:

$$RII_i = RII_{E,FGV} \cdot \frac{VTI_i}{VTI_E} \quad (18)$$

onde,

RII_i = renda interna da indústria no i-ésimo município;

$RII_{E,FGV}$ = renda interna da indústria, calculada pela FGV, no Estado;

$VTI_{i,E}$ = valor da transformação industrial no i-ésimo município e no Estado.

Da mesma forma que no caso anterior, dispunha-se de duas formas para estimar a RI da indústria. A preferência pela (18) foi devido ao fato de que esta estimativa apresentou correlação mais alta (0,981) com a massa salarial da indústria, enquanto a equação (44) do Apêndice alcançou um coeficiente de correlação de 0,977.

c) Comércio de Mercadorias

A RI do comércio de mercadorias será estimada através da equação:

$$RICM_i = RICM_{E,FGV} \cdot \frac{VCM_i}{VCM_E} \quad (19)$$

onde,

$RICM_i$ = renda interna do comércio de mercadorias no i-ésimo município;

$RICM_{E,FGV}$ = renda interna do comércio de mercadorias, calculada pela FGV, no Estado;

$VCM_{i,E}$ = vendas do comércio de mercadorias no i-ésimo município e no Estado.

d) Serviços

A RI dos serviços será calculada através de:

$$RIS_i = RIS_{E,FGV} \cdot \frac{RS_i - DS_i}{RS_E - DS_E} \quad (20)$$

onde,

RIS_i = renda interna dos serviços no i-ésimo município;

$RIS_{E,FGV}$ = renda interna dos serviços, calculada pela FGV, no Estado;

$RS_{i,E}$ = receita dos serviços no i-ésimo município e no Estado;

$DS_{i,E}$ = despesas dos serviços no i-ésimo município e no Estado.

e) Intermediários Financeiros/Governo/Transportes e Comunicações

Em virtude das precariedades censitárias, já comentadas no início desta seção, não foi possível estimar a RI dos três subsetores individualmente. O Censo Demográfico apresentou as PEAs destes três segmentos de forma agregada. Portanto, restou somente a alternativa de somar os três subsetores e distribuí-los no espaço em função da PEA correspondente. Assim sendo, a RI, neste caso, será estimada através de:

$$RI (IF+G+TC)_i = RI (IF+G+TC)_{E,FGV} \cdot \frac{PEA (IF+G+TC)_i}{PEA (IF+G+TC)_E} \quad (21)$$

onde,

$RI (IF+G+TC)_i$ = renda interna dos intermediários financeiros, governo e transportes e comunicações no i-ésimo município;

$RI (IF+G+TC)_{E,FGV}$ = renda interna dos intermediários financeiros, governo e transportes e comunicações, calculada pela FGV, no Estado;

$PEA (IF+G+TC)_{i,E}$ = população economicamente ativa dos intermediários financeiros, governo e transportes e comunicações no i-ésimo município e no Estado.

f) Consolidação da Estimativa de Renda Interna

A RI do i-ésimo município será estimada mediante a equação:

$$RIM_i = RIA_i + RII_i + RICM_i + RIS_i + RI (IF+G+TC)_i \quad (22)$$

4.2.4 – A renda interna em 1970

Os Censos Econômicos deste ano, de um modo geral, facilitaram o trabalho de estimação da RI, na medida em que apresentaram um maior número de variáveis desagregadas ao nível de município ou microrregião homogênea.

a) Agricultura

A RI agrícola será dada por:

$$RIA_i = VPA_i - CIA_i \quad (23)$$

sendo,

$$CIA_i = CCA_i + DA_i - (SA_i + AAA_i + QPPA_i + JA_i)$$

onde,

RIA_i = renda interna da agricultura na i-ésima microrregião;

VPA_i = valor da produção agrícola na i-ésima microrregião;

CIA_i = consumo intermediário da agricultura na i-ésima microrregião;

CCA_i = combustíveis consumidos na agricultura na i-ésima microrregião;

DA_i = despesas da agricultura na i-ésima microrregião;

SA_i = salários da agricultura na i-ésima microrregião;

AAA_i = aluguéis e arrendamentos da agricultura na i-ésima microrregião;

$QPPA_i$ = quotas-partes de parceiros agrícolas na i-ésima microrregião;

JA_i = juros da agricultura na i-ésima microrregião.

b) Indústria

A RI industrial será obtida através da equação:

$$RII_i = VTI_i - \left[DDI_i - (AAI_i + FGTSI_i + ITI_i + JI_i) \right] \quad (24)$$

sendo,

$$(AAI_i + JI_i) = (AAI_E + JI_E) \cdot \frac{VTI_i}{VTI_E}$$

$$(FGTSI_i + ITI_i) = (FGTSI_E + ITI_E) \cdot \frac{SI_i}{SI_E}$$

onde,

RII_i = renda interna da indústria na i-ésima microrregião;

- $VTI_{i,E}$ = valor da transformação industrial na i -ésima microrregião e no Estado;
 DDI_i = despesas diversas da indústria na i -ésima microrregião;
 $AAI_{i,E}$ = aluguéis e arrendamentos da indústria na i -ésima microrregião e no Estado;
 $FGTSI_{i,E}$ = Fundo de Garantia por Tempo de Serviço da indústria na i -ésima microrregião e no Estado;
 $ITI_{i,E}$ = indenizações trabalhistas da indústria na i -ésima microrregião e no Estado;
 $JI_{i,E}$ = juros da indústria na i -ésima microrregião e no Estado;
 $SI_{i,E}$ = salários da indústria na i -ésima microrregião e no Estado.

c) Comércio de Mercadorias

A RI do comércio será calculada através de:

$$\begin{aligned}
 RICM_i = & SCM_i + ORCM_i + AACM_i + FGTS_{CM}_i + ITCM_i + \\
 & + \frac{VCM_i}{VCM_E} \left[RICM_{E,FGV} - (SCM_E + ORCM_E + AACM_E + \right. \\
 & \left. + FGTS_{CM}_E + ITCM_E) \right] \quad (25)
 \end{aligned}$$

sendo,

$$(FGTS_{CM}_i + ITCM_i) = (FGTS_{CM}_E + ITCM_E) \cdot \frac{SCM_i}{SCM_E}$$

$$(ORCM_i + AACM_i) = (ORCM_E + AACM_E) \cdot \frac{VCM_i}{VCM_E}$$

onde,

$RICM_i$ = renda interna do comércio de mercadorias na i -ésima microrregião;

- $SCM_{i,E}$ = salários do comércio de mercadorias na i -ésima microrregião e no Estado;
 $ORCM_{i,E}$ = outras remunerações do comércio de mercadorias na i -ésima microrregião e no Estado;
 $AACM_{i,E}$ = aluguéis e arrendamentos do comércio de mercadorias na i -ésima microrregião e no Estado;
 $FGTSCM_{i,E}$ = Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do comércio de mercadorias na i -ésima microrregião e no Estado;
 $ITCM_{i,E}$ = indenizações trabalhistas do comércio de mercadorias na i -ésima microrregião e no Estado;
 $VCM_{i,E}$ = vendas do comércio de mercadorias na i -ésima microrregião e no Estado;
 $RICM_{E,FGV}$ = renda interna do comércio de mercadorias, calculada pela FGV, no Estado.

Essa alternativa prevaleceu sobre as demais equações (45) e (46) do Apêndice, tendo em vista as vantagens reveladas pelo critério da maior correlação¹⁷ existente entre a $RICM_i$ e a massa salarial do comércio.

d) Serviços

A RI deste setor para este ano será calculada mediante a equação:

$$RIS_i = RIS_{E,FGV} \cdot \frac{RS_i - DOS_i}{RS_E - DOS_E} \quad (26)$$

onde,

- RIS_i = renda interna dos serviços na i -ésima microrregião;
 $RIS_{E,FGV}$ = renda interna dos serviços, calculada pela FGV, no Estado;
 $RS_{i,E}$ = receitas dos serviços na i -ésima microrregião e no Estado;

¹⁷ As correlações entre as $RICM_i$ e a massa salarial do setor foram: 0,998 para a alternativa escolhida, 0,996 para a equação (45) e 0,987 para a equação (46), estas últimas contidas no Apêndice.

$DOS_{i,E}$ = despesas de operação dos serviços na i -ésima microrregião e no Estado.

Para estimar a RIS_i deste ano, dispunha-se de três alternativas. Esta prevaleceu sobre as demais equações – (47) e (48) do Apêndice – em função de dois critérios. O primeiro foi o da correlação¹⁸, tendo sido verificado que esta era igual para a alternativa escolhida e o modelo (47) do Apêndice. O segundo critério foi o de considerar o total da RI, tendo sido preterida a alternativa (47) do Apêndice, porque esta representava apenas 41,5% da estimativa da FGV, a qual serviu de base para a obtenção da RIS_i preferida.

e) Intermediários Financeiros

A RI deste setor será dada por:

$$RIIF_i = RIIF_{E,FGV} \cdot \frac{PEAIF_i}{PEAIF_E} \quad (27)$$

onde,

$RIIF_i$ = renda interna dos intermediários financeiros na i -ésima microrregião;

$RIIF_{E,FGV}$ = renda interna dos intermediários financeiros, calculada pela FGV, no Estado;

$PEAIF_{i,E}$ = população economicamente ativa dos Intermediários Financeiros na i -ésima microrregião e no Estado.

Os Censos Econômicos de 1970 não apresentaram nenhuma estatística para este setor, nem mesmo agregada, a exemplo dos anos 1939 e 1949. Por esta razão restou somente esta alternativa ao alcance deste trabalho e a exemplo dos anos anteriores. Igual procedimento será adotado para os setores governo e transportes e comunicações.

¹⁸ As correlações entre as RIS_i e a massa salarial foram 0,999 para as alternativas empatadas e 0,979 para a (48) do Apêndice.

f) Governo

A RI do setor público, neste ano, será estimada mediante a equação:

$$RIG_i = RIG_{E,FGV} \cdot \frac{PEAG_i}{PEAG_E} \quad (28)$$

onde,

RIG_i = renda interna do governo na i-ésima microrregião;

$RIG_{E,FGV}$ = renda interna do governo, calculada pela FGV, no Estado;

$PEAG_{i,E}$ = população economicamente ativa do governo na i-ésima microrregião e no Estado.

g) Transportes e Comunicações

A RI setorial será calculada através da equação:

$$RITC_i = RITC_{E,FGV} \cdot \frac{PEATC_i}{PEATC_E} \quad (29)$$

onde,

$RITC_i$ = renda interna dos transportes e comunicações na i-ésima microrregião;

$RITC_{E,FGV}$ = renda interna dos transportes e comunicações, calculada pela FGV, no Estado;

$PEATC_{i,E}$ = população economicamente ativa, dos transportes e comunicações na i-ésima microrregião e no Estado.

h) Consolidação da Estimativa de Renda Interna

A RI total da i-ésima microrregião é dada pelo somatório das respectivas rendas setoriais, ou seja:

$$RIMC_i = RIA_i + RII_i + RICM_i + RIS_i + RIIF_i + RIG_i + RITC_i \quad (30)$$

4.3 – A renda interna microrregional

Nesta seção será feita uma análise geral dos resultados das estimativas da RI ao nível das microrregiões homogêneas, bem como algumas considerações sobre o comportamento da economia gaúcha relacionada com a economia nacional, da qual ela constitui uma parte.

O período compreendido por esta análise foi caracterizada por fases de expansão e de declínio econômico no Rio Grande do Sul. Esses movimentos foram, em grande parte, reflexos do que ocorreu na economia brasileira, mais especificamente na região hegemônica do País. Esses reflexos, no entanto, atingiram os vários segmentos da economia gaúcha de forma diferenciada, isto é, tiveram maior influência naqueles setores¹⁹ que tinham uma articulação mais direta com a economia central do País.

A lavoura empresarial, baseada nas culturas do trigo e arroz, teve um período de expansão entre 1939-56, sendo que a partir daí experimentou uma fase de estagnação até 1968, quando então se inicia nova fase de crescimento. Nesta última fase além do trigo e do arroz foi incorporada a cultura da soja que se tornou o principal produto de exportação do Estado²⁰.

A pecuária tradicional já vinha enfrentando algumas crises alternadas com curtos períodos de prosperidade há várias décadas em decorrência da perda de mercados. Entre 1949-56, houve a perda definitiva do mercado do charque, apesar da dinamicidade da lã ovina. Apesar disso, esse segmento teve excelente desempenho no período 1959-66 através da bovinocultura que dirigia suas vendas predominantemente para o exterior. Após passar quase dois anos (1967-68) mergulhada em nova crise, a pecuária tradicional recuperou-se parcialmente, a partir de 1968 até 1973, quando se fechou o mercado europeu para a carne gaúcha²¹.

¹⁹ Neste caso serão considerados setores ou segmentos a lavoura empresarial, a pecuária tradicional, a agropecuária colonial, a indústria de transformação, entre outros.

²⁰ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *A agricultura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1978. p.87-98. (25 Anos de Economia Gaúcha, 3).

²¹ Está claro que o papel da pecuária tradicional no período 1955-75 foi gerar divisas, sempre que o mercado internacional estivesse favorável, para favorecer o processo de industrialização que se desenvolvia na região central do País. As condições favoráveis de mercado eram somadas medidas estimulantes de política econômica com a finalidade de exportar os excedentes.

Outro segmento que compõe a economia do Rio Grande do Sul é a agropecuária colonial. Trata-se de um setor cuja estrutura de produção, de um modo geral, não é organizada em moldes capitalistas, onde as relações familiares dão a tônica das relações de produção. Esse setor tem sido menos vulnerável às mudanças ocorridas na economia nacional, pelo fato de estar menos articulada com os segmentos dominantes, isto é, somente uma parte da sua produção é destinada ao mercado, a outra parte destina-se à subsistência. Seus produtos²² representavam até 1959 mais de 50% da produção primária do Estado, tendo na segunda metade da década de 60 baixado progressivamente sua participação até alcançar 46,8% em 1970 devido principalmente à ascensão da soja produzida em moldes empresariais.

A estrutura do setor industrial do Rio Grande do Sul teve, pelo menos até 1968, sempre a predominância de estabelecimentos produtores de bens não-duráveis de consumo²³. Na vigência (até 1955) do padrão de acumulação baseado na produção de não-duráveis, a nível nacional, a indústria gaúcha beneficiava produtos agrícolas da região e exportava os excedentes predominantemente para outras regiões do País. Na medida em que a indústria beneficiava a produção agropecuária e destinava grande parte dela ao mercado gaúcho, estava conferindo à economia estadual maior grau de autonomia decorrente dessa articulação interna.

A partir de 1956, iniciava-se nova fase na economia brasileira, ou seja, um novo padrão de acumulação industrial baseado em bens de consumo duráveis e um pouco mais tarde também em bens de produção. Este período que vai de 1956 até 1975 teve duas fases de expansão acelerada (1955-61 a 1968-74) e uma fase de estagnação relativa (1962-67). Na primeira fase de expansão ocorreram aumento das escalas de produção e mudanças nos padrões tecnológicos das indústrias tradicionais, na medida

²² Seus principais produtos no período 1939-70 foram: batata-inglesa, feijão, fumo, mandioca, milho, uva, suínos, leite e ovos, entre outros. Deve ser considerado que alguns produtos, como o fumo, por exemplo, embora sejam cultivados em pequenas propriedades, são produtos que se destinam na sua quase totalidade ao mercado.

²³ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1976. p. 139. (25 Anos de Economia Gaúcha, 4).

em que estas se organizavam para atender um mercado que se expandia a nível nacional. No Rio Grande do Sul, a indústria teve um movimento semelhante, fazendo com que o Estado se aproximasse das características essenciais do processo de expansão industrial então vigente na região hegemônica do País. A fase seguinte (1962-67) foi de estagnação relativa. No entanto, no final desta fase (1965-67), alguns gêneros tradicionais se expandiram em função da política de apoio às exportações implantada na segunda metade da década de 60.

A partir de 1968, houve a retomada do crescimento da economia brasileira, baseada na expansão do setor de bens duráveis. Nesta fase a maioria das indústrias tradicionais foram relativamente desaceleradas. A indústria gaúcha passou a encontrar mercado nas indústrias de bens duráveis e de capital, sediada no eixo São Paulo/Rio de Janeiro, para onde passou a produzir bens intermediários. Simultaneamente, expande-se no Estado a indústria de equipamentos agrícolas, adubos, fertilizantes, etc. para atender o segmento agrícola denominado lavoura empresarial.

Essa visão rápida do comportamento da economia gaúcha relacionada ao resto da economia nacional, especificamente à da região hegemônica, talvez ajude a entender os resultados numéricos das estimativas da RI das diversas microrregiões que compõem o Estado. Não há dúvida de que os movimentos da economia nacional, sendo a economia estadual dependente, tiveram influência no nível de renda gerada em cada microrregião, especialmente aquelas cuja base econômica está articulada aos setores de ponta da economia.

Os dados nominais a preços correntes estão contidos nas Tabelas I, IV, VII, X e XIII do Anexo Estatístico. A partir dessas estimativas, foram construídos indicadores da RI "per capita" que permitem estudar as disparidades econômicas entre as regiões que compõem o território do Rio Grande do Sul. Examinando os Gráficos 1, 2, 3 e 4, é possível observar que somente a microrregião de Porto Alegre manteve sua renda "per capita" acima da do Estado durante todo o período. Outras oscilaram ora acima, ora abaixo da média do Estado. Foi o caso das microrregiões da Campanha, Lagoa dos Patos, Lagoa Mirim, Litoral Oriental da Lagoa dos Patos, Fumicultora de Santa Cruz, Santa Maria, Triticulora de Cruz Alta e Viniculora de Caxias do Sul. Todas as demais apresentaram renda

por habitante abaixo da média estadual. Um aspecto importante a ressaltar neste tipo de abordagem é que no final do período somente quatro microrregiões (Porto Alegre, Vinicultora de Caxias do Sul, Litoral Oriental da Lagoa dos Patos e Colonial Ijuí) geraram rendas "per capita" superiores à renda média do Estado, as três primeiras são justamente aquelas áreas que experimentaram ritmo mais intenso de industrialização nos últimos anos, e a última, uma área beneficiada com a expansão da lavoura empresarial (trigo/soja) e atividades daí decorrentes.

Todos esses aspectos dão uma idéia inicial da evolução das disparidades regionais de renda no Rio Grande do Sul. No capítulo seguinte, serão analisados os indicadores de desigualdades regionais, calculados a partir das estimativas da RI aqui discutidas.

GRÁFICO 1

COMPARAÇÃO DA RENDA "PER CAPITA" MICRORREGIONAL COM
A RENDA "PER CAPITA" ESTADUAL - 1939

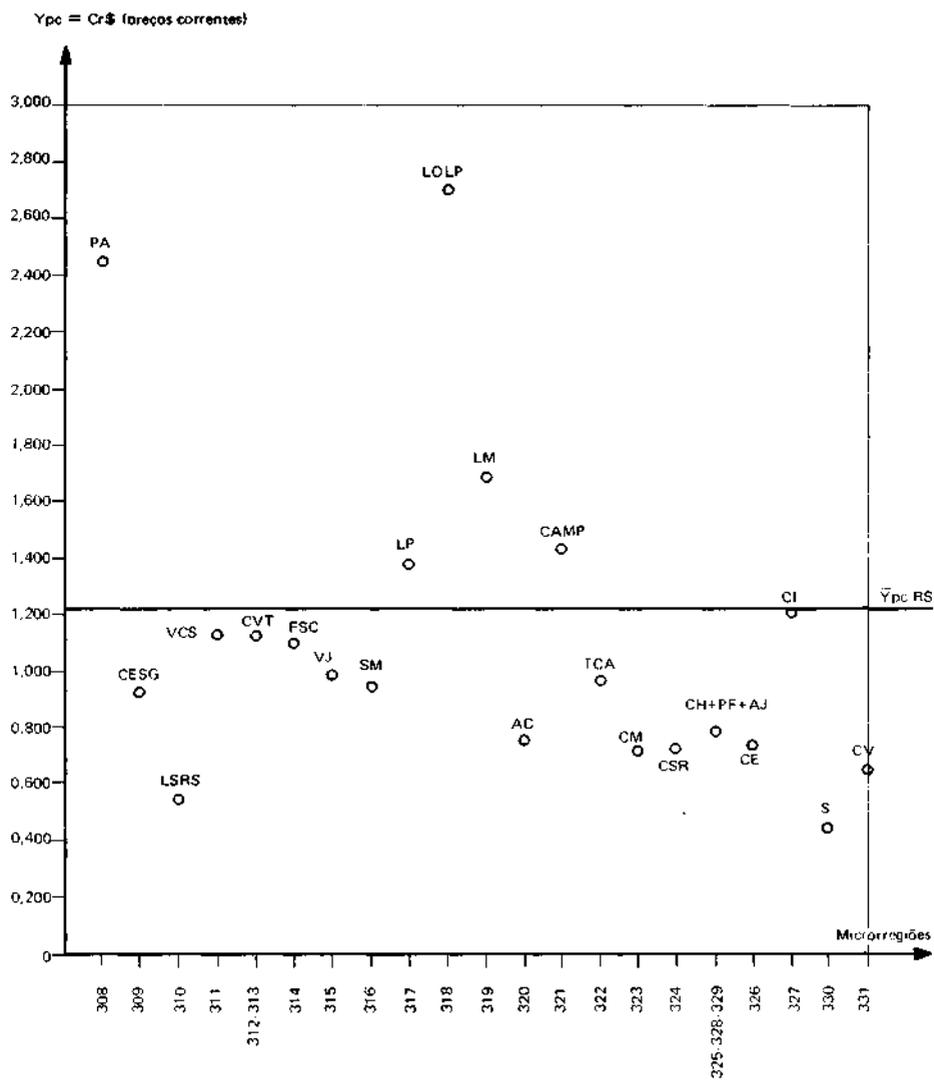
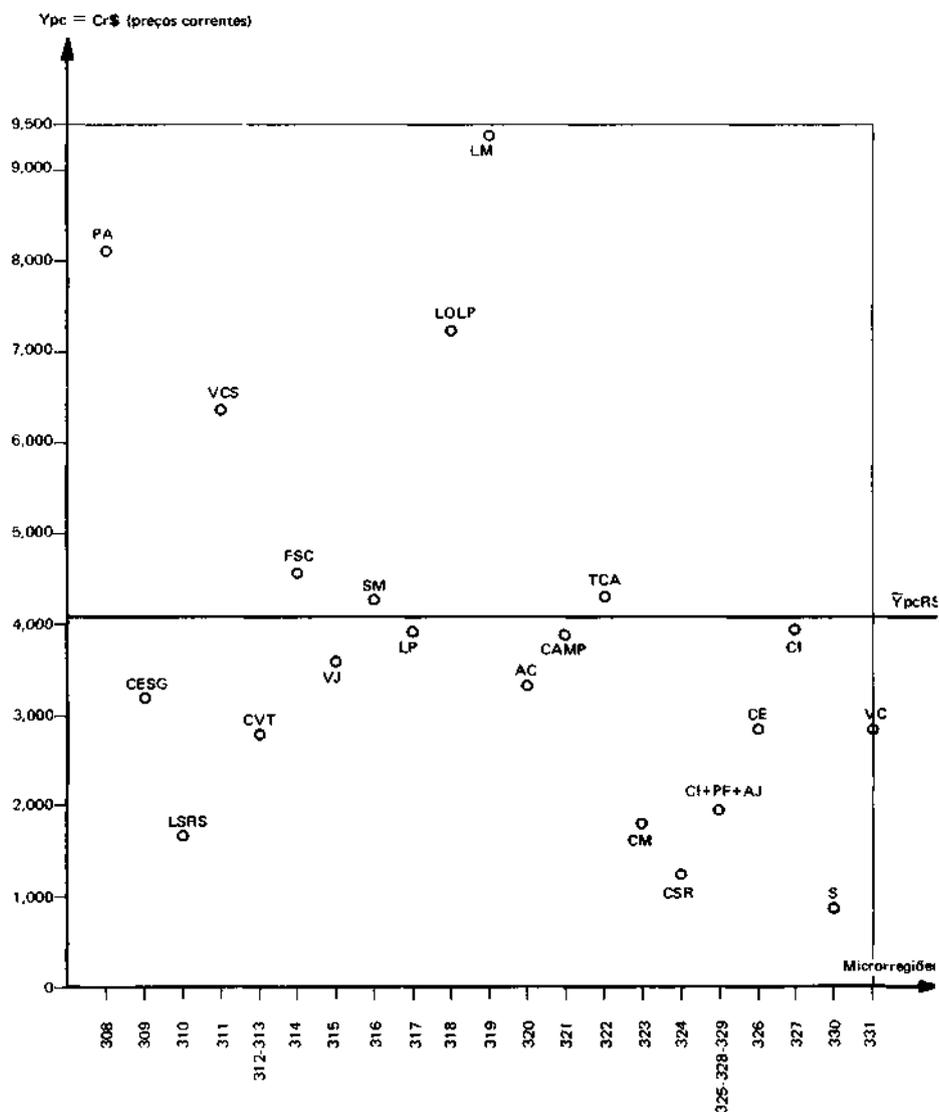


GRÁFICO 2

COMPARAÇÃO DA RENDA "PER CAPITA" MICRORREGIONAL COM
A RENDA "PER CAPITA" ESTADUAL - 1949



FONTE: Tabela III do Anexo Estatístico.

GRÁFICO 3

COMPARAÇÃO DA RENDA "PER CAPITA" MICRORREGIONAL COM
A RENDA "PER CAPITA" ESTADUAL - 1959

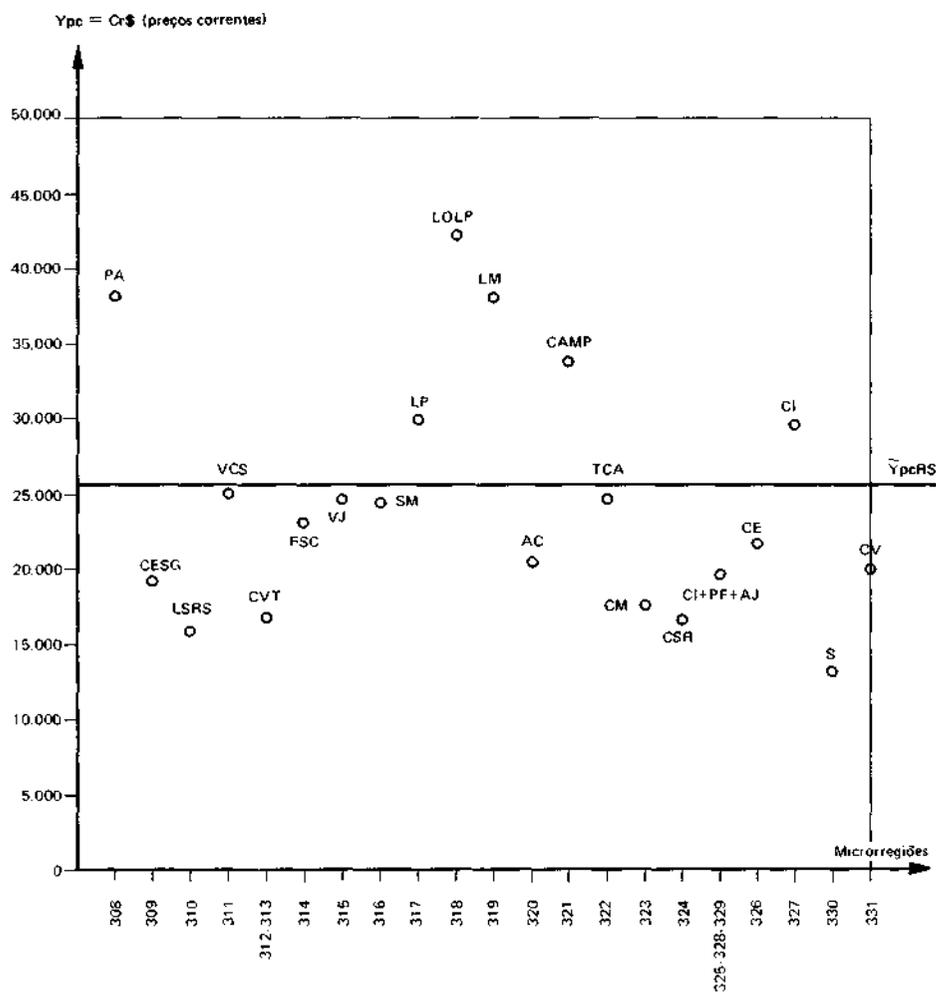
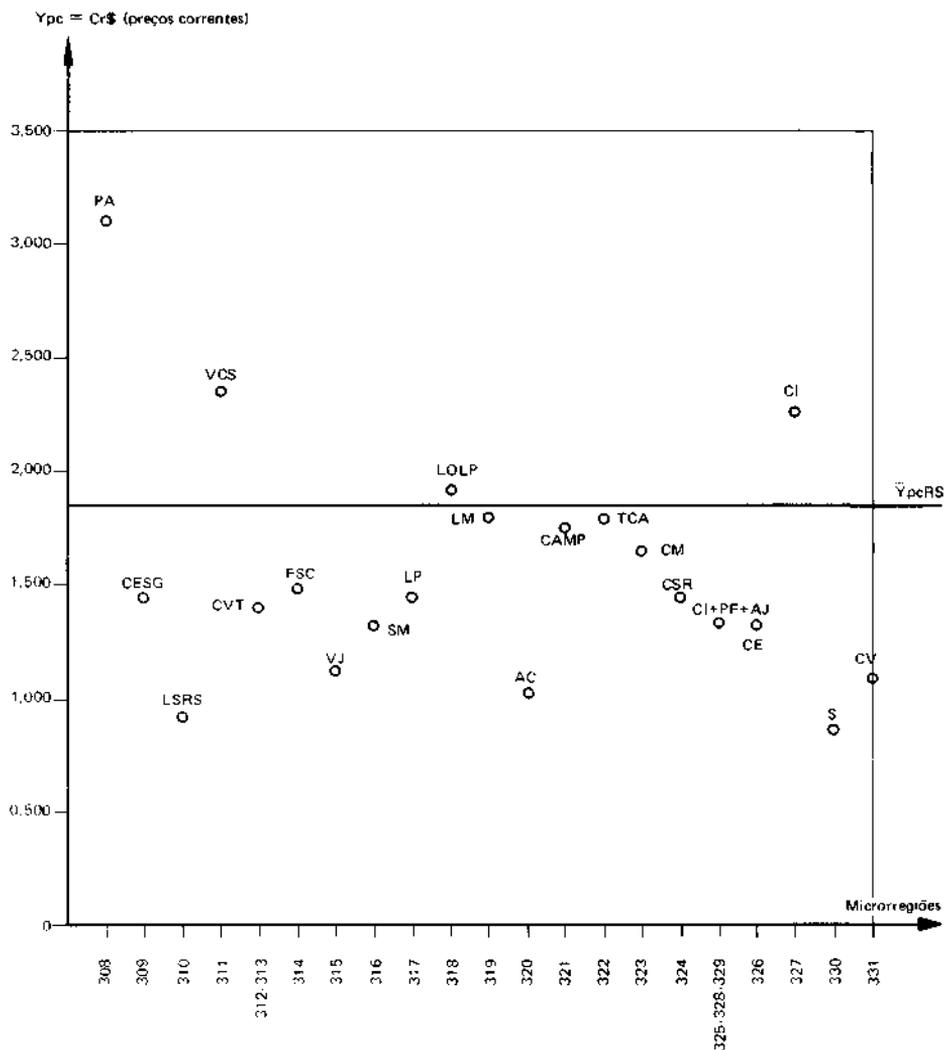


GRÁFICO 4

COMPARAÇÃO DA RENDA "PER CAPITA" MICRORREGIONAL COM
A RENDA "PER CAPITA" ESTADUAL - 1970



FONTE: Tabela III do Anexo Estatístico.

5 – A EVOLUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os valores dos coeficientes de desigualdades inter-regionais que representam a evolução do fenômeno ao nível do Rio Grande do Sul. Além disto, tentar-se-á explicar as principais causas da evolução do processo das disparidades regionais de renda. Antes, porém, convém retroceder um pouco no tempo, a fim de conhecer, de um modo geral, como se deu a ocupação territorial e em que bases se processou o desenvolvimento da economia estadual até o início do período (1939) objeto deste trabalho.

5.1 – Aspectos gerais da economia gaúcha até 1939

A estruturação do espaço rio-grandense, nos primeiros tempos, foi em grande parte determinada pelas próprias condições geográficas do seu território. De um modo geral, pode-se estabelecer duas grandes regiões no Estado, notavelmente distintas em suas características ecológicas. A primeira ao norte, constituída de relevo acidentado, embora possua campos, revestida por mata, onde se desenvolveram simultaneamente atividades lavoureira e pecuária. A segunda ao sul, possui topografia plana e vegetação de campos em grande parte de sua superfície, onde se desenvolveu principalmente a criação de grandes animais.

Segundo Singer¹, as características físicas das duas áreas teriam condicionado a formação da estrutura fundiária do Estado, determinando

¹ SINGER, Paul I. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Nacional, 1977. p. 141-98.

o estabelecimento de pequenas propriedades ao norte e, ao sul, de vastos latifúndios.²

A primeira referência de ocupação do Rio Grande do Sul é o estabelecimento das reduções jesuíticas no século XVII. Essas reduções se localizavam inicialmente às margens dos rios Ijuí, Piratini, Ibicuí e mais tarde às margens do Jacuí, Pardo e Pardinho. Nessa época, foram introduzidos o gado bovino e o equino no Estado, parte dos quais se desgarrou formando rebanhos selvagens que alcançaram os campos do sul do território gaúcho. Esse movimento de ocupação não chegou a consolidar importantes centros urbanos nem regiões econômicas organizadas, devido aos ataques dos paulistas em busca dos indígenas para o comércio de escravos. Por esta razão, os jesuítas, principais agentes da ocupação, retiraram-se, voltando meio século mais tarde, quando então fundaram os Sete Povos das Missões. Nesta mesma época, estava surgindo a atividade mineradora em Minas Gerais, a qual gerou considerável demanda por animais de carga (cavalos e muares). Em função deste comércio é que teve início a formação da sociedade pastoril no Estado.

A ocupação do território gaúcho pelo colono português ou brasileiro era fraca nessa época (meados do século XVIII), o que levou o Governo português a promover, simultaneamente à formação da sociedade pastoril, a colonização do Estado³, com a finalidade de assegurar a soberania sobre o território, tendo em vista as pretensões e invasões frequentes dos vizinhos do Prata. Esse movimento colonizador foi caracterizado por pequenos agricultores dedicados à lavoura, sedentários e, por isso mesmo, capazes de urbanizar os pontos fortificados.

² Inegavelmente, esse tipo de estrutura fundiária veio mais tarde influenciar a própria divisão administrativa (em municípios) do Estado, fazendo com que ao norte existam muitos municípios com pequena extensão de terras (exceto Vacaria) e ao sul, municípios com grandes extensões de território. Em função disso, a rede urbana tornou-se mais densa no norte do que no sul.

³ Inicialmente vieram 2.000 casais de açorianos que se dedicaram à lavoura de subsistência, cultivando milho, arroz, batata, mandioca, café, tabaco, cebola, legumes verdes, cereais, uvas, etc. e alguns produtos comerciais, como o trigo, linho e carnes, em propriedades de aproximadamente 272ha.

Tem-se, a partir de então, a coexistência de duas sociedades distintas: a dos estancieiros e a dos pequenos agricultores. Esta distinção ocorre considerando-se três aspectos. Sob o ponto de vista geográfico, localizadas em áreas distintas, uma na serra do sudeste e na campanha e a outra na depressão central e posteriormente na região serrana. Socialmente diferentes porque uma possuía uma hierarquia rígida formada por latifundiários, peões e escravos; a outra constituída por pequenos proprietários que são eventualmente usavam escravos. Sob o ponto de vista econômico, uma produzia couros e depois produtos de origem animal, a outra produzia trigo e produtos da lavoura.

Essa composição de forças sociais e econômicas é que praticamente inicia a estruturação do espaço econômico no Rio Grande do Sul, isto é, na formação da rede urbana e de regiões cujas bases econômicas se diferenciam, de uma forma ou de outra, até o presente.

Do movimento de ocupação açoriano surgem quatro núcleos urbanos⁴, dos quais o Porto de Viamão tinha a localização mais vantajosa sob o ponto de vista do transporte hidroviário. Em função desta vantagem, era o principal ponto de escoamento da produção tritícola que se destinava à exportação. Este importante papel comercial torna o Porto de Viamão na principal cidade do Estado, tendo sua população crescido consideravelmente.

A liderança econômica de Porto Alegre, no entanto, estende-se até 1820, mais ou menos, quando dois fenômenos, simultaneamente, passam a enfraquecer essa hegemonia. De um lado, a produção de trigo começa a apresentar sintomas de decadência.⁵ De outro lado, a pecuária emerge como forte atividade econômica. A pecuária bovina passa a ser a atividade agrícola de ponta na economia gaúcha. Porto Alegre transforma-se então de entreposto do trigo em entreposto do charque e de outros produtos de origem animal. No entanto Porto Alegre passa a perder sua hegemonia comercial devido à pesada concorrência que lhe movem as cidades de Pelo-

⁴ Capela Grande de Viamão, Porto de Viamão (atual Porto Alegre), Rio Grande de São Paulo (atual Rio Grande) e Santo Antonio da Patrulha.

⁵ SINGER, op. cit., nota 1. Os fatores que desestimularam a produção gaúcha de trigo foram os acordos de preços entre Portugal e Inglaterra e as pragas.

tas e Rio Grande. Estas últimas foram grandemente beneficiadas pela concentração das charqueadas localizadas às margens do rio São Gonçalo e próximas do porto de Rio Grande. O resultado dessas transformações, ocorridas entre 1820 e 1858, foi a decadência comercial de Porto Alegre, que ficou apenas como capital regional de uma zona economicamente secundária no estado, vindo a se recuperar somente com a colonização européia.

O primeiro fluxo migratório europeu provinha da Alemanha e constituiu assentamentos ao longo dos vales dos rios Jacuí, Sinos, Pardo, Taquari e Caí, cujos cursos navegáveis desembocam no Guaíba.⁶ Sob o ponto de vista econômico, é possível estabelecer três períodos nesse processo. No primeiro era desenvolvido o desmatamento e uma agricultura de subsistência. Em seguida, promoveu-se a expansão das culturas e a exportação dos excedentes, apesar de a agricultura ainda ser, em sua essência, de subsistência. Por último, observa-se o surgimento da agricultura comercial especializada simultaneamente ao aparecimento das primeiras agroindústrias, cujos produtos básicos eram banha, toucinho, milho, etc.

Convém ainda salientar que o processo de colonização alemã, iniciado em 1824, sofreu interrupção entre 1830 e 1844 por pressão dos fazendeiros, que comandavam a política rio-grandense e que julgavam a política de colonização uma concessão à política abolicionista preconizada pela Inglaterra, à qual se opunham.

Algumas décadas mais tarde, iniciou-se outro fluxo de colonização, desta vez proveniente da Itália. Sob o ponto de vista econômico, as características deste processo são semelhantes às do processo discutido anteriormente, isto é, tratava-se de agricultores que, após o desmatamento, desenvolviam uma agricultura, predominantemente, de subsistência e, posteriormente, ingressavam no mercado comercializando alguns produtos agrícolas. Convém lembrar que esse fluxo de imigrantes foi me-

⁶ Deste processo migratório surgiram importantes núcleos urbanos, sendo o primeiro deles São Leopoldo, além de Santa Cruz e Nova Petrópolis entre outros. Deve ser assinalado ainda que a consolidação de Porto Alegre como capital econômica do Estado deveu-se em grande parte à economia desse processo migratório.

nos afortunado do que os anteriores, pois encontrou já ocupadas as melhores terras para agricultura. Localizaram-se inicialmente na serra (Colônia Velha) gaúcha, região de relevo desfavorável, cortada de vales e com precaríssimas vias de comunicação. Posteriormente, expandiram-se para o norte do estado (Colônia Nova), onde as condições foram mais favoráveis em termos de meio ambiente físico. Deste movimento resultou a estruturação de uma forte região⁷ produtora não só em função da agropecuária colonial, mas também de um setor industrial relativamente forte no Estado. Grande parte deste setor surgiu a partir do artesanato que se instalou na região com os próprios imigrantes, os quais desenvolviam uma gama diversificada de atividades, que iam desde o processamento de alguns produtos da agropecuária colonial (alimentos e bebidas) até pequenas ferrarias e funilarias entre outras.

Simultaneamente a esses movimentos de ocupação territorial via imigração, outras áreas do Estado consolidavam-se economicamente em função de outras atividades. É o caso da campanha, cuja base econômica era a pecuária tradicional. Nesta região, por exemplo, já havia uma rede urbana bem configurada, com cidades que possuíam comércio forte e uma oferta de serviços em geral de bom nível para a época.

Outro fato relevante ocorrido no período foi a implantação do sistema ferroviário⁸, a fim de prover a economia de um meio de transporte mais rápido e que atingisse regiões que as hidrovias não eram capaz de alcançar.

⁷ Entre outros prósperos municípios, onde preponderou a colonização italiana, podemos destacar: Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Encantado, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guaporé, Nova Prata e Veranópolis. Maiores detalhes a este respeito podem ser encontrados em:

COSTA, Renato. Características dos dez municípios do Estado em que mais avultou o trabalho do imigrante italiano. In: FORTINI, Archy-medes. *O 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre, Sulina, 1952. p. 17-20.

⁸ As primeiras linhas do sistema ferroviário foram: Porto Alegre-São Leopoldo (1874); Novo Hamburgo (1876); Taquara (1903); Canela (1924); Cachoeira do Sul (1883); Santa Maria (1884); Alegrete e Uruguaiana (1907); Cruz Alta (1894); Carazinho (1898); Passo Fundo (1900); Erechim (1910); Rio Grande-Pelotas-Bagé (1881-84); Cacequi (1896).

Em meio a esse quadro, desenvolvia-se também um lento processo de industrialização, especialmente nos centros urbanos de maior porte. Nesse sentido, o binômio Pelotas/Rio Grande⁹ comandava a economia gaúcha até 1860 aproximadamente, quando então Porto Alegre passou a recuperar-se mediante intensa atividade de intermediação comercial das exportações de São Leopoldo. Além disso, a cidade cresceu demograficamente e em infra-estrutura urbana – água encanada (1861); linhas de bondes (1864); grande mercado público (1869); Faculdades de Engenharia (1869), Medicina (1899) e Direito (1900) – fatos que contribuíram para consolidar o comando regional da economia gaúcha já antes do fim do século XIX.

Os primeiros 30 anos deste século caracterizam-se por algumas modificações importantes sob o ponto de vista regional. Na região Norte, a economia colonial expandia sua agricultura e intensificava suas ligações com o mercado nacional através do desenvolvimento da vinicultura e triticultura, especialmente a zona de colonização italiana. Na zona sul, cuja base econômica estava calcada no binômio "criação extensiva-charqueada", ocorre a fundação de frigoríficos que proporcionam um melhor aproveitamento dos produtos da pecuária. Crescem a produção de lã e a criação de ovelhas, que juntamente com as carnes em conserva constituem, na época, a base das exportações do Rio Grande do Sul. Além disso, outro fato importante ocorrido neste período foi o surgimento de uma orizicultura irrigada e organizada em moldes capitalistas¹⁰.

Nessas condições, no final dos anos 30, o território gaúcho estava praticamente ocupado em toda a sua extensão. Havia, então, 88 cidades (municípios) e as regiões estavam de alguma forma delineadas sob o pon-

⁹ As cidades de Pelotas e Rio Grande passaram a perder a hegemonia econômica regional em função da franca estagnação da economia do charque, devido à concorrência dos saladeiros do Prata, organizados em bases capitalistas com um nível de produtividade mais alto.

¹⁰ FRAQUELLI, Jane Aita. A lavoura capitalista do arroz e a crise de 1926. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S., org. RS: economia e política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p. 329-57.

to de vista da base econômica, isto é, da atividade predominante¹¹. A seguir, então, passa-se a estudar a evolução das disparidades de renda interna entre as regiões que compõem o espaço econômico do Rio Grande do Sul, definidas neste trabalho.

5.2 — A disparidade inter-regional da renda interna no Rio Grande do Sul e no Brasil: uma comparação

Esta seção pretende mostrar, comparativamente, na medida em que as informações permitirem, a evolução das disparidades regionais de renda em dois níveis de referência: no Brasil e no Rio Grande do Sul. Esta abordagem tem sentido desde que seja considerado o caráter dependente da economia gaúcha¹² com relação ao epicentro da economia nacional, ou

¹¹ A campanha produzindo carne, lã e arroz. A zona de colonização alemã/italiana desenvolvendo a agropecuária colonial (pequenos animais e lavoura diversificada) além de um florescente artesanato em transformação, parte do qual deu origem à nascente industrialização de vários municípios (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, São Leopoldo e Novo Hamburgo entre outros). A região industrial do Estado estruturou-se em Porto Alegre e arredores (ao longo da rodovia BR-116, trecho entre a capital e Novo Hamburgo). A região de Pelotas/Rio Grande igualmente continuou a se industrializar, embora em ritmo inferior ao da Grande Porto Alegre e de Caxias do Sul.

¹² A natureza e o grau de dependência do Rio Grande do Sul, através dos tempos têm-se caracterizado por apresentarem um Setor Primário pouco diversificado, quase monocultor e com fortes ligações com o exterior, exceção feita a uma parte da agropecuária colonial. Na época do modelo primário exportador, os produtos de ponta eram o trigo e o charque basicamente. Na vigência da substituição de importações houve ascensão da carne congelada e da lã, que se alternavam em função do mercado internacional e das necessidades de financiamento da expansão industrial no centro econômico do País. Mais recentemente, a cultura da soja assumiu o papel de produto principal no Estado, mais uma vez configurando a tendência à monocultura. No setor industrial, a tendência ao predomínio das indústrias de bens intermediários sobre as de bens finais e ligadas à região hegemônica demonstra mais uma vez o caráter dependente da economia gaúcha. Para uma maior discussão a este respeito ver:

SOUZA, P. R. C. *Um modelo primário exportador regional: o caso do Rio Grande do Sul, Brasil*. Santiago, Chile, 1973. 124p. (Tese de Mestrado apresentada à Universidade do Chile).

CARRION, Jr., F.M. *RS: política econômica e alternativas*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981. 136p.

seja, o eixo Rio-São Paulo. Tal dependência tem persistido historicamente, embora seu nível e natureza tenham sido distintos em alguns períodos.

Sendo uma parte da economia nacional, a economia do Rio Grande do Sul tem experimentado fenômenos semelhantes aos do Brasil ao longo do tempo. A este respeito, vale a pena lembrar que, no período 1939-70, embora o Rio Grande do Sul tenha mantido sua base econômica predominantemente agropastoril, desenvolveu, a nível industrial, um movimento substituidor de importações. Este movimento, tal como no resto do País, ocorreu e vem acontecendo de forma concentrada geograficamente. No mesmo sentido, a urbanização ocorrida nos dois níveis caracterizou-se pela forma desordenada e concentrada com que vem acontecendo, fruto de fortes correntes migratórias do tipo campo-cidade e cidade-cidade.¹³

Assim sendo, é de se supor que provavelmente a dinâmica das desigualdades seja semelhante nos dois níveis aqui considerados: o Brasil e o Rio Grande do Sul. Esta suposição funda-se na proposição de Myrdal, segundo a qual as desigualdades ocorrem em função das próprias relações de mercado ou, das próprias condições em que se dá a expansão capitalista. Ora, essas condições são, no mínimo, semelhante nos dois ambientes comparados.

Essas colocações iniciais passam agora a ser estudadas empiricamente, a fim de que se possa constatar em que direção estão evoluindo o Brasil e o Rio Grande do Sul, em termos de disparidade inter-regional de renda.

A Tabela 5 mostra os coeficientes (V_w , V_{uw} e M_w) de desigualdade regionais calculados para o Brasil por alguns autores e para o estado gaúcho. Não foi possível obter os coeficientes V_w , V_{uw} e M_w para todos os anos ao nível do Brasil. No entanto, como que se dispõe, é possível inferir algumas idéias. A série mais completa é a do V_w , felizmente a principal medida.

¹³ MIGRAÇÕES internas. Indicadores Sociais RS. Porto Alegre, FEE, 4(4): 1-81, out. 1976.

Tabela 5

Coefficientes de desigualdade regional de renda para o Brasil e para o Rio Grande do Sul ... 1939-1970

AUTORES	V w				V u w				M w			
	1939	1949	1959	1970	1939	1949	1959	1970	1939	1949	1959	1970
RS												
Alonso	0,493	0,545	0,313	0,398	0,469	0,535	0,305	0,319	38	42	28	34
BR												
Williamson	0,502	0,713	0,663	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redwood III	-	(1)0,650	0,590	(2)0,560	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: RS: Tabela XVI.

BR: Williamson, G. Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento nacional: descrição de padrões. In: SCHWARTZMAN, J., org. *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte, CDEPLAR, 1977. p.85.

REDWOOD III, J. Evolução recente das disparidades de renda regional no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, IPEA, 7(3):503, dez. 1977.

(1) Refere-se a 1950. (2) Refere-se a 1969.

Comparando os coeficientes Vw do Rio Grande do Sul e do Brasil, percebe-se que os relativos ao Estado são sempre menores do que os correspondentes ao País, devido basicamente à ausência de barreiras, o que permite maiores facilidades à mobilidade geográfica da população, fenômeno que funciona como balanceador do nível da renda por habitante microrregional. Isso significa que no Rio Grande do Sul a renda interna apresenta uma distribuição geográfica mais igualitária. Em outras palavras, não existem ao nível do Estado áreas deprimidas ou com as características do Nordeste a nível nacional. Além disso, o Rio Grande do Sul não experimentou um processo de industrialização com a mesma intensidade e natureza do que ocorreu no Brasil.¹⁴

Examinando a evolução dos coeficientes Vw da Tabela 5, verifica-se que durante os anos 40 se alargaram as disparidades de renda tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul. Já na década seguinte, ocorreu uma redução das disparidades, pelo menos numericamente, nos dois níveis comparados. Nos anos 60, os coeficientes calculados por Redwood III para

¹⁴ A taxa de crescimento anual do produto industrial revela a intensidade da industrialização: no período 1947/70, o setor industrial no Brasil cresceu a 8,7% enquanto no Rio Grande do Sul o mesmo setor cresceu a 6,7% anuais. Dados extraídos de FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, op. cit., nota 23, cap. 4, p. 21.

o Brasil indicam que continuam a diminuir os desníveis de renda regional, enquanto que no Estado houve um agravamento das desigualdades. Redwood III afirma que realmente diminuiu a distância entre as rendas "per capita" de alguns estados do Nordeste e a de São Paulo. No entanto, isso não significa necessariamente que as disparidades regionais tenham sido reduzidas, pois nesse caso deve ser considerado o papel das migrações e de outros elementos na definição da renda média por pessoa. Além disso, lembra ele, outros indicadores revelaram que, tanto na agricultura quanto na indústria¹⁵, as regiões de renda mais alta foram as áreas que mais se beneficiaram com o "boom" econômico (1968-73), cujos primeiros três anos estão contidos na década de 60.

Outros autores¹⁶ estudaram o mesmo fenômeno a nível do Brasil, utilizando distintas unidades de medida para avaliar os desníveis regionais de renda. Reunindo numa só tabela os resultados não-numéricos a que chegaram estes autores e os aqui já comentados, pode-se ter uma visão mais completa do que se está estudando em ambos os níveis. A Tabela 6 revela que Graham obteve resultado semelhante ao de Williamson e ao deste trabalho para a década de 40, reforçando a idéia de que os desníveis regionais de renda se ampliaram nesse período. Nos 10 anos seguintes, o consenso entre esses autores aumentou com a contribuição do estudo de Redwood III, além dos resultados de Gauthier e Semple, que

¹⁵ O crescimento agrícola brasileiro no final dos anos 60 esteve associado ao desempenho positivo das exportações do café e de produtos primários não tradicionais, plantados exclusivamente nos estados do sul do País. Na indústria, os segmentos que cresceram em ritmo mais rápido foram os equipamentos elétricos e os produtos químicos, os quais estão fortemente concentrados em São Paulo. Há evidências de que houve crescimento razoavelmente dinâmico na indústria do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, especialmente os ramos de produção para exportação.

¹⁶ (a) GRAHAM, D. H. Padrões de convergência e divergência do crescimento econômico regional e das migrações no Brasil 1940/60. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, FGV, 23(3):53-76, jul./set. 1969.

(b) GAUTHIER, H. L. & SEMPLE, R. K. Tendências nas desigualdades regionais da economia brasileira 1947/66. *Dados*, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, (9):103-12, 1972.

indicaram, todavia, uma tendência distinta dos demais para a primeira metade da década. Os anos 60 revelaram maior diversidade nos resultados encontrados, apesar da ressalva feita por Redwood III quanto aos seus coeficientes (V_w) de desigualdade.

Tabela 6

Evolução (em termos de divergência/convergência) das desigualdades regionais de renda no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1939-70

AUTORES	1939-49	1949-59	1959-70
Alonso (RS)	Divergência	Convergência	Divergência
Williamson (BR)	Divergência	Convergência	-
Redwood III (BR)	-	Convergência	Convergência
Graham (BR)	Divergência	Convergência	-
Gauthier e Semple (BR)	-	Divergência (1949-50 a 1955-56)	Convergência (1959-60 a 1965-66)
		e	
		Convergência (1956-57 a 1959-60)	

FONTE: Tabela 5.

GRAHAM, D. H. Padrões de convergência do crescimento econômico regional e das migrações no Brasil 1940/60. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, FGV, 23(3):53-76, jul./set. 1969.

GAUTHIER, H. L. & SEMPLE, R. K. Tendências nas desigualdades regionais da economia brasileira 1947/66. *Dados*, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, (9):103-12, 1972.

Parece estar claro que, por essas evidências, a exemplo de outras abordagens, a economia do Rio Grande do Sul constitui uma parte da economia brasileira que tem trilhado os mesmos rumos ou rumos que são determinados pelo todo nacional. Parece claro também que a semelhança na evolução dos desníveis regionais de renda não é mera coincidência. Trata-se, na verdade, da confirmação de que o mecanismo das desigualdades regionais não opera somente a nível internacional, mas também no interior dos estados nacionais. A essa idéia acrescenta-se que o mecanismo gerador das disparidades está presente em qualquer nível que for considerado, seja regional, seja urbano, seja pessoal, guardadas as peculiaridades de cada caso.

Dessa forma, parece estar razoavelmente comprovada a hipótese de que o quadro de disparidades de renda regional, ao nível do Estado, tem acompanhado a evolução do mesmo fenômeno ao nível do País. A seguir, passa-se a analisar as desigualdades de renda inter-regional ao nível do Rio Grande do Sul.

5.3 — A disparidade inter-regional da renda interna no Rio Grande do Sul

Agora cabe examinar como evoluiu o quadro das desigualdades regionais no âmbito do Rio Grande do Sul, considerando o esquema de regionalização proposto no Capítulo 2 deste trabalho, isto é, com 21 microrregiões homogêneas. Já ficou demonstrado na seção anterior que as disparidades de renda interna regional no Estado são bem mais tênues do que no País, embora tenham acompanhado estas últimas quanto ao seu direcionamento, ora aumentando ora diminuindo, segundo os coeficientes V_w , V_{uw} e M_w .

Já se tem uma idéia das tendências registradas no fenômeno das desigualdades regionais de renda no Rio Grande do Sul pela análise desenvolvida na seção anterior. No entanto ainda não se tem uma idéia em que medida e intensidade essas tendências ocorreram nas décadas estudadas. A Tabela 7 apresenta as variações absolutas e relativas dos coeficientes V_w e V_{uw} de desigualdades.

Tabela 7

Variações absolutas e relativas dos coeficientes de desigualdades V_w e V_{uw} no Rio Grande do Sul — 1939-70

PERÍODOS	VARIACÃO ABSOLUTA		VARIACÃO RELATIVA	
	V_w	V_{uw}	V_w	V_{uw}
1939-49	0,052707	0,065960	10,69	14,06
1949-59	-0,231870	-0,229090	-42,49	-42,82
1959-70	0,084357	0,013296	26,88	4,35

FONTE: Tabela XVI do Anexo Estatístico.

NOTA: Variação absoluta = $V_t - V_{t-1}$

Variação relativa = $\frac{V_t - V_{t-1}}{V_{t-1}} \cdot 100$

Embora as variações absolutas expressem as magnitudes em que se deu a evolução das disparidades, é nas variações relativas que se pode avaliar melhor o fenômeno. Isso se deve ao fato de que pela magnitude (muito pequena) e natureza dos números (decimais) se torna difícil analisá-los.

5.3.1 – Análise das desigualdades na década de 40

Os números revelam que nos anos 40 as disparidades regionais de renda se agravaram na ordem de 10% (Vw) e de 14% (Vuw), significando que a atividade econômica se desenvolveu mais concentrada em algumas poucas regiões, enquanto em outras o fenômeno ocorreu de forma inversa. O resultado desse movimento foi o distanciamento dos níveis de renda "per capita" entre algumas regiões, ao mesmo tempo em que as demais áreas mantinham, mais ou menos, estabilizadas suas posições.

Para identificar quais as microrregiões que mais contribuíram para o alargamento das disparidades de renda "per capita" na década de 40, procedeu-se da maneira que segue. Em primeiro lugar, comparou-se as rendas "per capita" de cada microrregião com a do Estado, se a renda microrregional era superior à média estadual, atribuiu-se o sinal positivo (+) à mesma, significando esse sinal que estávamos diante de uma região relativamente rica, caso contrário o sinal atribuído seria negativo (-) e estaríamos frente a uma área relativamente pobre. Em segundo lugar, procedeu-se da mesma forma, isto é, comparando cada microrregião com o Estado, mas agora considerando as taxas médias de crescimento geométrico das respectivas rendas "per capita", do que resultou um rol de sinais (+ ou -), indicando que algumas áreas empobreceram durante a década e outras enriqueceram. Multiplicando algebricamente os respectivos sinais para cada microrregião, foi possível, por um lado, identificar as microrregiões que eram pobres (-) no início do período e se tornaram mais pobres (-) durante o mesmo e, por outro lado, aquelas que eram ricas (+) no início tornando-se mais ricas (+) durante o período. O produto dos sinais nos dois casos revela um sinal positivo (+), que indica um movimento divergente na distribuição da renda interna "per capita" inter-regional.

A preferência pelo uso desse método deve-se ao fato de ele apre-

sentar certas vantagens sobre outros como, por exemplo, estudar as mudanças na distribuição através do "ranking" das rendas "per capita" ou simplesmente trabalhar com taxas médias de crescimento. Se se trabalhar somente com taxas de crescimento, poderia-se deparar com regiões que apresentassem um rápido desempenho econômico relativo, sem contudo alterar a distribuição. Trabalhando com o "ranking", ter-se-ia somente uma abordagem ordinal que também poderia esconder mudanças na distribuição. Com o método adotado, foi possível suprir essas deficiências, embora os outros dois aqui discutidos sejam usados complementarmente ao longo da análise.

O resultado desse procedimento está contido na Tabela 8.

Tabela 8

Microrregiões que mais contribuíram para a divergência da renda "per capita" inter-regional no Rio Grande do Sul — 1939-49

MICRORREGIÕES	1939 $y_{pci} - y_{pcE}$ (A)	1939-49 $r_i - r_e$ (B)	A X B	EMPOBRECEU OU ENRIQUECEU
319-Lagoa Mirim	+	+	+	Enriqueceu
310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	-	-	+	Empobreceu
312.313- Colonial do Vale Taquari	-	-	+	Empobreceu
323-Colonial das Missões	-	-	+	Empobreceu
324-Colonial de Santa Rosa	-	-	+	Empobreceu
325.328.329- Colonial de Iraí + Passo Fundo + Colonial do Alto Jacuí	-	-	+	Empobreceu
327-Colonial de Ijuí	-	-	+	Empobreceu
330-Soledade	-	-	+	Empobreceu

FONTE: Tabela XXI do Anexo Estatístico.

Segundo esse método, somente uma microrregião (319-Lagoa Mirim) enriqueceu, isto é, elevou de tal forma sua renda "per capita" a ponto de ser uma das responsáveis pelo movimento divergente ocorrido na distribuição inter-regional da renda por habitante nos anos 40, no Estado. O excelente desempenho da renda "per capita" dessa microrregião pode ser explicado pelo efeito simultâneo de um excepcional crescimento econômico e de uma baixa taxa de crescimento demográfico, em torno de 1/4 do

que cresceu a população do Estado no mesmo período. O desempenho da economia microrregional deveu-se, fundamentalmente, ao setor agropecuário¹⁷, que dobrou sua participação no produto primário do Estado, passando de 4% em 1939 para algo em torno de 8,3% 10 anos mais tarde. Convém lembrar que outras microrregiões tiveram crescimento econômico acima da média do Estado, mas tal fenômeno foi neutralizado ou por uma alta taxa de crescimento demográfico ou por não ter uma renda "per capita" maior do que a do Estado no início do período. Este foi o caso típico das microrregiões Porto Alegre e Caxias do Sul.

Entre as microrregiões que influenciaram significativamente o processo divergente das desigualdades de renda "per capita" pelo seu empobrecimento relativo, aparecem, num primeiro plano, a 312.313-Colonial do Vale do Taquari e, em segundo plano, as 310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul, 323-Colonial das Missões, 325.328.329-Colonial de Iraí + Passo Fundo + Colonial do Alto Jacuí, 327-Colonial de Ijuí, 330-Soledade e a 324-Colonial de Santa Rosa, conforme a Tabela 8.

A 312.313-Colonial do Vale do Taquari foi a região que teve seu nível de renda "per capita" mais reduzido. Apesar de ter apresentado um baixo crescimento demográfico, em torno de 60% do que cresceu o Estado, isto não foi suficiente para manter ou elevar a renda por habitante, porque o desempenho da economia foi pior ainda. A renda interna microrregional apresentou crescimento negativo, em torno de -1,1% ao ano. Trata-se de uma região cuja base econômica está assentada numa estrutura de agropecuária colonial desenvolvida em pequenas e médias propriedades. Foi esse setor da economia que apresentou o pior desempenho, tendo diminuído sua participação no produto agrícola do Estado de 8,8% em 1939 para 4,6% em, 1949. Sua renda "per capita" passou do 89 para o 169 lugar no "ranking" estadual, no mesmo período.

¹⁷ Provavelmente o Setor Primário dessa microrregião avançou em função das produções de carne bovina e de lã. No primeiro caso, a região participava com 3,7% do rebanho estadual em 1939, passando para 5,1% em 1949. No caso da lã, embora tenha perdido 2,4% de sua participação no rebanho do Estado, deve ser considerado que possuía ao redor de 1/5 do mesmo, e que este era praticamente o produto de ponta da agropecuária rio-grandense nesse período.

A região constituída pela soma das microrregiões Colonial de Iraí, Passo Fundo e Alto Jacuí igualmente diminuiu seu nível de renda por habitante, tendo passado da 14.^a para a 17.^a posição no "ranking" do Estado. O fraco crescimento demográfico, 1,4% ao ano contra 2,3% do Estado, poderia ter contribuído para elevar a renda "per capita", se não fosse o resultado adverso que apresentou a economia da região nessa década. A renda interna apresentou crescimento negativo ao longo do decênio, em torno de 1% ao ano. Esse resultado foi causado, principalmente, por um substancial retrocesso da produção primária da região, que em 1939 gerava em torno de 9% da renda agrícola do Estado, caindo para aproximadamente 3,5% em 1949.

A 327-Colonial de Ijuí também foi uma das responsáveis pelo alargamento das disparidades inter-regionais de renda no Estado, na década de 40, através do seu empobrecimento relativo. A exemplo das microrregiões anteriores essa área apresentou crescimento demográfico menor do que o do Estado, 1,4% contra 2,3% ao ano. Apesar de esse movimento ser favorável a uma elevação da renda relativa por habitante, isto não aconteceu porque a economia regional cresceu apenas 2/2 do que cresceu o produto estadual, o que foi suficiente somente para impedir que a microrregião perdesse mais do que duas posições no "ranking" do Estado. No início dessa década, essa microrregião ocupava o sexto lugar, passando ao final para a oitava posição.

As microrregiões 310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul, 323-Colonial das Missões e 330-Soledade guardam uma característica comum em termos econômicos, que é a de serem as regiões que possuíam os mais baixos níveis de renda "per capita", tanto no início quanto ao final da década. Além disso, experimentaram queda real nas respectivas rendas por habitante em proporções que variaram entre 20 e 37%, aproximadamente, no caso das duas últimas microrregiões. A Litoral Setentrional teve uma queda mais suave em sua renda "per capita", em torno de 3%. Observando o crescimento demográfico dessas microrregiões, verifica-se que as taxas são parecidas com a do Estado, exceto no caso da 330-Soledade, cujo incremento demográfico foi sensivelmente maior do que a média, em torno de 3,2% a.a. contra 2,3% a.a. Esse fato, combinado com o que já foi exposto, conduz a crer que nessas áreas foi o fraco desempenho das economias microrregionais que rebaixou as respectivas

rendas por habitante. A Litoral Setentrional foi a área que teve o melhor resultado entre as três regiões, embora abaixo da média do Estado, aproximadamente 1,9% a.a. de crescimento da renda interna contra 2,9%. As duas outras microrregiões apresentaram taxas negativas de crescimento da atividade econômica ao longo da década. Isso ocorreu, principalmente, devido à retração econômica do Setor Primário, que reduziu sua participação no total da renda agrícola do Estado em torno de 39% no caso da 323-Colonial das Missões e de 51% no caso da 330-Soledade.

Finalmente, caberia uma análise sobre a 324-Colonial de Santa Rosa, que perdeu três posições no "ranking" da renda "per capita" no Estado. Convém ressaltar, no entanto, que essa região foi prejudicada quando da regionalização¹⁸, fato que gerou uma taxa de crescimento demográfica de 10,6% a.a. Esse indicador, sem dúvida, está fora da realidade do Rio Grande do Sul.

Essas foram, em particular, as microrregiões cujos desempenhos médios da renda interna "per capita" mais contribuíram para o alargamento das desigualdades econômicas no Rio Grande do Sul, nos anos 40. As demais microrregiões não tiveram variações significativas, embora algumas tenham aumentado ou reduzido seus níveis de renda por habitante ao longo do decênio.

Cabe salientar o decisivo papel que desempenharam as migrações na determinação das rendas "per capita" das microrregiões. Este papel ora favoreceu no sentido de elevar o nível de renda de determinadas áreas, ora teve um efeito inverso em outras regiões. Certamente algumas regiões que concentraram grande parte dos investimentos no Estado tiveram seus níveis de renda "per capita" relativamente rebaixados devido ao fato de terem sido regiões receptoras de populações de outras áreas. Fenômeno inverso ocorreu em microrregiões que apresentaram um baixo crescimento demográfico, devido às emigrações de grandes contingentes populacionais. Esse movimento pode, em alguns casos, gerar uma imagem equivocada do quadro de desigualdades econômicas de uma região ou País. Esse ponto é importante, porque, em países de economia subdesenvolvida e que experimentam períodos de crescimento acelerado, as regiões que per-

¹⁸ Ver a este respeito o item 2.2 do Capítulo 2 deste trabalho.

dem população geralmente são incapazes de absorver, em termos de emprego e oferta de serviços, a própria população, devido ao seu insuficiente dinamismo econômico. O analista não pode confundir esse movimento de baixas taxas de crescimento demográfico com o que ocorre em países ou regiões realmente desenvolvidos, onde o pequeno incremento da população é o resultado de um processo de desenvolvimento global, cujos benefícios atingem todas as camadas da sociedade, permitindo que as mesmas optem por um tamanho de população compatível com sua disponibilidade de recursos e tecnologia.

Uma interpretação "myrdaliana" da ampliação das desigualdades no Rio Grande do Sul, na ordem de 10% (Vw) e de 14% (Vuw) na década de 40, conclui que os "efeitos regressivos" estiveram presentes na distribuição da renda interna "per capita" inter-regional, resultado da própria dinâmica dos mercados que operaram com liberdade, tanto no interior da economia gaúcha quanto nas relações desta com a economia nacional e internacional. Além disso, não houve nenhum esforço governamental explícito e concreto no sentido de, através de uma política econômica, gerar os chamados "efeitos propulsores" centrífugos, que se propagam das regiões centrais para as áreas mais pobres da economia. Em outras palavras, o mercado de capitais continuou a dirigir os investimentos, especialmente industriais e em serviços, para os locais onde os capitais tivessem melhores condições de expansão, isto é, de reproduzir-se ampliadamente. Esses locais passaram a ser pontos de atração, na direção dos quais o mercado de trabalho dirigiu a mão-de-obra em geral. Simultaneamente a esses movimentos, é provável que o mercado de terras e a estrutura fundiária (pequenas propriedades, escassez de terras, etc.) de microrregiões que perderam população ou tiveram crescimento demográfico abaixo da média estadual também tenham operado no sentido de tornar o solo inacessível a grandes contingentes de população rural, que se dirigiram para outras áreas agrícolas fora do Estado ou para as microrregiões que mais concentravam atividades industriais e de serviços. Entre estas microrregiões estiveram em primeiro plano, nos anos 40, a 308-Porto Alegre e a 311-Viniculтора de Caxias do Sul, esta última já consolidando bases para ocupar a segunda posição industrial no Estado nas décadas seguintes. Em plano secundário, em termos de concentração de atividades urbano-industriais, estão as regiões lideradas por Pelotas (317-Lagoa dos Patos)

e Rio Grande (318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos) pelas peculiaridades econômicas que as envolvem. Trata-se de duas áreas que, apesar de se terem constituído praticamente no berço da industrialização do Estado, vêm perdendo sua importância relativa na economia gaúcha desde a segunda metade do século passado, em função da decadência da economia do charque e da simultânea ascensão, num primeiro momento, de Porto Alegre e, mais recentemente, de Caxias do Sul. Isso, no entanto, não significa a perda absoluta da importância econômica dessas áreas, pois detêm nesse período elevado grau de industrialização¹⁹ e, por esta razão, se constituem ainda em importante centro polarizador de atividades no Rio Grande do Sul.

5.3.2 — Análise das desigualdades na década de 50

Os números da Tabela 7 expressam uma reversão da tendência no processo das desigualdades para a década compreendida entre os anos de 1949 e 1959. Os indicadores V_w e V_{wv} indicam que houve redução das disparidades na ordem de 42%, ou seja, as magnitudes das rendas "per capita" das microrregiões delineadas para este estudo se aproximaram na proporção acima indicada.

O procedimento usado para saber em quais microrregiões teriam ocorrido as maiores modificações é o mesmo adotado anteriormente. Agora, no entanto, a interpretação do produto dos sinais deve ser distinta e de acordo com uma situação de convergência dos padrões de renda por habitante. Assim sendo, o que indicará a tendência convergente será um sinal negativo (-) que resultará de duas situações. A primeira resulta de microrregiões que eram ricas (+) no início do período e se tornaram pobres (-) durante o mesmo. A segunda decorre de microrregiões que eram pobres (-) no início da década e se tornaram ricas (+) durante a mesma. Esses dois movimentos é que produziram a tendência convergente durante os anos 50. Ao contrário do que ocorreu na década anterior, quando menos da metade das

¹⁹ Em 1939, o setor industrial das duas microrregiões gerava 19,7% da renda interna de ambas, passando para 24,4% em 1949, fato que demonstra uma forte presença do setor na estrutura econômica dessas áreas.

microrregiões contribuíram para piorar o quadro das desigualdades no Estado, agora quase todas²⁰ influenciaram com seus resultados o cenário convergente das rendas "per capita" da economia gaúcha. Para facilitar a análise, a Tabela 9 mostra essas microrregiões.

Tabela 9

Microrregiões que mais contribuíram para a convergência da renda "per capita" inter-regional no Rio Grande do Sul — 1949-59

MICRORREGIÕES	1949 $Y_{pci} - Y_{pcE}$ (A)	1949-59 $r_i - r_E$ (B)	A X B	EMPOBRECEU OU ENRIQUECEU
308-Porto Alegre	+	-	-	Empobreceu
311-Vinicultora de Caxias do Sul	+	-	-	Empobreceu
314-Fumicultora de Santa Cruz do Sul	+	-	-	Empobreceu
316-Santa Maria	+	-	-	Empobreceu
318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos	+	-	-	Empobreceu
319-Lagoa Mirim	+	-	-	Empobreceu
322-Triticulora de Cruz Alta	+	-	-	Empobreceu
310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	-	+	-	Enriqueceu
315-Vale do Jacuī	-	+	-	Enriqueceu
317-Lagoa dos Patos	-	+	-	Enriqueceu
321-Campanha	-	+	-	Enriqueceu
323-Colonial das Missões	-	+	-	Enriqueceu
324-Colonial de Santa Rosa	-	+	-	Enriqueceu
325.328.329-Colonial de Iraī + Passo Fundo + Colonial do Alto Jacuī	-	+	-	Enriqueceu
326-Colonial de Erechim	-	+	-	Enriqueceu
327-Colonial de Ijuī	-	+	-	Enriqueceu
330-Soledade	-	+	-	Enriqueceu
331-Campos de Vacaria	-	+	-	Enriqueceu

FONTE: Tabela XXI do Anexo Estatístico.

²⁰ As três microrregiões que eram pobres (-) e se tornaram mais pobres (-) foram: 309-Colonial da Encosta da Serra Geral, 312.313-Colonial do Vale do Taquari e 320-Alto Camaquã.

Do conjunto das microrregiões que tiveram suas rendas por habitante reduzidas relativamente, a mais importante é a 308-Porto Alegre. Apesar dessa região ter ampliado a sua participação relativa no produto industrial do Estado²¹, isto não foi suficiente para elevar o nível global da renda interna regional que, nesse período, cresceu 4,16% contra 4,65% do Estado. Esse desempenho modesto, em se tratando da região "central" do Estado, aliado ao excepcional crescimento demográfico²² ocorrido nessa área foram os responsáveis pela queda relativa no nível real da renda "per capita" microrregional. Mesmo assim, essa microrregião manteve a segunda posição no "ranking" estadual da renda por habitante.

A 311-Viniculтора de Caxias do Sul é outra região importante que teve sua renda "per capita" real rebaixada nos anos 50. Isso se deveu à ação simultânea de um péssimo desempenho da economia regional e da alta taxa de crescimento demográfico, esta aproximadamente 41% maior do que a do Estado. O baixíssimo crescimento da renda interna, em torno de 0,6% a.a., representou quase oito vezes menos do que cresceu a economia do Estado nesse período. De todos os setores, a agropecuária foi o que apresentou resultados mais fracos²³, sendo que a região perdeu aproximadamente 5% da sua participação relativa no produto agrícola do Rio Grande do Sul.

Igual tendência teve a renda "per capita" da 314-Fumicultora de Santa Cruz do Sul, fazendo com que a região caísse da quinta para 11.^a

²¹ Em 1949, a região gerava 39,3% do produto industrial, passando a 43,1% em 1959.

²² A população dessa região cresceu a uma taxa duas vezes maior do que a do Estado, o que significa que grande parte desse crescimento é representado pelo componente migratório.

²³ A agropecuária dessa região é caracteristicamente colonial, desenvolvida em pequenas e médias propriedades, e teve sua queda causada principalmente pela redução na produção de alguns produtos como o trigo, o milho, o leite, etc., cujas taxas de crescimento foram negativas nos anos 50 (6,5% a.a., 7,6% a.a. e 27% a.a. respectivamente), enquanto para as mesmas culturas o Estado, como um todo, cresceu a taxas não só positivas como significativas, indicando que outras microrregiões devem ter avançado nestas culturas. Esse fenômeno ocorreu em quase toda a linha de produtos da agropecuária colonial, exceto no caso da uva, cuja produção cresceu à taxa média de 6,45% a.a., fato que esteve longe de poder compensar as perdas com outros produtos agrícolas.

posição no "ranking" estadual. Embora tenha tido um crescimento demográfico levemente superior ao do Estado (2,88% a.a. contra 2,61% a.a.), foi o fraco desempenho da economia microrregional que mais influenciou na queda do nível de renda real por habitante. Examinando a participação setorial da economia dessa região no total do Estado, verifica-se que quase todos os setores perderam participação relativa, mas couberam ao Setor Primário as maiores perdas e, portanto, a maior responsabilidade pela queda na renda "per capita" microrregional.

Outra microrregião que teve seu nível de renda real por habitante rebaixado relativamente nos anos 50 foi a 316-Santa Maria, tendo passado da 7.^a para a 10.^a posição no "ranking" estadual. A economia dessa microrregião teve um desempenho no mesmo nível da do Estado como um todo. Com o crescimento demográfico, no entanto, não aconteceu o mesmo. A população regional aumentou a uma taxa anual aproximadamente 30% maior do que a do Estado, o que leva à conclusão de que esse talvez tenha sido o principal fator que levou ao declínio a renda "per capita" microrregional.

A 318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos caiu do terceiro para o quarto lugar no "ranking" da renda "per capita" do Estado. Esse declínio foi muito mais causado pela perda relativa ocorrida na economia regional do que pelo comportamento demográfico. Este último cresceu a uma taxa anual levemente inferior à do Estado como um todo. Já a economia da região apresentou uma queda global com relação ao Estado, embora curiosamente tenha melhorado sua participação no produto industrial total. Provavelmente, as quedas ocorridas nos setores Primário e dos serviços (bancários, governamentais e de transportes e comunicações) tenham sido o fator que determinou a perda de uma posição no "ranking" estadual da renda por habitante.

A 319-Lagoa Mirim, que na década passada ostentava a mais alta renda por habitante, perdeu duas posições, passando para o terceiro lugar no "ranking" estadual. Seu crescimento demográfico nessa década esteve no mesmo nível do do Estado (2,58% a.a. contra 2,61% a.a.), fato que confere ao desempenho da economia regional responsabilidade pelo declínio na renda "per capita" acima referido. A renda interna microrregional apresentou taxa negativa (-0,16% a.a.) de crescimento, enquanto a do Estado, como um todo, crescia 4,65% a.a. Esse péssimo desempenho da economia regional deveu-se principalmente à queda ocorrida no Se-

tor Primário local, que em 1949 gerava em torno de 8,3% da renda agrícola do Estado, passando a aproximadamente 3,8% 10 anos mais tarde.

A última das microrregiões que "empobreceram" relativamente em termos de renda "per capita", nos anos 50 foi a 322-Triticulora de Cruz Alta, tendo perdido três posições no "ranking" estadual, passando do sexto para o nono lugar. Nem mesmo o baixo crescimento demográfico (1,27% a.a. contra 2,61% a.a. do Estado) foi suficiente para elevar a renda por habitante, tendo em vista que a renda interna regional cresceu em torno de 45% do que cresceu a economia gaúcha. Da mesma maneira que no caso anterior, foi o Setor Primário o principal responsável pela queda relativa da renda interna regional.

Entre as microrregiões que "enriqueceram", constantes da Tabela 9, a primeira é a 310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul. Embora a economia regional tenha crescido a uma taxa aproximadamente 30% superior à do Estado, foi o baixíssimo crescimento demográfico (0,1% a.a. contra 2,61% a.a. do Estado) ocorrido na década que permitiu o crescimento real da renda por habitante dessa microrregião. O setor que mais se expandiu foi o dos serviços, cuja participação na renda setorial do Estado passou de 1,71% em 1949 para 2,71% em 1959, provavelmente devido à expansão do turismo que já se fazia sentir nessa faixa do litoral gaúcho.

Outra região que contribuiu para a tendência convergente das desigualdades nos anos 50 foi a 315-Vale do Jacuï, tendo melhorado três posições no "ranking" da renda "per capita" estadual. Esse resultado foi obtido, principalmente, devido ao crescimento demográfico que foi quase nulo (0,08% a.a. contra 2,61% a.a. do Estado) e capaz de compensar o efeito contrário exercido pelo baixo desempenho da economia microrregional. Esta cresceu a uma taxa anual aproximadamente 44% menor do que a da economia estadual. Todos os setores tiveram um desempenho declinante com relação ao Estado, sendo o maior deles o da indústria, que, em 1949, gerava 7% do produto industrial gaúcho, passando para algo em torno de 2,7% 10 anos depois, provavelmente devido à queda na produção de carvão ocorrida nessa década.²⁴

²⁴ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista*. Porto Alegre, 1983. t. 1, p. 78.

Igual papel desempenhou a 317-Lagoa dos Patos, que obteve um incremento real na renda por habitante, tendo alcançado o quinto lugar no "ranking" estadual depois de ter ocupado a nona posição em 1949. Esse resultado se deveu à ação simultânea de dois movimentos. O primeiro foi o desempenho da economia regional, que foi superior ao do Estado aproximadamente em 22%, fruto dos avanços alcançados pelo Setor Primário e dos serviços em geral. O segundo foi o crescimento da população, que se manteve em torno de 25% abaixo da taxa média anual do Estado.

A 321-Campanha, obteve, nessa década, considerável crescimento no seu nível real de renda por habitante, tendo passado de uma 10ª posição, que ocupava em 1949 no "ranking" estadual para o quarto lugar. Este foi o resultado de dois movimentos simultâneos. Por um lado, originou-se do baixo crescimento demográfico ocorrido na microrregião, em torno de 65% do que a população estadual cresceu. Já na década anterior, a Campanha apresentava crescimento populacional abaixo do crescimento estadual, fato que se deve, em primeiro lugar, à perda de importância econômica que a pecuária tradicional vem sofrendo desde o fim do século passado e, em segundo lugar, ao fato de que essa atividade não é grande absorvedora de mão-de-obra. Por outro lado, resultou do bom desempenho que alcançou a economia regional, tendo crescido a uma taxa anual aproximadamente 47% maior do que a do Estado como um todo. O setor que mais contribuiu para que fosse atingido esse resultado foi o Setor Primário, que nessa região esteve assentado em três produtos fundamentais: a carne bovina e ovina, a lã e o arroz, produzidos em médias e grandes propriedades. A agropecuária regional, que gerava em torno de 9,3% do produto agrícola do Estado em 1949, passou a ser responsável por aproximadamente 15% do mesmo em 1959.

Outra região que melhorou seu padrão de renda real "per capita" foi a 323-Colonial das Missões. No entanto melhorou em apenas um degrau sua posição no "ranking" do Estado, passando do 18º para 17º lugar. Embora o crescimento demográfico tenha contribuído de alguma forma para a elevação da renda por habitante da região, na verdade foi o bom desempenho econômico que teve um papel decisivo no resultado final. Isso ocorreu devido ao avanço da agricultura, que em 1949 gerava aproximadamente 2,3% do produto agrícola estadual, passando para algo em torno de 3,7% 10 anos depois.

A 324-Colonial de Santa Rosa também contribuiu para a tendência convergente do processo de disparidade inter-regional de renda no Estado. No entanto os dados relativos a essa microrregião, nessa década, ainda devem ser observados com prudência, a exemplo do que ocorreu nos anos 40 devido a problemas ocorridos na regionalização. De qualquer maneira, a região obteve uma melhoria no seu nível de renda por habitante, assegurando o ganho de um degrau no "ranking" estadual. Esse resultado se deveu principalmente a um excepcional crescimento econômico da região com relação ao Estado, em torno de 11,8% a.a. contra 4,65% a.a., embora o crescimento da população também tivesse cooperado no mesmo sentido, mas seguramente com menor intensidade. O avanço da economia regional foi comandado pelo setor agropecuário, embora todos os demais tenham melhorado suas participações nos produtos setoriais ao nível do Estado.

A região formada pelas microrregiões 325.328.329-Colonial de Iraí + Passo Fundo + Colonial do Alto Jacuí quase dobrou a sua renda "per capita" real entre 1949-59, assegurando o avanço em dois degraus no "ranking" estadual (do 17º para o 15º lugar). O crescimento da população na região foi maior do que no Estado, em torno de 40% a cada ano, o que teria feito a renda por habitante declinar caso a economia não tivesse tido um excepcional crescimento. Essa região cresceu a aproximadamente 10,5% a.a., enquanto a do Estado o fazia em torno de 4,6% anualmente. Inegavelmente, o grande responsável por esse excepcional desempenho foi o setor agropecuário, que aumentou sua participação de 3,5% em 1949 para algo em torno de 10,9% ao final da década, enquanto os demais setores apenas mantiveram suas posições.

A região denominada 326-Colonial de Erechim também teve um incremento real na renda "per capita", passando da 14.^a para a 12.^a posição na escala das rendas no Estado. Isso foi o resultado do baixíssimo crescimento demográfico que a região apresentou (0,8% a.a. contra 2,6% a.a. do Estado) nos anos 50, já que a renda interna microrregional cresceu a uma taxa anual muito semelhante à do Estado.

A exemplo do que ocorreu com a microrregião Santa Rosa, a 327-Colonial de Ijuí também apresenta, nessa década, problema de regionalização, o qual conduz a analisar seus indicadores com certa prudência. Qualquer que fosse o critério de regionalização adotado, é inegável que

essa região obteve um crescimento real da sua renda por habitante, o que a levou a passar da oitava para a sexta posição no "ranking" do Estado. A sua renda interna aumentou em torno de 8,7% a cada ano, enquanto a do Estado o fazia a 4,6% a.a., o que se constitui na causa principal da elevação da renda por habitante, já que a população cresceu em torno de 5% anualmente, bem acima dos 2,6% do Estado.

A microrregião de renda "per capita" mais baixa no Estado, nesse período, continua sendo a 330-Soledade, apesar de ter melhorado este indicador em termos reais. Tanto a economia regional quanto o comportamento demográfico contribuíram para a elevação da renda por habitante. A primeira apresentou desempenho excepcional, crescendo anualmente mais do dobro do que cresceu a economia gaúcha, enquanto a população aumentou somente 0,6% a.a. contra 2,6% a.a. da do Estado. Esses dois fortes movimentos, no entanto, foram suficientes somente para fazer com que a região mantivesse a mesma posição no "ranking" estadual, ou seja, a última, talvez pelo fato de que, no início do período, houvesse grande diferença entre a renda "per capita" de Soledade e as das demais microrregiões.

Encerrando a lista das regiões que contribuíram para a tendência convergente das desigualdades no Rio Grande do Sul está a 331-Campos de Vacaria, cuja renda por habitante, ao final do decênio, havia melhorado uma posição no "ranking" estadual. Esse avanço foi causado tanto pelo desempenho da economia regional, que cresceu a uma taxa anual levemente superior à do Estado, quanto pelo crescimento demográfico, que apresentou taxa inferior à do Estado (1,87% a.a. contra 2,6% a.a.).

Essas foram as microrregiões cujas rendas "per capita" estabeleceram a tendência convergente dos indicadores das desigualdades regionais no Estado. O grau de convergência nos padrões de renda por habitante, na ordem de 42%, nesse decênio, não pode ser discutido sem conferir algum grau de importância ao papel das migrações internas e externas ocorridas no Rio Grande do Sul, embora seja inegável que algumas regiões realmente elevaram seus níveis de renda e que em outras esses níveis tenham decrescido.

A exemplo do que ocorreu na década anterior, mas agora talvez com mais intensidade, as migrações contribuíram para que os indicadores de distribuição inter-regional da renda "per capita" revelassem uma ten-

dência convergente de duas maneiras. A primeira foi a emigração intensa ocorrida nesse período, representada em grande parte por correntes que tinham origem nas chamadas zonas de minifúndio²⁵ e por destino a nova fronteira agrícola, que se expandia através do oeste de Santa Catarina, do Paran e sul do Mato Grosso. Esse movimento aumentou artificialmente a renda por habitante das microrregiões onde tinham origem os fluxos migratorios, aproximado-as, relativamente, dos níveis de renda "per capita" das regiões mais ricas. A segunda foi as migrações internas, que tambem se mostraram intensas nos anos 50. Essas tiveram origem não são nas áreas onde predominava a estrutura minifundiria, mas tambem em microrregiões cuja estrutura econmica e social não era capaz de proporcionar condições de emprego e bem-estar que inibissem a evasão populacional. O destino dessas migrações, de um modo geral, foram as áreas mais industrializadas, ou onde a perspectiva de emprego e acesso à infra-estrutura social fosse mais promissora. Nesse período, a microrregião que mais atraiu a massa populacional migrante foi a 308-Porto Alegre, justamente o polo de primeira ordem no Estado. Próxima da situação dessa região esteve a 311-Caxias do Sul, que já nessa época se apresentava como uma nova área de expansão urbano-industrial, por isso mesmo atraindo crescentes contingentes de migrantes.

Dessa forma,  provável que o grau de convergência na distribuição da renda por habitante, nos anos 50, não tenha sido tão intenso quanto sugerem os 42% apresentados, descontada a influência das migrações internas e externas. Embora a crença de que a magnitude do processo convergente da renda tenha sido menor, a verdade é que diminuíram os coeficientes de desigualdade nessa década. Esse fato contraria a hipótese de Myrdal, segundo a qual os mecanismos de mercado, sem interferência governamental, levam sempre a uma maior desigualdade. Não se tem conhecimento de qualquer esforço governamental explícito no sentido de reduzir, no Estado, as disparidades de renda. O que ocorreu, por-

²⁵ Segundo estimativas, entre 1950/60 emigraram do estado aproximadamente 295.000 pessoas para outros estados do país.

tanto, foi a livre interação da ação dos vários mercados, sem aumentar o nível das desigualdades de renda inter-regional. É provável que o mercado de terras tenha desempenhado papel relevante na determinação das migrações via elevação do preço do solo a níveis proibitivos para aqueles que decidiram ou buscar terras acessíveis em outros estados ou trocar de atividade, buscando emprego especialmente nas grandes cidades. Já o funcionamento do mercado de trabalho depende do nível da atividade econômica em geral, da densidade de capital prevalecente nas atividades agrícolas, industriais e em alguns serviços mais modernos, bem como dos mecanismos de informações que asseguram um maior grau de transparência do mercado, permitindo aos contingentes que estão dispostos a trocar ou à procura de emprego que identifiquem ou sejam identificados mais facilmente pelas atividades que demandam força de trabalho. É certo que o destino dos excedentes de mão-de-obra de áreas que estavam dispensando este fator foram as regiões mais industrializadas do Estado, sem contudo obter a ocupação plena dos mesmos. O mercado de capitais certamente continuou a dirigir os investimentos para as áreas tradicionalmente industriais e para alguns segmentos da atividade rural que se modernizavam na época, especialmente a lavoura. Deve ser considerado também que a interação desses mercados estava permeada pela ação estatal, seja através de política econômica da União, seja através do gasto público em atividades de competência eminentemente estatal.

5.3.3 – Análise das desigualdades na década de 60

Continuando o exame da evolução dos coeficientes de desigualdade contidos na Tabela 7, observa-se que, na década de 60, as disparidades de renda voltaram a regredir, isto é, voltou a aumentar a distância econômica entre regiões ricas e pobres no Estado. Tem-se agora um quadro de disparidades semelhante ao estudado nos anos 40, quando também houve agravamento da situação.

Para identificar quais as microrregiões cujos resultados mais contribuíram para o agravamento dos desníveis econômicos, foi usado o mesmo método utilizado anteriormente. Essas microrregiões estão arroladas na Tabela 10.

Tabela 10

Microrregiões que mais contribuíram para a divergência da renda "per capita" inter-regional no Rio Grande do Sul — 1959-70

MICRORREGIÕES	1959 $Y_{pc,i} - Y_{pc,E}$ (A)	1959-70 $r_i - r_E$ (B)	A x B	EMPOBRECEU OU ENRIQUECEU
308-Porto Alegre	+	+	+	Enriqueceu
327-Colonial de Ijuí	+	+	+	Enriqueceu
310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	-	-	+	Empobreceu
314-Fumicultora de Santa Cruz do Sul	-	-	-	Empobreceu
315- Vale do Jacuí	-	-	+	Empobreceu
316-Santa Maria	-	-	+	Empobreceu
320-Alto Camaquã	-	-	+	Empobreceu
325.328.329-Colonial de Iraí + Passo Fundo + Colonial do Alto Jacuí	-	-	+	Empobreceu
326-Colonial de Erechim	-	-	+	Empobreceu
330-Soledade	-	-	+	Empobreceu
331-Campos de Vacaria	-	-	+	Empobreceu

FONTE: Tabela XXI do Anexo Estatístico.

Apenas duas microrregiões "enriqueceram" nesse período, isto é, possuíam renda "per capita" maior do que a do Estado e, além disto, apresentaram taxas de crescimento também acima da média estadual. A primeira delas é a microrregião 308-Porto Alegre, que possui o maior parque industrial e de serviços do Estado. Embora a população tenha crescido a uma taxa anual praticamente duas vezes superior a do Estado, isto foi mais do que compensado pela alta taxa de crescimento da economia regional, empurrando a região a um primeiro lugar no "ranking" da renda por habitante. O crescimento econômico regional foi liderado pelo setor industrial, que representava 43% do do Estado em 1959, passando para algo em torno de 56% em 1970. Esse avanço teve uma correspondência na mesma direção por parte dos serviços da região, que participavam no total do Estado com aproximadamente 37% e chegaram aos 59% no final da década. Na mesma direção, também cresceram os intermediários financeiros, o governo e o setor de transportes e comunicações como consequência natural da expansão econômica regional. A segunda delas é a 327-Colonial de Ijuí, que melhorou sua posição no "ranking" da renda por habitante, passando do sexto para o terceiro lugar. Isso foi o re-

sultado de um excepcional desempenho da economia regional, que foi capaz de mais do que compensar o efeito redutor da renda "per capita", proporcionado pela taxa de crescimento demográfico superior à média estadual apresentada no período. O avanço da economia regional esteve comandado pelo Setor Primário, que quase dobrou sua participação na renda agrícola do Estado.

A Tabela 10 apresenta nove microrregiões cujos resultados contribuíram para que o processo da distribuição da renda "per capita" inter-regional fosse divergente nos anos 60. A primeira da lista é a 310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul. Esta região apresentou um fraco desempenho econômico, abaixo da média estadual. No entanto, em termos de renda "per capita", esse movimento foi compensado pelo baixo crescimento demográfico, o que assegurou a manutenção da 20ª posição no "ranking" da renda por habitante.

Já a 314-Fumicultora de Santa Cruz teve um desempenho da economia pior do que o do Estado como um todo, mas isto foi minimizado pela baixa taxa anual de crescimento populacional (1,8% contra 2,1% do Estado) e curiosamente assegurou um ganho de duas posições no "ranking" da renda "per capita" no Estado.

A 315-Vale do Jacuí perdeu nove posições no "ranking" da renda por habitante, passando do oitavo para o 17º lugar. Em grande parte, isso foi o resultado de dois movimentos simultâneos e de efeitos antagônicos na determinação da renda "per capita" microrregional. O primeiro é o desempenho da economia regional, que cresceu em torno de 1/3 do que cresceu a economia do Estado, tendo havido perda relativa de participação em todos os setores, entre os quais as mais relevantes couberam à agricultura e à indústria. O segundo movimento foi o baixo crescimento demográfico, aproximadamente 24% menor do que ocorreu no Estado.

Outra região que "empobreceu" relativamente nos anos 60 foi a 316-Santa Maria. Tanto o desempenho da economia quanto o crescimento da população atuaram no sentido de baixar o nível relativo da renda "per capita". Apesar de ter havido uma melhora no setor dos serviços governamentais, isto não foi suficiente para compensar as perdas relativas ocorridas nos demais setores, especialmente na agricultura. O crescimento populacional igualmente foi um componente que atuou no sentido de rebaixar relativamente a renda "per capita", pois cresceu à ta-

xa anual de 2,6%, enquanto a do Estado o fazia a 2,1% aproximadamente. O resultado foi que a microrregião passou de 10º para 14º lugar no "ranking" da renda por habitante no Estado.

Igual papel desempenhou a 320-Alto Camaquã no aumento das disparidades de renda do Estado na década de 60. Essa região apresentou resultados que bem refletem porque ela perdeu seis posições no "ranking" da renda por habitante no Estado. De um lado, sua economia apresentou um crescimento de apenas 1/5 do que cresceu a do Estado como um todo. De outro lado, sua população diminuiu em termos absolutos, o que significa que grandes contingentes de população emigraram por falta de condições de sobrevivência na região. A taxa negativa de crescimento da população, no entanto, não foi suficiente para compensar as perdas relativas ocorridas no setor econômico, e por isto a renda "per capita" regional caiu relativamente.

A região formada pelas microrregiões 325.328.329-Colonial de Iraí + Passo Fundo + Colonial do Alto Jacuí apresentou um crescimento econômico aproximadamente no mesmo nível do Estado e um incremento demográfico levemente superior à taxa média estadual. A economia avançou com base no setor agrícola principalmente e, em segundo plano, no comércio de mercadorias, sendo isto suficiente para compensar as perdas relativas ocorridas nos demais setores e, além disto, manter a 15ª posição que a microrregião detinha no "ranking" da renda por habitante no Estado.

A microrregião 326-Colonial de Erechim, nos anos 60, experimentou uma queda na renda agrícola e na industrial com relação ao total do Estado, fato responsável pelo baixo desempenho global da região. Nem mesmo a baixa taxa de crescimento demográfico, menos da metade do incremento da população estadual, serviu para amainar as perdas relativas ocorridas na economia regional. O resultado foi a passagem da 12ª para a 16ª posição na escala estadual de renda "per capita", não obstante essa região ter sido beneficiada com o "boom" agrícola que ocorria no Estado já ao final da década.

A microrregião detentora da renda "per capita" mais baixa ao longo de todo o período é a 330-Soledade, e só não piorou sua posição no "ranking" estadual porque já ocupava o último lugar. A própria taxa anual de crescimento demográfico, em torno de 44% da do Estado, revela que a região não dispunha de condições econômicas e sociais capazes de

reter a população em seu território. A economia regional cresceu a uma taxa um pouco menor do que a do Estado, o que constitui, de certa forma, uma prova do que foi afirmado na frase anterior.

A última microrregião da lista é a 331-Campos de Vacaria, que nesse período perdeu três degraus no "ranking" da renda "per capita" no Estado, passando da 14.^a para a 18.^a posição. Embora o crescimento demográfico tenha atuado no sentido de elevar a renda por habitante, o desempenho da economia foi demasiadamente fraco, menos da metade do que ocorreu no Estado como um todo, para assegurar uma elevação real da renda pessoal a níveis que assegurassem, pelo menos, a posição que a microrregião ocupava no início da década.

Essas foram as microrregiões cujos desempenhos determinaram uma elevação do grau de desigualdade inter-regional de renda "per capita" no Rio Grande do Sul, no período 1959-70. Das três décadas estudadas, foi nesta última que a economia cresceu a taxas mais altas, em torno de 7,1% ao ano. Espacialmente, esse crescimento se deu de forma concentrada em algumas poucas microrregiões, de tal forma que, mesmo tendo continuado o surto de migrações internas, ainda assim se configurou um alargamento dos desníveis inter-regionais de renda por habitante no Estado. Nesse período, todas as microrregiões tiveram um crescimento real positivo em suas rendas "per capita", ao contrário das outras décadas, quando houve taxas reais negativas em algumas regiões. Mesmo assim, foi a década na qual se registrou o maior distanciamento entre a renda "per capita" mais alta e a de menor expressão monetária.

A exemplo dos períodos anteriores, não houve, por parte do Estado (União, estado e municípios), ação global, explícita e concreta no sentido de neutralizar os "efeitos regressivos" decorrentes da livre ação das forças de mercado na geração e distribuição da renda e da população inter-regional entre 1959 e 1970. Sobre esse assunto convém fazer algumas reflexões e esclarecimentos. Para que a ação estatal provoque efeitos com tendências a produzir uma redução dos desníveis inter-regionais de renda, é necessário que as políticas governamentais sejam de tal forma articuladas que permitam às atividades econômicas e sociais se reproduzirem e se ampliarem em condições semelhantes fora das regiões centrais, isto é, em outras microrregiões que tenham demanda suficiente para viabilizá-las. Com isso, queremos dizer que as ações iso-

ladas de política pública, embora levem algum progresso as regiões mais pobres, muitas vezes provocam ao mesmo tempo acréscimos proporcionalmente maiores na renda das áreas mais prósperas. Um bom exemplo do que afirmamos é a melhoria na rede de transportes, que certamente proporciona maior bem-estar e cria condições para que a renda se eleve nas áreas atingidas, especialmente dos setores agropecuário, comércio varejista e alguns serviços. Para o setor industrial e o comércio atacadista²⁶, no entanto, o efeito tende a não ser o mesmo, pois a rede de transportes agora melhorada torna a concorrência espacial quase insuportável para algumas unidades localizadas nas regiões relativamente mais pobres. O encurtamento das distâncias econômicas mediante um melhor acesso, provavelmente, viabiliza a expansão das empresas localizadas nas regiões mais ricas através de ganhos na escala que são competitivos com os custos de transportes. O resultado desse movimento é o progressivo desaparecimento de fábricas de alguns ramos industriais e de grande parte de estabelecimentos do comércio atacadista.

Outro exemplo de ação governamental de dimensão modesta, por vezes contraditória em seu conteúdo e que, paradoxalmente, tem efeitos negativos para as disparidades de renda está contido no sistema tributário. Na reforma tributária de 1967, houve de certa forma alguma preocupação no sentido de remeter proporcionalmente menos recursos às áreas mais ricas. Isso está consubstanciado nos critérios adotados para a transferência de "fundos", por parte da União, para os estados e municípios. O Fundo de Participação dos Municípios tem seus recursos transferidos mediante um índice construído em função da população e da área dos municípios não capitais. Para os municípios capitais, o índice considera também o inverso da renda "per capita" do estado respectivo, o que constitui um componente com efeito desconcentrador na construção do índice. Esta medida, no entanto, tem efeito praticamente neutro para o que se pretendia devido, principalmente, a dois aspectos. O pri-

²⁶ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Comércio de mercadorias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1980. cap. 1 e 4. (25 Anos de Economia Gaúcha, 5, t. 3).

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil - 1930/70*. Campinas, UNICAMP, 1981. (Tese de livre docência apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas).

meiro é o pequeno volume relativo dos recursos do fundo; o segundo é o fato de se tratar de medida isolada, e também por ser adotada simultaneamente, no interior do próprio sistema tributário, a outras medidas de cunho concentrador. A mais notável destas é sem dúvida a parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias que é distribuída aos municípios pelos estados. Essa espécie de fundo é distribuída segundo índices construídos em função do valor adicionado em cada município, por atividades gravadas por esse tributo. Neste caso, os municípios que mais agregam, certamente os mais ricos, recebem um retorno maior, sendo, portanto, uma distribuição altamente concentradora. Espera-se que esta discussão tenha tornado mais clara a questão do papel das políticas públicas como instrumentos para evitar a exacerbação das desigualdades inter-regionais de renda. A não-intervenção governamental, na visão de Myrdal, permitiu que tanto a indústria quanto o comércio de mercadorias e intermediários financeiros, bem como outras atividades que proporcionam remuneração superior à média, continuassem a se concentrar em algumas poucas regiões, enquanto as demais áreas absorviam atividades com menor capacidade para remunerar os fatores.

Cabe agora examinar a evolução das desigualdades inter-regionais de renda por habitante considerando outros aspectos até aqui não abordados.

Examinando simultaneamente as taxas de crescimento da renda interna setorial contidas na Tabela 11 e as variações relativas dos coeficientes de desigualdade em cada década, pode-se inferir algumas conclusões.

Tabela 11

Taxas de crescimento da renda interna setorial no Rio Grande do Sul — 1939-70

SETORES	1939-49	1949-59	1959-70
Agricultura	1,0	5,9	2,8
Indústria	5,5	2,8	9,9
Comércio de mercadorias	-0,7	5,4	10,6
Serviços	6,4	1,8	5,6
Intermediários financeiros, governo e transportes e comunicações	4,9	5,6	8,6

FONTE: Calculadas a partir das Tabelas IV, VII, X e XIII do Anexo Estatístico

Deve ser lembrada mais uma vez a tese de Myrdal sobre as disparidades, segundo a qual os desníveis tendem a se acentuar quando a dinâmica dos mercados não sofre a ação de uma política intervencionista por parte do Estado. Nesse caso, as plantas industriais, o grande comércio, os bancos e agentes financeiros em geral, os serviços mais especializados bem como outras atividades (as ciências, as artes, a literatura, a educação e a cultura superior) localizam-se em áreas nas quais há maior possibilidade de expansão, isto é, as regiões mais prósperas. Com as atividades agropecuárias não é possível ocorrer o mesmo fenômeno; esse setor muitas vezes tem que se expandir em áreas distantes dos grandes aglomerados urbanos, que sediam maior massa de investimentos de outros setores. Nessas condições, é necessário analisar qual a relação que existe entre o desempenho médio dos diferentes setores e a evolução das disparidades de renda inter-regional.

A primeira inferência possível é que parece claro que, quando há surtos de crescimento acelerado do setor industrial, há também um movimento no sentido de aumentar as desigualdades de renda "per capita" entre as regiões. Esse fenômeno ocorreu tanto na década de 40 quanto nos anos 60, justamente quando a indústria no Estado cresceu a taxas anuais de 5,5% e 9,9% respectivamente. Nos anos 50, caracterizados por redução das disparidades, o crescimento industrial andou na casa dos 2,8% anuais. Nesta década, apesar de ter havido um rápido crescimento industrial no Brasil, especialmente na segunda metade do período, o Rio Grande do Sul praticamente ficou fora do projeto nacional, na época contido basicamente no Plano de Metas. Convém salientar que a distribuição espacial da expansão industrial, acelerada ou não, se deu concentrada em algumas poucas regiões, tais como na Grande Porto Alegre, nas regiões comandadas por Pelotas e Rio Grande e na região de Caxias do Sul, esta última consolidando, nos anos 60, a posição de segundo pólo industrial do Estado.

Analisando-se o desempenho do produto agrícola nos três decênios, parece haver uma associação entre baixas taxas de crescimento do setor e aumento das disparidades de renda inter-regional por habitante. No Rio Grande do Sul, isso é de certa forma verdadeiro, na medida em que altas taxas de crescimento do Setor Primário tendem a elevar a renda daquelas microrregiões que têm sua base econômica calcada na agricultu-

ra. Isso pôde ser observado especialmente nos anos 50, quando áreas eminentemente agrícolas no Estado elevaram seu nível de renda por habitante, tendo papel importante na redução das desigualdades ocorrida no período. Seria um equívoco do analista, no entanto, crer que o movimento convergente da renda "per capita" nessa década tenha ocorrido somente em função do desempenho agrícola. Na verdade, nos anos 50, dois outros fatores contribuíram na redução das desigualdades. O primeiro foi o baixo crescimento industrial, o qual certamente moderou as vantagens das áreas mais prósperas e teve reflexos nos serviços, que igualmente estão mais concentrados nestas regiões. Os serviços cresceram somente 1,8% ao ano entre 1949 e 1959.

Antes de finalizar este capítulo, cabe abordar novamente a questão das migrações como um dos elementos importantes na determinação dos coeficientes de disparidades inter-regionais de renda por habitante. A fim de que se possa ter uma idéia aproximada da influência quantitativa das migrações nas desigualdades inter-regionais de renda do Rio Grande do Sul, procedeu-se da seguinte maneira: em primeiro lugar, buscou-se eliminar as diferenças entre as taxas de crescimento demográfico de cada região e a média do Estado, admitindo-se que estas diferenças sejam causadas pelo processo migratório. Nesse caso, supõe-se que regiões que apresentam taxas acima da média estadual estão recebendo população de outras áreas, e regiões que apresentam taxas menores do que a média estão perdendo população por emigração. Em suma, supõe-se que o crescimento vegetativo da população microrregional seja igual ao da média do Estado. Com essa orientação estimou-se a população das microrregiões para os anos de 1949, 1959 e 1970 com base nas taxas médias de crescimento demográfico do Estado e, a partir daí, recalculou-se os coeficientes de desigualdade. Duas abordagens podem ser feitas a partir dessa nova situação. A primeira refere-se à comparação entre os coeficientes de desigualdade empíricos e os decorrentes da simulação, ambos contidos nas Tabelas XVI e XVII no Anexo Estatístico. Nesse caso, o que era esperado se confirmou, isto é, os coeficientes originais (empíricos) apresentaram-se menores do que os estimados na simulação. Isto significa que realmente as migrações (internas e externas) exerceram uma boa dose de influência na distribuição da renda inter-regional. Essa influência tem efeitos diferenciados sobre o nível de renda "per capita" das micror-

regiões, ora elevando-o ora rebaixando-o. A segunda abordagem refere-se à comparação da evolução relativa dos coeficientes de disparidade, cujos números estão contidos na Tabela 12. Nesse caso, esperava-se que as variações percentuais dos coeficientes originais fossem menores do que as correspondentes aos estimados. No entanto tal expectativa ocorreu somente nos dois primeiros decênios, sendo que entre 1959 e 1970 o coeficiente resultante da simulação se apresentou menor do que o original.

Tabela 12

Variações relativas dos coeficientes de desigualdade V_w e V_{uw} — 1939-70

PERÍODOS	COM EFEITO MIGRAÇÕES		SEM EFEITO MIGRAÇÕES	
	V_w	V_{uw}	V_w	V_{uw}
1939-49	10,69	14,06	19,76	11,85
1949-59	-42,49	-42,82	-24,91	-26,32
1959-70	26,88	4,35	18,34	2,49

FONTE: Tabela 7 e Tabela XVII do Anexo Estatístico.

Entre 1939 e 1959, parece claro que as migrações decorrem das próprias desigualdades econômicas inter-regionais, que configuravam, nas microrregiões de origem dos fluxos migratórios, fortes pressões da população sobre a disponibilidade de recursos, especialmente a terra rural. A natureza dessa pressão está relacionada com a estrutura da propriedade não só rural (minifúndio/latifúndio), como também com os recursos em geral ao nível do urbano nas próprias microrregiões.

No período 1959-70, o coeficiente V_w decorrente da simulação foi 31% menor do que o original, o que significa que as migrações nessa década tiveram uma influência menor do que antes na distribuição inter-regional da renda. É provável que algum fato novo tenha ocorrido nessa fase, especialmente no que diz respeito à natureza das migrações. Talvez o caráter seletivo que envolve os fluxos migratórios possa explicar a redução da importância das migrações sobre as desigualdades. Normalmente, a hipótese da seletividade que ocorre nas migrações pro-

põe que, nesse movimento, as regiões mais pobres são prejudicadas pela evasão de seus melhores cérebros da população mais jovem, mais empreendedora, etc. e que estes grupos levam consigo boa parte de diversos tipos de recursos.²⁷

Outra hipótese possível refere-se à intensidade e à direção das migrações nessa década. É possível que a intensidade das mesmas tenha sido menor e a origem e o destino dos fluxos não tenham sido necessariamente os mesmos dos decênios anteriores, embora algumas áreas receptoras de população migrante tenham tido esta posição consolidada nos anos 60.

Parece estar claro que as migrações desempenham importante papel na distribuição inter-regional da renda no Rio Grande do Sul e que a discussão sobre este papel não foi esgotada neste trabalho, razão pela qual, por si só, constitui-se num tema que merece outros estudos específicos a respeito.

²⁷ Talvez esta hipótese não seja verdadeira para várias microrregiões do Rio Grande do Sul. Uma rápida reflexão a respeito pode esclarecer o que é afirmado. É provável que os diversos cenários econômicos existentes no Estado produzam, em diferentes épocas, graus distintos de seletividade nas respectivas migrações. O que se quer dizer é que talvez a seletividade predominante nas migrações do tipo rural não seja a mesma das migrações que têm origem urbana. O mesmo pode-se colocar para o caso de microrregiões cujas estruturas econômicas têm características distintas, como é o caso da zona onde predominam as grandes propriedades (pecuária extensiva), ou de regiões onde a produção primária é desenvolvida em minifúndios (agropecuária colonial), ou ainda de áreas onde tem lugar a lavoura empresarial. O mesmo pode-se colocar sobre as migrações que têm origem ou destino urbano, de microrregiões cuja rede urbana possui cidades que ocupam lugar de destaque na rede estadual.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procurou-se estudar a evolução do grau de desigualdades ou a distribuição da renda inter-regional no âmbito do território do Rio Grande do Sul, no período 1939-70. Para tanto, foi necessário, antes de tudo, estudar e escolher uma regionalização adequada ao tipo de estudo que se pretendia. Apesar de algumas dificuldades que de certa forma foram contornadas, foi possível construir as microrregiões homogêneas de 1970 do IBGE para os anos de 1959, 1949 e 1939, obtendo-se um conjunto de 21 regiões comparáveis ao longo do período de análise.

O passo seguinte foi estimar a renda interna para cada microrregião que constituía o universo a ser estudado. Esse procedimento foi desenvolvido a partir dos Censos Econômicos e Demográficos do IBGE, de informações das contas nacionais da FGV e de outras fontes em menor escala. Para se chegar à renda interna microrregional, foi necessário calcular primeiro a renda por setor e, após, somá-las até chegar ao total que se desejava. A partir dessas informações, determinou-se os coeficientes de desigualdade inter-regional de renda, bem como a sua evolução no período.

Por uma imposição dos dados que se dispunha apenas para os anos de 1939, 1949, 1959 e 1970, a evolução que se queria observar ficou disposta em três períodos ou três décadas, o suficiente para se ter uma idéia do quadro das disparidades de renda entre as regiões do Estado, embora admita-se que a dita evolução ficaria melhor desenhada caso se dispusesse de informações intercensitárias ao nível das microrregiões.

Os coeficientes de desigualdade regional revelaram que nos anos 40 os níveis de renda interna "per capita" entre as microrregiões se distanciam, isto é, aumentou a diferença entre as áreas ricas e as pobres. A mesma tendência foi verificada entre 1959 e 1970. Já na década de 50, a evolução dos coeficientes demonstrou uma tendência convergente nos níveis de renda, isto é, as regiões mais pobres aproximaram-se das áreas mais prósperas em termos de produto por habitante.

A dinâmica do processo de desigualdades econômicas, pelo menos numa década (1949-59), contrariou a tese de Myrdal sobre o assunto, apre-

sentando tendência convergente nos níveis de renda "per capita" das microrregiões, quando era esperado um agravamento das disparidades, a exemplo dos outros dois decênios. A convergência de fato ocorreu. Resta discutir que conjunto de causas contribuíram para que tal fenômeno ocorresse.

A industrialização parece ter desempenhado um papel importante na definição da tendência convergente da renda "per capita" entre as microrregiões. A década de 50 foi um período de intensas transformações na economia brasileira, especialmente no setor industrial, que, além de se expandir a altas taxas, experimentou modificações na sua estrutura de produção. Esse surto industrial se desenvolveu sob forte estímulo da política econômica, consubstanciada no Plano de Metas do Governo Juscelino. O Rio Grande do Sul ficou praticamente fora do Plano de Metas, isto é, a indústria gaúcha em quase nada se beneficiou dos grandes incentivos à industrialização existentes à época. Isso fez com que a indústria gaúcha tivesse um fraco desempenho entre 1949 e 1959, com taxa de crescimento da renda interna do setor em torno de 2,8% ao ano. De que forma esse resultado afetou o nível da renda das microrregiões? As microrregiões mais industrializadas foram atingidas mediante um rebaixamento relativo das suas rendas internas, já que possuem grande parte da sua produção calcada no setor industrial e também porque concentram¹ grande parte do parque fabril gaúcho. Além disso, outro fato atuou simultaneamente, com efeitos no mesmo sentido, ou seja, rebaixar relativamente a renda por habitante dessas áreas. Trata-se das migrações internas. Estas foram intensas nessa década e se dirigiram basicamente aos centros mais industrializados e/ou que dispunham de uma oferta maior de serviços urbanos.²

¹ Em 1959, somente três das principais microrregiões industriais (lideradas por Porto Alegre, Caxias do Sul e Rio Grande) representaram em torno de 60% do produto industrial gaúcho.

² Um exame das taxas de crescimento demográfico dessas áreas demonstra com mais clareza esse aspecto. Enquanto o Estado crescia a taxa média de 2,6% a.a., a 308-Porto Alegre o fazia a 5,4% a.a., a 311-Vinicultora de Caxias do Sul a 3,7% a.a. e a 316-Santa Maria a 3,4% a.a., revelando que estas regiões, além do crescimento vegetativo, foram receptoras de populações de outras áreas do Estado.

Por outro lado, nas regiões não industrializadas ou com base econômica calcada nas atividades primárias, ocorreu fenômeno inverso, isto é, além de terem em alguns casos obtido rápido crescimento da renda agropecuária, ainda experimentaram notável fluxo de emigrações, fato que contribuiu para elevar a renda por habitante das mesmas.

Nas outras décadas (1939-49 e 1959-70), a expansão industrial e de outras atividades urbanas foi suficientemente forte para mais do que compensar os efeitos das migrações na determinação da renda "per capita" microrregional. As regiões relativamente mais prósperas, apesar de terem apresentado taxas de crescimento demográfico bem acima da média estadual, ainda elevaram suas rendas "per capita" a taxas acima da média do Estado e da grande maioria das microrregiões deste.

Outra constatação que parece ser relevante é relativa aos anos 60, caracterizados pela crise do período 1962-67, mas também por uma parte (1968-70) do período de maior crescimento econômico que experimentou a economia brasileira nos últimos decênios. De que forma o "boom" desse período afetou as microrregiões do Rio Grande do Sul? De um modo geral, algumas microrregiões não se beneficiaram dos avanços que ocorreram nas economias brasileira e gaúcha, mesmo tendo sua base econômica calcada em setores que apresentaram expansão. Um exemplo disto foi o caso de regiões eminentemente agrícolas³ que se incorporaram ao ciclo de expansão trigo/soja, por exemplo, mas não melhoraram necessariamente seus níveis de renda pessoal em termos relativos. Nesses casos, provavelmente as maiores dificuldades estiveram ligadas à própria estrutura econômica das respectivas microrregiões. Assim, por exemplo, há várias microrregiões cuja economia depende fundamentalmente de atividades agropecuárias mas estas são desenvolvidas predominantemente em pequenas propriedades, o que constitui uma restrição estrutural à obtenção de níveis de produtividade iguais ou maiores aos alcançados em outras regiões, onde a mesma atividade tem lugar em propriedades de maior tamanho, com maiores possibilidades de acesso a crédito, insumos modernos

³ Podem ser citadas neste grupo as microrregiões 326-Colonial de Erechim; 330-Soledade e 325,328,329-Colonial de Iraí + Passo Fundo + Colonial de Alto Jacuí.

e mecanização. Outro aspecto estrutural a salientar refere-se à infra-estrutura pública (transportes, comunicações, escolas, hospitais, etc.), que geralmente é deficiente nessas áreas, comparadas a regiões relativamente mais ricas. Outra restrição estrutural ao crescimento da renda nessas regiões é a baixa ligação ou articulação que a base econômica (agropecuária) tem com outros setores da economia local, o comércio, a indústria, os intermediários financeiros e os serviços em geral. De um modo geral, essa articulação é realizada com atividades localizadas em regiões relativamente mais prósperas, tendo como consequência a elevação das rendas setoriais e global das mesmas.

No mesmo grau de relevância está a baixa expansão econômica do que se pode denominar de antiga zona industrial do Estado, ou seja, a região liderada por Pelotas e Rio Grande. Trata-se de uma área que parece não ter-se incorporado com a mesma intensidade e natureza que as regiões Porto Alegre e Caxias do Sul à expansão econômica experimentada pelas economias brasileira e gaúcha nos anos 60. É uma área que, apesar de possuir um parque industrial que já ocupou a primeira posição no Estado, influi na distribuição da renda inter-regional através do seu empobrecimento relativo, verificado ao longo dos três decênios. Isso provavelmente vem acontecendo devido ao fato de seu parque industrial não ter atraído, tanto quanto as outras zonas industriais, as novas plantas que se instalavam no Estado, especialmente as relativas ao grupo das indústrias dinâmicas, justamente aquelas que têm maior efeito multiplicador de renda.

Resta ainda fazer alguns comentários finais sobre as microrregiões que afetaram as desigualdades inter-regionais de renda por habitante através do seu excepcional desempenho econômico, especialmente nos anos 60. Em primeiro lugar estão aquelas⁴ que elevaram seus níveis de renda "per capita" em função de um bom desempenho da economia regional, especialmente da agricultura, embora outros setores também tenham avançado devido à articulação com o Setor Primário. A articulação setorial, nesse caso, é caracterizada pelo beneficiamento (agroindústrias) e comer-

⁴ Microrregiões 323-Colonial das Missões, 324-Colonial de Santa Rosa e 327-Colonial de Ijuí.

cialização (cooperativas) de uma parte da produção agrícola tanto local quanto de outras microrregiões, elevando mais do que em outras áreas a renda interna global.

Duas outras microrregiões desempenharam o mesmo papel na distribuição da renda "per capita" inter-regional através de enriquecimento relativo. Trata-se da 308-Porto Alegre e 311-Caxias do Sul. Estas regiões distanciaram-se das demais em termos de expansão econômica devido ao avanço que obtiveram no setor industrial e simultaneamente nos demais setores da economia urbana (comércio de mercadorias, serviços, intermediários financeiros e governo). Foram as microrregiões que, no Rio Grande do Sul, melhor se inseriram nas fases de expansão das economias brasileira e gaúcha nos anos 60. O crescimento dessas áreas, no entanto, apresenta algumas peculiaridades distintas do das demais regiões que enriqueceram relativamente, especialmente no último decênio. As peculiaridades referidas são representadas por características próprias dos grandes aglomerados urbanos, isto é, uma estrutura econômica que proporciona ganhos acima da média aos fatores ali alocados em decorrência das chamadas economias de aglomeração. Esses aspectos asseguram a essas áreas vantagens locacionais sobre as demais microrregiões, especialmente quando se trata da indústria, do comércio de mercadorias, dos serviços de intermediação financeira e governamentais. Assim sendo, grande parte da produção agropecuária é manufaturada no parque fabril da 308-Porto Alegre e não nas zonas onde a produção teve origem. A maior parte dos serviços, tanto governamentais quanto privados, que envolvem maior especialização, está concentrada nessas áreas e não nas zonas cuja base econômica é tipicamente agropecuária. Além disso, e por todas essas razões, são essas microrregiões que sediam a maior parte das indústrias dinâmicas e as mais modernas tecnologicamente, o que confere um razoável distanciamento, em termos de geração de renda, das demais áreas do Estado devido à própria natureza desse tipo de atividade.

Dessa forma, espera-se ter lançado alguma luz à questão das disparidades de renda inter-regional no Rio Grande do Sul, embora exista a conscientização de que muitas facetas do problema não tenham sido esclarecidas detalhadamente no âmbito deste trabalho, razão pela qual passamos a propor, em linhas gerais, alguns estudos específicos que po-

derão tornar mais claros certos aspectos que envolvem o tema aqui estudado.

O primeiro estudo a ser proposto refere-se à questão relevante, mas não totalmente esclarecida neste trabalho, das migrações. Foi possível constatar que as migrações desempenham um papel importante na distribuição da renda inter-regional no Estado, a exemplo do que foi constatado em estudos a nível de Brasil. O estudo que aqui se propõe poderá ser desdobrado em vários outros. O importante é que seja investigada a natureza das migrações, considerando o tipo de estrutura econômica característico da microrregião de origem. Com isso, espera-se tornar mais claro se as causas das migrações da região da campanha (onde a produção é desenvolvida em grandes propriedades) são as mesmas das áreas de agropecuária colonial (onde predomina o minifúndio) ou ainda das zonas onde se desenvolve a lavoura em bases empresariais. É conveniente investigar também em que medida essas migrações são seletivas nas áreas que mais liberam população. Outro aspecto que merece algum esforço de pesquisa é a relação que existe entre as migrações e os diferentes períodos de expansão e retração das economias microrregional e estadual. Cabe também estudar o destino das migrações, isto é, em que medida a migração se dá no sentido rural-rural, rural-urbano e urbano-urbano, tanto ao nível da microrregião quanto ao nível do Estado. Acredita-se que esses tipos de abordagens possam ajudar a entender melhor o papel das migrações na evolução das desigualdades de renda inter-regional no Estado, entre 1939 e 1970.

Outro estudo que poderá esclarecer mais detalhadamente alguns aspectos da evolução das disparidades é referente à industrialização do Estado nesse período. Caberia investigar como o setor industrial das várias microrregiões se inseriu nos vários períodos de expansão e desaceleração que experimentou a industrialização do Estado e do País entre 1939 e 1970. Cabe examinar, também, o perfil industrial das diversas microrregiões e verificar o tipo de articulação que ele possa ter com outros setores, tanto ao nível da economia regional quanto aos níveis do Estado e do País.

O papel do comércio de mercadorias ao longo do tempo é relevante para se conhecer melhor a distribuição inter-regional da renda, tendo em vista que alguns segmentos deste setor se concentraram sobremaneira

em alguns poucos pontos do território. Saber quais as microrregiões que são tributárias de outras em termos de comércio, ou em termos de determinados tipos de comércio, constitui um instrumento valioso para verificar o modo como uma microrregião está-se inserindo no processo de desenvolvimento do Estado.

Não menos importante é o papel do Estado, especialmente das esferas federal e estadual, na determinação das disparidades inter-regionais de renda, na medida em que uma parcela relevante do produto global é apropriada via sistema tributário e gasta de forma diferenciada geograficamente através da prestação de serviços e investimentos públicos. Esses elementos são inegavelmente determinantes de uma parte das disparidades de renda inter-regional. Caberia investigar que classe de investimento e serviço têm sido estendidos, ao longo do período, às diversas microrregiões que compõem o Estado. A comparação do modo e da dimensão como se deu a expansão do Estado nas diversas regiões talvez possa tornar mais claro até que ponto as medidas isoladas, ou de alguma forma articuladas entre si, podem ter contribuído para a elevação da renda interna microrregional.

Esse conjunto de estudos complementares propostos obviamente não esgotam a questão das desigualdades inter-regionais de renda, mas certamente serão capazes de aprofundar alguns pontos abordados apenas de passagem no presente texto.

APÊNDICE

Modelos alternativos para estimar a renda interna, por município ou microrregião homogênea, no Rio Grande do Sul

a) Agricultura – 1939

$$RIA_i = RIA_{pc,i} \cdot PEAA_i \quad (31)$$

$$\text{sendo, } RIA_{pc,i} = \frac{VPA_i - CIA_i}{POA_i}$$

$$\text{e, } CIA_i = DA_i - (SA_i + AMA_i + AANA_i)$$

onde, RIA_i = renda interna da agricultura no i-ésimo município;

$RIA_{pc,i}$ = renda interna "per capita" da agricultura no i-ésimo município;

$PEAA_i$ = população economicamente ativa da agricultura no i-ésimo município;

VPA_i = valor da produção da agricultura no i-ésimo município;

CIA_i = consumo intermediário da agricultura no i-ésimo município;

POA_i = pessoal ocupado da agricultura no i-ésimo município;

DA_i = despesas da agricultura no i-ésimo município;

SA_i = salários da agricultura no i-ésimo município;

AMA_i = aquisição de máquinas da agricultura no i-ésimo município;

$AANA_i$ = aquisição de animais da agricultura no i-ésimo município.

b) Indústria — 1939

$$RII_i = VTI_i - \left[(DDI_E - AAI_E) \cdot \frac{PEAI_i}{PEAI_E} \right] \quad (32)$$

$$RII_i = RII_{E,FGV} \cdot \frac{PEAI_i}{PEAI_E} \quad (33)$$

$$RII_i = RII_{E,FGV} \cdot \frac{VTI_i}{VTI_E} \quad (34)$$

onde, RII_i = renda interna da indústria no i -ésimo município;

$VTI_{i,E}$ = valor da transformação industrial no i -ésimo município e no Estado;

DDI_E = despesas diversas da indústria no Estado;

AAI_E = aluguéis e arrendamentos da indústria no Estado;

$PEAI_{i,E}$ = população economicamente ativa da indústria no i -ésimo município e no Estado;

$RII_{E, FGV}$ = renda interna da indústria, calculada pela FGV, no Estado.

c) Comércio de mercadorias — 1939

$$RICM_i = VCM_i - CCM_i - DDCM_i \quad (35)$$

$$\text{sendo, } DDCM_i = DD_i - \left[(AACM_E + CGCM_E) \cdot \frac{VCM_i - CCM_i}{VCM_E - CCM_E} \right]$$

$$\text{e, } RICM_i = RICM_{E,FGV} \cdot \frac{PEACM_i}{PEACM_E} \quad (36)$$

onde, $RICM_i$ = renda interna do comércio de mercadorias no i-ésimo município;

$VCM_{i,E}$ = vendas do comércio de mercadorias no i-ésimo município e no Estado;

$CCM_{i,E}$ = compras do comércio de mercadorias no i-ésimo município e no Estado;

$DDCM_i$ = despesas diversas do comércio de mercadorias no i-ésimo município;

DD_i = despesas diversas no i-ésimo município;

$AACM_E$ = aluguéis e arrendamentos do comércio de mercadorias no Estado;

$CGCM_E$ = comissões e gratificações do comércio de mercadorias no Estado;

$PEACM_{i,E}$ = população economicamente ativa do comércio de mercadorias no i-ésimo município e no Estado;

$RICM_{E,FGV}$ = renda interna do comércio de mercadorias, calculada pela FGV, no Estado.

d) Serviços – 1939

$$RIS_i = \frac{RS_E - DS_E}{POS_E} \cdot PEAS_i \quad (37)$$

onde, RIS_i = renda interna dos serviços no i-ésimo município;

RS_E = receita dos serviços no Estado;

DS_E = despesas dos serviços no Estado;

POS_E = pessoal ocupado dos serviços no Estado;

$PEAS_i$ = população economicamente ativa dos serviços no i-ésimo município.

e) Agricultura – 1949

$$RIA_i = RIA_{E,FGV} \cdot \frac{PEAA_i}{PEAA_E} \quad (38)$$

onde, RIA_i = renda interna da agricultura no i -ésimo município;

$RIA_{E,FGV}$ = renda interna da agricultura, calculada pela FGV, no Estado;

$PEAA_{i,E}$ = população economicamente ativa da agricultura no i -ésimo município e no Estado.

f) Indústria – 1949

$$RII_i = VTI_i - \left[(DDI_E - AAI_E - ITI_E - JI_E) \cdot \frac{PEAI_i}{PEAI_E} \right] \quad (39)$$

sendo, $VTI_i = VPI_i - CII_i$

onde, RII_i = renda interna da indústria no i -ésimo município;

VTI_i = valor da transformação industrial no i -ésimo município;

DDI_E = despesas diversas da indústria no Estado;

AAI_E = aluguéis e arrendamentos da indústria no Estado;

ITI_E = indenizações trabalhistas da indústria no Estado;

JI_E = juros da indústria no Estado;

$PEAI_{i,E}$ = população economicamente ativa da indústria no i -ésimo município e no Estado;

VPI_i = valor da produção industrial no i -ésimo município;

CII_i = consumo intermediário da indústria no i -ésimo município.

g) Comércio de mercadorias – 1949

$$RICM_i = RICM_{E,FGV} \cdot \frac{VCM_i}{VCM_E} \quad (40)$$

$$e, \quad RICM_i = RICM_{E,FGV} \cdot \frac{PEACM_i}{PEACM_E} \quad (41)$$

onde, $RICM_i$ = renda interna do comércio de mercadorias no i-ésimo município;

$RICM_{E,FGV}$ = renda interna do comércio de mercadorias, calculada pela FGV, no Estado;

$VCM_{i,E}$ = vendas do comércio de mercadorias no i-ésimo município e no Estado;

$PEACM_{i,E}$ = população economicamente ativa do comércio de mercadorias no i-ésimo município e no Estado.

h) Serviços – 1949

$$RIS_i = RIS_{E,FGV} \cdot \frac{PEAS_i}{PEAS_E} \quad (42)$$

onde, RIS_i = renda interna dos serviços no i-ésimo município;

$RIS_{E,FGV}$ = renda interna dos serviços, calculada pela FGV, no Estado;

$PEAS_{i,E}$ = população economicamente ativa dos serviços no i-ésimo município e no Estado.

i) Agricultura – 1959

$$RIA_i = RIA_{E,FGV} \cdot \frac{PEAA_i}{PEAA_E} \quad (43)$$

onde, RIA_i = renda interna da agricultura no i -ésimo município;

$RIA_{E,FGV}$ = renda interna da agricultura, calculada pela FGV, no Estado;

$PEAI_{i,E}$ = população economicamente ativa da agricultura no i -ésimo município e no Estado.

j) Indústria — 1959

$$RII_i = RII_{E,FGV} \cdot \frac{PEAI_i}{PEAI_E} \quad (44)$$

onde, RII_i = renda interna da indústria no i -ésimo município;

$RII_{E,FGV}$ = renda interna da indústria, calculada pela FGV, no Estado;

$PEAI_{i,E}$ = população economicamente ativa da indústria no i -ésimo município e no Estado.

k) Comércio de mercadorias — 1970

$$RICM_i = RICM_{E,FGV} \cdot \frac{VCM_i}{VCM_E} \quad (45)$$

e,

$$RICM_i = RICM_{E,FGV} \cdot \frac{PEACM_i}{PEACM_E} \quad (46)$$

onde, $RICM_i$ = renda interna do comércio de mercadorias na i -ésima microrregião;

$RICM_{E,FGV}$ = renda interna do comércio de mercadorias, calculada pela FGV, no Estado;

$VCM_{i,E}$ = vendas do comércio de mercadorias na i -ésima microrregião e no Estado;

$PEACM_{i,E}$ = população economicamente ativa do comércio de mercadorias na i -ésima microrregião e no Estado.

1) Serviços – 1970

$$RIS_i = RS_i - DOS_i - \left[DDS_i - (AAS_i + FGTSS_i + ITS_i + JS_i) \right] \quad (47)$$

$$\text{sendo, } (AAS_i + JS_i) = (AAS_E + JS_E) \cdot \frac{RS_i - DOS_i}{RS_E - DOS_E}$$

$$(FGTSS_i + ITS_i) = (FGTSS_E + ITS_E) \cdot \frac{SS_i}{SS_E}$$

$$\text{e, } RIS_i = RIS_{E,FGV} \cdot \frac{PEAS_i}{PEAS_E} \quad (48)$$

onde, RIS_i = renda interna dos serviços na i -ésima microrregião;

$RS_{i,E}$ = receita dos serviços na i -ésima microrregião e no Estado;

$DOS_{i,E}$ = despesas de operação dos serviços na i -ésima microrregião e no Estado;

DDS_i = despesas diversas dos serviços na i -ésima microrregião;

$AAS_{i,E}$ = aluguéis e arrendamentos dos serviços na i -ésima microrregião e no Estado;

$FGTSS_{i,E}$ = Fundo de Garantia por Tempo de Serviço dos serviços na i -ésima microrregião e no Estado;

$ITS_{i,E}$ = indenizações trabalhistas dos serviços na i -ésima microrregião e no Estado;

$JS_{i,E}$ = juros dos serviços na i -ésima microrregião e no Estado;

$SS_{i,E}$ = salários dos serviços na i -ésima microrregião e no Estado;

$RIS_{E,FGV}$ = renda interna dos serviços, calculada pela FGV, no Estado;

$PEAS_{i,E}$ = população economicamente ativa dos serviços na i -ésima microrregião e no Estado.

Microrregiões homogêneas comparáveis e respectivos municípios nos anos de 1970, 1959, 1949 e 1939

308 – Porto Alegre

1970

Alvorada, Barra do Ribeiro, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Portão, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão.

1959

Barra do Ribeiro, Campo Bom, Canoas, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Sapiranga e Viamão.

1949

Canoas, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo e Viamão.

1939

Canoas, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo e Viamão.

309 – Colonial da Encosta da Serra Geral

1970

Canela, Dois Irmãos, Feliz, Gramado, Igrejinha, Ivoti, Montenegro, Nova Petrópolis, Rolante, Salvador do Sul, São Sebastião do Caí, Taquara e Três Coroas.

1959

Canela, Dois Irmãos, Feliz, Gramado, Montenegro, Nova Petrópolis, Rolante, São Sebastião do Caí, Taquara e Três Coroas.

1949

Caí (São Sebastião do Caí), Canela, Montenegro e Taquara.

1939

Caí (São Sebastião do Caí), Montenegro e Taquara.

310 – Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul

1970

Osório, Santo Antônio, Torres e Tramandaí.

1959

Osório, Santo Antônio e Torres.

1949

Osório, Santo Antônio da Patrulha, (Santo Antônio) e Torres.

1939

Osório, Santo Antônio e Torres.

311 – Vinicultora de Caxias do Sul

1970

Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, São Marcos e Veranópolis.

1959

Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi e Veranópolis.

1949

Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi e Veranópolis.

1939

Antônio Prado, Bento Gonçalves, Caxias (Caxias do Sul), Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi e Alfredo Chaves (Veranópolis).

312-313 – Colonial do Vale do Taquari

1970

Anta Gorda, Arvorezinha, Casca, David Canabarro, Guaporê, Ilópo-

Iis, Nova Araçã, Nova Bassano, Nôva Prata, Paraĩ, Putinga e Serafina Correa. Arroio do Meio, Bom Retiro do Sul, Cruzeiro do Sul, Encantado, Estrela, Lajeado, Muçum, Nova Brêscia e Roca Sales.

1959

Arvorezinha, Casca, Guaporê e Nova Prata. Arroio do Meio, Bom Retiro do Sul, Encantado, Estrela, Lajeado, Muçum e Roca Sales.

1949

Guaporê e Nova Prata. Arroio do Meio, Encantado, Estrela e Lajeado.

1939

Guaporê e Prata (Nova Prata). Arroio do Meio, Encantado, Estrela e Lajeado.

314 – Fumicultora de Santa Cruz do Sul

1970

Agudo, Arroio do Tigre, Candelária, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Santa Cruz do Sul, Sobradinho, Venâncio Aires e Vera Cruz.

1959

Agudo, Candelária, Faxinal do Soturno, Santa Cruz do Sul, Sobradinho, Venâncio Aires e Vera Cruz.

1949

Candelária, Santa Cruz do Sul, Sobradinho e Venâncio Aires.

1939

Candelária, Santa Cruz (Santa Cruz do Sul), Sobradinho e Venâncio Aires.

315 – Vale do Jacuí

1970

Arroio dos Ratos, Butiã, Cachoeira do Sul, General Câmara, Rio Pardo, São Jerônimo, Taquari e Triunfo.

1959

Cachoeira do Sul, General Câmara, Rio Pardo, São Jerônimo, Taquari e Triunfo.

1949

Cachoeira do Sul, General Câmara, Rio Pardo, São Jerônimo, Taquari, Bom Jesus do Triunfo (Triunfo).

1939

Cachoeira (Cachoeira do Sul), General Câmara, Rio Pardo, São Jerônimo, Taquari e Triunfo.

316 – Santa Maria

1970

Formigueiro, Jaguari, Mata, Restinga Seca, Santa Maria, São Pedro do Sul e São Vicente do Sul.

1959

Jaguari, Restinga Seca, Santa Maria, São Pedro do Sul e São Vicente do Sul (General Vargas).

1949

Jaguari, Santa Maria, São Pedro do Sul e General Vargas (São Vicente do Sul).

1939

Jaguari, Santa Maria, São Pedro (São Pedro do Sul) e São Vicente (São Vicente do Sul).

317 – Lagoa dos Patos

1970

Camaquã, Canguçu, Dom Feliciano, Pelotas, São Lourenço do Sul e Tapes.

1959

Camaquã, Canguçu, Pelotas, São Lourenço do Sul e Tapes.

138,

1949

Camaquã, Canguçu, Pelotas, São Lourenço do Sul e Tapes.

1939

Camaquã, Canguçu, Pelotas, São Lourenço (São Lourenço do Sul) e Tapes.

318 – Litoral Oriental da Lagoa dos Patos

1970

Mostardas, Rio Grande e São José do Norte.

1959

Rio Grande e São José do Norte.

1949

Rio Grande e São José do Norte.

1939

Rio Grande e São José do Norte.

319 – Lagoa Mirim

1970

Arroio Grande, Erval, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar. Pedro Osório.

1959

Arroio Grande, Erval, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar. Pedro Osório.

1949

Arroio Grande, Erval, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar.

1939

Arroio Grande, Erval, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar.

320 – Alto Camaquã

1970

Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Lavras do Sul, Pinheiro Machado, Piratini, Santana da Boa Vista e São Sepê.

1959

Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Lavras do Sul, Pinheiro Machado, Piratini e São Sepê.

1949

Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Lavras do Sul, Pinheiro Machado, Piratini e São Sepê.

1939

Caçapava (Caçapava do Sul), Encruzilhada (Encruzilhada do Sul), Lavras (Lavras do Sul), Pinheiro Machado, Piratini e São Sepê.

321 – Campanha

1970

Alegrete, Bagê, Cacequi, Dom Pedrito, Itaqui, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, Santo Antônio das Missões, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

1959

Alegrete, Bagê, Cacequi, Dom Pedrito, Itaqui, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

1949

Alegrete, Bagê, Cacequi, Dom Pedrito, Itaqui, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

1939

Alegrete, Bagê, Dom Pedrito, Itaqui, Quaraí, Rosário (Rosário do Sul), Livramento (Santana do Livramento), São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

322 – Triticultora de Cruz Alta

1970

Cruz Alta, Ibirubã, Júlio de Castilhos, Santa Bárbara do Sul, Santiago, São Francisco de Assis e Tupanciretã.

1959

Cruz Alta, Ibirubã, Júlio de Castilhos, Santa Bárbara do Sul, Santiago, São Francisco de Assis e Tupanciretã.

1949

Cruz Alta, Júlio de Castilhos, Santiago, São Francisco de Assis e Tupanciretã.

1939

Cruz Alta, Júlio de Castilhos, Santiago, São Francisco de Assis e Tupanciretã.

323 – Colonial das Missões

1970

Bossoroca, Caibatê, Catuïpe, Giruã, Santo Ângelo, São Luís Gonzaga e São Nicolau. Cerro Largo, Guarani das Missões, Porto Xavier e Roque Gonzales.

1959

Giruã, Santo Ângelo e São Luís Gonzaga, Cerro Largo e Guarani das Missões.

1949

Santo Ângelo e São Luís Gonzaga.

1939

Santo Ângelo e São Luís Gonzaga.

324 – Colonial de Santa Rosa

1970

Atecrim, Boa Vista do Buricã, Campina das Missões, Cândido Godói, Crissiumal, Horizontina, Humaitã, Independência, Porto Lucena, Santa Rosa, Santo Cristo, São Paulo das Missões, Tenente Portela, Três de Maio, Três Passos, Tucunduva e Tuparendi.

1959

Crissiumal, Horizontina, Humaitã, Porto Lucena, Santa Rosa, Santo Cristo, Tenente Portela, Três de Maio, Três Passos, Tucunduva e Tuparendi.

1949

Santa Rosa e Três Passos.

1939

Santa Rosa.

325-328-329 – Colonial de Iraí + Passo Fundo + Colonial do Alto Jacuí

1970

Alpestre, Braga, Caiçara, Campo Novo, Constantina, Erval Seco, Frederico Westphalen, Iraí, Liberato Salzano, Miraguaí, Nonoai, Palmintinho, Planalto, Redentora, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Rondinha, São Martinho, Sarandi, Seberi e Vicente Dutra. Carazinho, Chapada, Coronel Bicaco, Palmeira das Missões, Passo Fundo e Santo Augusto. Ciríaco, Marau, Sertão e Tapejara. Colorado, Não-me-Toque, Selbach, Tapera e Victor Graeff.

1959

Campo Novo, Carazinho, Chapada, Constantina, Frederico Westphalen, Iraí, Marau, Não-me-Toque, Nonoai, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Santo Augusto, Sarandi, Seberi, Tapejara e Tapera.

1949

Iraí e Sarandi. Carazinho, Palmeira das Missões e Passo Fundo.

1939

Iraí e Sarandi. Carazinho, Palmeira (Palmeira das Missões) e Passo Fundo.

326 – Colonial de Erechim

1970

Aratiba, Barão de Cotegipe, Campinas do Sul, Erechim, Erval Grande, Gaurama, Getúlio Vargas, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Maximiliano de Almeida, São Valentim, Severiano de Almeida e Viadutos.

1959

Aratiba, Campinas do Sul, Erechim, Erval Grande, Gaurama, Getúlio Vargas, Marcelino Ramos, São Valentim e Viadutos.

1949

Erechim, Getúlio Vargas e Marcelino Ramos.

1939

José Bonifácio (Erechim) e Getúlio Vargas.

327 – Colonial de Ijuí

1970

Ajuricaba, Augusto Pestana, Chiapeta, Condor, Ijuí, Panambi e Pejuçara.

1959

Ijuí e Panambi.

1949

Ijuí.

1939

Ijuí.

330 – Soledade

1970

Barros Cassal, Espumoso e Soledade. Fontoura Xavier.

1959

Espumoso e Soledade.

1949

Soledade.

1939

Soledade.

331 – Campos de Vacaria

1970

Bom Jesus, Cambarã do Sul, Esmeralda, Ibiraiaras, Lagoa Vermelha, São Francisco de Paula e Vacaria. Barracão, Cacique Doble, Ibiãçã, Machadinho, Paim Filho, Sananduva e São José do Ouro.

1959

Bom Jesus, Lagoa Vermelha, Machadinho, Sananduva, São Francisco de Paula, São José do Ouro e Vacaria.

1949

Aparados da Serra (Bom Jesus), Lagoa Vermelha, São Francisco de Paula e Vacaria.

1939

Bom Jesus, Lagoa Vermelha, São Francisco de Paula e Vacaria.

ANEXO ESTADÍSTICO

Tabela I

Renda interna das microrregiões homogêneas comparáveis do Rio Grande do Sul — 1939-1970

MICRORREGIÕES	(preços correntes)			
	1939	1949	1959	1970 (Cr\$ 1 000)
303-Porto Alegre	1 030 412	4 959 039	39 693 019	4 802 662
309-Colonial da Encosta da Serra Geral	130 867	485 422	3 749 250	317 018
310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	61 955	236 974	2 267 671	152 220
311-Viniculadora de Caxias do Sul	142 570	1 016 665	5 737 422	711 703
312-313-Colonial do Vale do Taquari	208 652	593 339	4 411 459	413 281
314-Fumicultora de Santa Cruz do Sul	144 076	708 356	4 772 912	368 626
315-Vale do Jacuí	204 429	853 963	5 835 908	307 148
316-Santa Maria	118 842	560 559	4 486 034	316 022
317-Lagoa dos Patos	321 179	1 083 927	9 996 081	586 983
318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos	212 061	725 984	5 369 521	287 343
319-Lagoa Mirim	93 695	554 208	2 903 956	159 332
320-Alto Camaquã	98 424	489 234	3 336 494	162 002
321-Campanha	477 987	1 498 566	15 466 621	966 774
322-Triticultora de Cruz Alta	142 677	726 336	4 750 240	365 921
323-Colonial das Missões	93 404	294 621	3 550 750	399 794
324-Colonial de Santa Rosa	60 832	288 234	4 692 254	457 294
325-328-329-Colonial de Iraí+Passo Fundo+Colonial do Alto Jacuí	228 246	660 604	9 565 495	822 201
326-Colonial de Erechim	95 031	488 204	4 024 105	271 666
327-Colonial de Ijuí	51 589	195 790	2 408 086	233 037
330-Soledade	31 086	84 252	1 346 731	96 782
331-Campos de Vacaria	86 183	515 562	4 373 651	258 440
ESTADO	4 034 197	17 019 839	142 737 660	12 456 249

FONTE: CENSO ECONÔMICO: Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

Fundação Getúlio Vargas.

NOTA: 1. $RIMR_i$ = renda interna da i-ésima microrregião.

2. Os valores referentes aos anos 1939, 1949 e 1959 foram divididos por Cr\$ 1.000,00 com a finalidade de colocar toda a série sob uma mesma unidade monetária, embora os preços permaneçam correntes. Tal procedimento foi necessário devido à reforma monetária ocorrida em 1968 que transformou cada Cr\$ 1.000,00 em Cr\$ 1,00 (cruzeiros novos).

Tabela II

População do Rio Grande do Sul por microrregião — 1940-1970

MICRORREGIÕES	1940	1950	1960	1970
308-Porto Alegre	422 589	610 628	1 037 284	1 548 140
309-Colonial da Encosta da Serra Geral	141 549	151 167	196 781	219 716
310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	114 195	141 213	142 622	162 677
311-Viniculadora de Caxias do Sul	125 836	159 461	228 815	301 299
312-313-Colonial do Vale do Taquari	185 870	212 196	262 054	293 438
314-Fumicultora de Santa Cruz do Sul	130 675	155 217	206 251	247 674
315-Vale do Jacuí	207 792	236 824	234 987	270 726
316-Santa Maria	126 100	131 501	183 169	237 073
317-Lagoa dos Patos	233 233	276 081	333 047	407 237
318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos	78 494	100 169	127 170	149 602
319-Lagoa Mirim	55 523	58 929	76 034	88 334
320-Alto Camaquã	131 436	146 951	162 611	156 892
321-Campanha	334 130	386 108	456 600	546 634
322-Triticultora de Cruz Alta	147 984	168 724	191 464	204 310
323-Colonial das Missões	131 148	163 253	200 991	240 144
324-Colonial de Santa Rosa	94 528	231 820	279 850	315 962
325-328-329-Colonial de Iraí+Passo Fundo+Colonial do Alto Jacuí	292 555	336 513	482 032	616 954
326-Colonial de Erechim	130 279	171 187	185 631	204 033
327-Colonial de Ijuí	42 934	49 509	80 700	103 559
330-Soledade	70 279	95 869	102 209	112 222
331-Campos de Vacaria	133 560	181 501	218 357	238 265
ESTADO	3 320 689	4 164 821	5 388 659	6 664 891

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO: Rio Grande do Sul 1940/1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1950/1973.

Tabela III

Renda interna "per capita" e "ranking" das microrregiões homogêneas comparáveis do Rio Grande do Sul — 1939-1970

MICRORREGIÕES	1939		1949		1959		1970 (Cr\$ 1 000)	
	RIMR _{pc,i}	RANK						
308-Porto Alegre	2,4383	2	8,1212	2	38,2663	2	3,1022	1
309-Colonial da Encosta da Serra Geral	0,9245	13	3,2112	13	19,0529	16	1,4429	11
310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	0,5425	20	1,6781	19	15,8999	20	0,9357	20
311-Viniculadora de Caxias do Sul	1,1330	7	6,3756	4	25,0745	7	2,3621	2
312,313-Colonial do Vale do Taquari	1,1226	8	2,7962	16	16,8342	18	1,4084	13
314-Funcionários de Santa Cruz do Sul	1,1026	9	4,5636	5	23,1413	11	1,4884	9
315-Vale do Jacuí	0,9838	10	3,6059	11	24,8350	8	1,1345	17
316-Santa Maria	0,9424	12	4,2628	7	24,4912	10	1,3330	14
317-Lagoa dos Patos	1,3771	5	3,9261	9	30,0340	5	1,4414	12
318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos	2,7016	1	7,2476	3	42,2232	1	1,9207	4
319-Lagoa Mirim	1,6875	3	9,4047	1	38,1929	3	1,8037	5
320-Alto Camaquã	0,7488	15	3,3292	12	20,5183	13	1,0326	19
321-Campanha	1,4305	4	3,8812	10	33,8735	4	1,7686	7
322-Triticuladora de Cruz Alta	0,9641	11	4,3049	6	24,8101	9	1,7910	6
323-Colonial das Missões	0,7122	18	1,8047	18	17,6662	17	1,6648	8
324-Colonial de Santa Rosa	0,7197	17	1,2434	20	16,7670	19	1,4473	10
325,328,329-Colonial de Iraí/Passo Fundo/Colonial do Alto Jacuí	0,7802	14	1,9631	17	19,8441	15	1,3327	15
326-Colonial de Erechim	0,7294	16	2,8519	14	21,6780	12	1,3315	16
327-Colonial de Ijuí	1,2016	6	3,9546	8	29,8400	6	2,2503	3
330-Solidade	0,4423	21	0,8788	21	13,1762	21	0,8624	21
331-Campos de Vacaria	0,6453	19	2,8405	15	20,0298	14	1,0647	18
ESTADO	1,2149		4,0866		26,4585		1,8689	

FONTE: Elaborada a partir das Tabelas I e II.

NOTA: 1. RIMR_{pc,i} = renda interna "per capita" da i-ésima microrregião.

2. Os valores referentes aos anos 1939, 1949 e 1959 foram divididos por Cr\$ 1.000,00 com a finalidade de colocar toda a série sob uma mesma unidade monetária, embora os preços tenham variado. Tal procedimento foi necessário devido à reforma monetária ocorrida em 1968 que transformou cada Cr\$ 1.000,00 em Cr\$ 1,00 (cruzeiros novos).

Tabela IV

Renda interna setorial e total por microrregião — 1939

(preços correntes)

MICRORREGIÕES	RIA _i	RII _i	RIIC _i	RIIS _i	RIIF _i	RII _i	RIIC _i	RIMR _i
308-Porto Alegre	79 114,5	237 682,4	377 599,7	130 591,2	77 363,1	76 308,7	51 752,3	1 030 411,9
309-Colonial da Encosta da Serra Geral	78 604,5	14 299,1	12 125,0	9 561,3	3 819,5	6 067,1	6 390,6	130 867,1
310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	48 115,8	1 054,3	2 906,6	4 652,0	729,2	2 267,2	2 228,4	51 955,4
311-Viniculadora de Caxias do Sul	50 063,9	46 201,9	13 786,2	14 305,6	5 833,5	7 978,5	4 399,8	142 569,2
312,313-Colonial do Vale do Taquari	141 006,3	29 764,6	13 633,8	11 982,9	3 507,0	4 320,0	4 437,8	208 652,4
314-Funcionários de Santa Cruz do Sul	93 410,5	14 125,0	17 296,8	9 571,5	4 583,5	3 188,7	2 898,4	144 076,3
315-Vale do Jacuí	92 334,1	43 531,6	18 554,5	19 373,3	6 423,8	11 007,5	13 204,1	204 426,6
316-Santa Maria	41 757,8	8 555,6	14 504,9	16 331,3	4 409,8	15 783,6	17 499,4	118 842,4
317-Lagoa dos Patos	131 269,6	41 656,3	79 444,3	32 821,0	9 444,7	14 264,6	12 277,6	321 178,1
318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos	31 994,7	63 256,5	71 230,2	12 636,2	5 764,0	12 298,5	14 881,4	212 061,4
319-Lagoa Mirim	64 371,0	2 253,1	4 866,6	10 141,9	2 013,9	4 735,7	5 373,8	93 695,4
320-Alto Camaquã	68 295,1	3 429,4	5 371,7	11 758,6	2 222,3	3 517,1	3 829,6	98 423,7
321-Campanha	185 828,8	50 405,6	72 618,1	77 862,5	18 438,0	42 282,7	30 551,5	477 987,2
322-Triticuladora de Cruz Alta	66 505,5	16 375,4	12 946,3	16 661,3	4 687,6	17 521,6	7 977,6	142 676,2
323-Colonial das Missões	59 457,7	4 689,2	6 248,5	8 584,7	2 777,8	8 101,7	3 544,6	93 404,1
324-Colonial de Santa Rosa	50 100,3	1 350,4	3 172,8	3 279,5	416,7	1 605,7	907,5	60 832,9
325,328,329-Colonial de Iraí/Passo Fundo/Colonial do Alto Jacuí	142 028,7	24 833,1	19 757,9	17 842,4	5 590,4	9 264,9	8 927,9	228 245,3
326-Colonial de Erechim	56 074,0	13 910,5	9 272,5	7 139,6	3 055,6	3 078,9	3 078,9	95 038,9
327-Colonial de Ijuí	29 098,3	7 538,1	7 987,6	3 398,2	1 597,3	967,1	1 002,6	51 589,1
330-Solidade	20 666,6	3 634,9	1 381,1	3 173,9	277,8	944,3	1 007,3	31 085,9
331-Campos de Vacaria	60 761,4	5 850,3	2 991,0	7 931,4	1 944,5	4 675,8	2 028,9	86 163,3
ESTADO	7 590 800,0	634 397,0	767 700,0	428 600,0	164 900,0	249 600,0	198 200,0	4 034 197,0

FONTE: CENSO ECONÔMICO: Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

Fundação Getúlio Vargas.

NOTA: Estes valores foram divididos por Cr\$ 1.000,00, a fim de colocá-los sob a mesma unidade monetária adotada a partir de 1968, em decorrência da reforma monetária que transformou cada Cr\$ 1.000,00 em Cr\$ 1,00 (cruzeiros novos).

Tabela V

Composição relativa, por setor, da renda interna microrregional — 1939

(%)

MICRORREGIÕES	$\frac{RIA_i}{RIMR_i}$	$\frac{RII_i}{RIMR_i}$	$\frac{RICM_i}{RIMR_i}$	$\frac{RIS_i}{RIMR_i}$	$\frac{RIIF_i}{RIMR_i}$	$\frac{RIG_i}{RIMR_i}$	$\frac{RITC_i}{RIMR_i}$	TOTAL
	308-Porto Alegre	7,68	23,07	36,65	12,67	7,50	7,41	
309-Colonial da Encosta da Serra Geral ...	60,06	10,93	9,27	7,30	2,92	4,64	4,88	100
310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	77,66	1,70	4,69	7,51	1,18	3,66	3,60	100
311-Vinicultora de Caxias do Sul	35,12	32,40	9,67	10,03	4,09	5,60	3,09	100
312.313-Colonial do Vale do Taquari	67,58	14,27	6,53	5,74	1,68	2,07	2,13	100
314-Fumicultora de Santa Cruz do Sul	64,83	9,80	12,01	5,96	3,18	2,21	2,01	100
315-Vale do Jacuí	45,17	21,29	9,08	9,48	3,14	5,38	6,46	100
316-Santa Maria	35,14	7,20	12,21	13,74	3,71	13,28	14,72	100
317-Lagoa dos Patos	40,87	12,97	24,74	10,22	2,94	4,44	3,82	100
318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos ..	15,08	29,83	33,59	5,96	2,72	5,80	7,02	100
319-Lagoa Mirim	68,64	2,40	5,19	10,82	2,16	5,05	5,74	100
320-Alto Camaquã	69,39	3,48	5,46	11,95	2,26	3,57	3,89	100
321-Campanha	38,88	10,55	15,19	16,29	3,85	8,85	6,39	100
322-Triticulora de Cruz Alta	46,61	11,48	9,07	11,68	3,29	12,28	5,59	100
323-Colonial das Missões	63,66	5,03	6,69	9,19	2,97	8,67	3,79	100
324-Colonial de Santa Rosa	82,36	2,22	5,22	5,39	0,68	2,64	1,49	100
325.328.329-Colonial de Iraí+Passo Fundo+ Colonial do Alto Jacuí	62,23	10,88	8,66	7,82	2,45	4,06	3,90	100
326-Colonial de Erechim	59,01	14,64	9,76	7,50	3,22	2,63	3,24	100
327-Colonial de Ijuí	56,40	14,61	15,48	6,59	3,10	1,88	1,94	100
330-Soledade	66,48	11,69	4,44	10,21	0,89	3,04	3,25	100
331-Campos de Vacaria	70,50	6,79	3,47	9,20	2,26	5,43	2,35	100
ESTADO	39,43	15,73	19,03	10,62	4,09	6,19	4,91	100

FONTE: Tabela IV.

Tabela VI

Composição microrregional da renda interna setorial — 1939

(%)

MICRORREGIÕES	$\frac{RIA_i}{RIA_e}$	$\frac{RII_i}{RII_e}$	$\frac{RICM_i}{RICM_e}$	$\frac{RIS_i}{RIS_e}$	$\frac{RIIF_i}{RIIF_e}$	$\frac{RIG_i}{RIG_e}$	$\frac{RITC_i}{RITC_e}$	$\frac{RIMR_i}{RIRS}$
	308-Porto Alegre	4,97	37,47	49,19	30,47	46,92	30,57	26,11
309-Colonial da Encosta da Serra Geral ...	4,94	2,25	1,58	2,23	2,32	2,43	3,22	3,24
310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	3,02	0,17	0,38	1,09	0,44	0,91	1,12	1,54
311-Vinicultora de Caxias do Sul	3,15	7,28	1,80	3,34	3,64	3,20	2,22	3,53
312.313-Colonial do Vale do Taquari	8,86	4,69	1,78	2,80	2,13	1,73	2,24	5,17
314-Fumicultora de Santa Cruz do Sul	5,87	2,23	2,21	2,00	2,78	1,28	1,46	3,57
315-Vale do Jacuí	5,83	6,86	2,40	4,52	3,90	4,41	6,66	5,07
316-Santa Maria	2,62	1,35	1,89	3,81	2,67	6,32	8,83	2,95
317-Lagoa dos Patos	8,25	6,57	10,35	7,66	5,73	5,71	6,19	7,96
318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos ..	2,01	9,97	9,28	2,95	3,50	4,93	7,51	5,26
319-Lagoa Mirim	4,04	0,36	0,68	2,35	1,21	1,90	2,74	2,30
320-Alto Camaquã	4,29	0,54	0,70	2,74	1,35	1,41	1,93	2,44
321-Campanha	11,68	7,95	9,46	18,17	11,18	16,94	15,41	11,85
322-Triticulora de Cruz Alta	4,18	2,58	1,69	3,89	2,84	7,02	4,02	3,54
323-Colonial das Missões	3,74	0,74	0,81	2,00	1,68	3,25	1,79	2,32
324-Colonial de Santa Rosa	3,15	0,21	0,41	0,77	0,25	0,64	0,46	1,51
325.328.329-Colonial de Iraí+Passo Fundo+ Colonial do Alto Jacuí	8,93	3,91	2,57	4,16	3,39	3,71	4,50	5,66
326-Colonial de Erechim	3,52	2,19	1,21	1,67	1,85	1,00	1,55	2,36
327-Colonial de Ijuí	1,83	1,19	1,04	0,79	0,97	0,39	0,51	1,28
330-Soledade	1,30	0,57	0,18	0,74	0,17	0,38	0,51	0,77
331-Campos de Vacaria	3,82	0,92	0,39	1,85	1,18	1,97	1,02	2,14
ESTADO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Tabela IV.

Tabela VII

Renda interna setorial e total por microrregião — 1949

MICRORREGIÕES	(preços correntes)								
	RIA _i	RII _i	RIOM _i	RIS _i	RIIF _i	RIQ _i	RIIC _i	RIHR _i	
308-Porto Alegre	227 640	1 351 363	1 195 375	991 141	368 815	471 192	353 513	4 959 039	
309-Colonial da Encosta da Serra Geral	214 105	80 908	37 016	73 820	14 845	29 916	34 812	485 422	
310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	119 002	22 491	14 915	43 498	2 620	20 388	14 061	236 974	
311-Viniculadora de Caxias do Sul	415 176	291 504	68 754	128 860	22 942	54 956	34 472	1 016 665	
312,313-Colonial do Vale do Taquari	257 619	111 937	44 195	113 360	12 939	29 966	23 300	593 339	
314-Funciculadora de Santa Cruz do Sul	424 438	91 527	39 548	97 143	14 448	27 170	14 082	708 356	
315-Vale do Jacuí	328 746	242 804	54 765	84 925	20 798	52 981	68 944	853 963	
316-Santa Maria	230 079	45 008	51 975	80 797	16 671	58 249	77 280	560 559	
317-Lagoa dos Patos	333 173	229 151	207 490	136 220	38 422	74 882	64 590	1 083 927	
318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos	164 664	212 696	91 432	68 866	18 496	38 015	131 814	725 984	
319-Lagoa Mirim	464 332	7 114	17 156	21 597	5 239	20 164	18 606	554 208	
320-Alto Camaquã	408 357	13 428	13 451	21 799	5 795	16 422	9 983	489 234	
321-Campanha	518 711	198 986	175 197	210 742	61 760	194 729	136 440	1 498 566	
322-Triticuladora de Cruz Alta	434 099	79 359	40 864	55 276	16 512	57 492	42 734	726 336	
323-Colonial das Missões	126 922	28 360	29 830	46 214	11 749	34 428	17 119	294 621	
324-Colonial de Santa Rosa	152 777	24 503	27 149	42 369	4 128	22 504	14 804	288 233	
325,328,329-Colonial de Inaí+Passo Fundo+Colonial do Alto Jacuí	198 336	127 580	81 468	136 097	26 593	45 820	44 710	660 604	
326-Colonial de Erechim	209 200	88 248	44 915	92 367	12 146	21 873	19 456	488 204	
327-Colonial de Ijuí	81 831	40 182	24 006	25 562	7 145	10 439	6 627	195 790	
330-Soledade	35 129	14 085	5 668	15 541	1 905	6 856	5 267	84 252	
331-Campos de Vacaria	257 664	136 603	20 832	54 805	6 033	23 737	15 887	515 562	
ESTADO	5 602 000	3 437 839	2 286 000	2 541 000	690 000	1 312 000	1 151 000	17 019 839	

FONTE: CENSO ECONÔMICO: Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

Fundação Getúlio Vargas.

NOTA: Estes valores foram divididos por Cr\$ 1.000,00, a fim de colocá-los sob a mesma unidade monetária adotada a partir de 1968, em decorrência da reforma monetária que transformou cada Cr\$ 1.000,00 em Cr\$ 1,00 (cruzeiros novos).

Tabela VIII

Composição relativa, por setor, da renda interna microrregional — 1949

MICRORREGIÕES	RIA _i	RII _i	RIOM _i	RIS _i	RIIF _i	RIQ _i	RIIC _i	RIHR _i	TOTAL
	RIHR _i								
308-Porto Alegre	4,6	27,3	24,1	20,0	7,4	9,5	7,1	100	
309-Colonial da Encosta da Serra Geral	44,1	16,7	7,6	15,2	3,0	6,2	7,2	100	
310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	50,2	9,5	6,3	18,4	1,1	8,6	5,9	100	
311-Viniculadora de Caxias do Sul	49,8	28,7	6,8	12,7	2,3	5,4	3,3	100	
312,313-Colonial do Vale do Taquari	43,4	18,9	7,4	19,1	2,2	5,1	3,9	100	
314-Funciculadora de Santa Cruz do Sul	59,9	12,9	5,6	13,8	2,0	3,8	2,0	100	
315-Vale do Jacuí	38,5	28,4	6,5	9,9	2,4	6,2	8,1	100	
316-Santa Maria	41,0	8,0	9,3	14,3	3,0	10,4	13,9	100	
317-Lagoa dos Patos	30,7	21,1	19,1	12,6	3,6	6,9	6,0	100	
318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos	22,7	29,3	12,6	9,5	2,5	5,2	18,2	100	
319-Lagoa Mirim	83,8	1,3	3,1	3,9	0,9	3,6	3,4	100	
320-Alto Camaquã	83,5	7,7	2,7	4,5	1,2	3,4	2,0	100	
321-Campanha	34,6	13,3	11,7	14,1	4,1	13,0	9,2	100	
322-Triticuladora de Cruz Alta	59,0	10,9	5,6	7,6	2,3	7,9	5,9	100	
323-Colonial das Missões	43,1	9,6	10,1	15,7	4,0	11,7	5,8	100	
324-Colonial de Santa Rosa	53,0	8,6	9,4	14,7	1,4	7,8	5,1	100	
325,328,329-Colonial de Inaí+Passo Fundo+Colonial do Alto Jacuí	30,0	19,3	12,3	20,6	4,1	6,9	6,8	100	
326-Colonial de Erechim	42,9	18,0	9,2	18,9	2,5	4,5	4,0	100	
327-Colonial de Ijuí	41,8	20,5	12,3	13,1	3,6	5,3	3,4	100	
330-Soledade	41,7	16,7	6,7	18,4	2,3	7,9	6,3	100	
331-Campos de Vacaria	50,0	26,5	4,0	10,6	1,2	4,6	3,1	100	
ESTADO	32,9	20,2	13,4	14,9	4,1	7,7	6,8	100	

FONTE: Tabela VII.

Tabela IX

Composição microrregional da renda interna setorial — 1949

MICRORREGIÕES	RIA_i	RII_i	$RICH_i$	RIS_i	$RIFF_i$	RIG_i	$RIIC_i$	$RIMR_i$
	RIA_e	RII_e	$RICH_e$	RIS_e	$RIFF_e$	RIG_e	$RIIC_e$	$RIMR_e$
308-Porto Alegre	4,06	39,31	52,29	39,01	53,45	35,91	30,71	29,1
309-Colônia da Encosta da Serra Ge- ral	3,82	2,36	1,62	2,91	2,15	2,28	3,02	2,9
310-Litoral Setentrional do Rio Gran- de do Sul	2,12	0,55	0,65	1,71	0,38	1,55	1,22	1,3
311-Vinicultora de Caxias do Sul ..	7,41	8,48	3,01	5,07	3,32	4,19	2,99	6,0
312,313-Colônia do Vale do Taquari	4,60	3,26	1,93	4,46	1,88	2,29	2,02	3,5
314-Funcionária de Santa Cruz do Sul	7,58	2,66	1,73	3,90	2,09	2,07	1,22	4,2
315-Vale do Jacuí	5,87	7,06	2,40	3,34	3,01	4,04	5,99	5,0
316-Santa Maria	4,11	1,31	2,27	3,18	2,42	4,44	6,76	3,3
317-Lagoa dos Patos	5,95	6,67	9,08	5,36	5,57	5,71	5,61	6,4
318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos	2,94	6,19	4,00	2,71	2,68	2,90	11,45	4,3
319-Lagoa Mirim	8,29	0,21	0,75	0,85	0,76	1,54	1,62	3,1
320-Alto Canaã	7,29	0,39	0,59	0,86	0,84	1,25	0,87	2,9
321-Campanha	9,26	5,79	7,66	8,29	8,95	14,84	12,03	8,8
322-Triticultora de Cruz Alta	7,74	2,31	1,79	2,18	2,39	4,38	3,72	4,3
323-Colônia das Missões	2,27	0,82	1,30	1,82	1,70	2,62	1,49	1,7
324-Colônia de Santa Rosa	2,73	0,71	1,19	1,67	0,60	1,72	1,29	1,7
325,328,329-Colônia de Iraí/Passo Fundo/Colônia do Alto Jacuí	3,54	3,71	3,56	5,36	3,85	3,49	3,88	3,9
326-Colônia de Erechim	3,73	2,57	1,96	3,64	1,76	1,67	1,69	2,9
327-Colônia de Ijuí	1,46	1,17	1,05	1,01	1,05	0,80	0,58	1,2
330-Soledade	0,63	0,40	0,25	0,61	0,28	0,50	0,46	0,5
331-Campos de Vacaria	4,60	3,97	0,92	2,16	0,87	1,81	1,38	3,0
ESTADO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Tabela VII.

Tabela X

Renda interna setorial e total por microrregião — 1959

(preços correntes)

MICRORREGIÕES	RIA_i	RII_i	$RICH_i$	RIS_i	$RIIFGC_i$	$RIMR_i$
308-Porto Alegre	2 639 505	10 401 514	9 734 845	5 912 681	11 004 473	39 693 019
309-Colônia da Encosta da Serra Ge- ral	1 302 142	719 235	362 738	614 420	750 716	3 749 250
310-Litoral Setentrional do Rio Gran- de do Sul	1 080 316	187 797	180 707	438 641	380 210	2 267 671
311-Vinicultora de Caxias do Sul ..	1 278 893	1 896 767	692 306	689 870	1 179 587	5 737 423
312,313-Colônia do Vale do Taquari	1 874 410	837 677	420 605	545 021	733 746	4 411 459
314-Funcionária de Santa Cruz do Sul	2 683 658	625 592	349 178	485 612	628 871	4 772 911
315-Vale do Jacuí	3 435 242	645 567	397 142	408 199	949 759	5 835 909
316-Santa Maria	1 892 816	282 175	628 689	534 268	1 148 096	4 486 034
317-Lagoa dos Patos	3 868 279	1 576 057	1 573 486	1 075 012	1 903 247	9 996 081
318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos	906 186	2 051 734	1 140 686	378 087	892 828	5 369 521
319-Lagoa Mirim	2 025 259	162 291	148 977	151 178	416 252	2 903 956
320-Alto Canaã	2 411 729	128 923	138 517	184 668	472 657	3 336 494
321-Campanha	7 970 030	1 305 048	1 660 744	1 188 166	3 342 633	15 466 621
322-Triticultora de Cruz Alta	2 633 162	275 386	528 201	485 051	828 440	4 750 240
323-Colônia das Missões	1 938 410	250 036	363 634	340 162	658 507	3 550 750
324-Colônia de Santa Rosa	2 974 978	307 640	433 776	349 514	626 337	4 692 254
325,328,329-Colônia de Iraí/Passo Fundo/Colônia do Alto Jacuí	5 747 854	833 742	735 404	906 482	1 342 015	9 565 496
326-Colônia de Erechim	2 115 683	454 667	332 255	528 720	592 781	4 024 105
327-Colônia de Ijuí	984 071	319 712	377 900	409 578	316 825	2 408 386
330-Soledade	1 025 424	26 316	42 511	57 689	194 789	1 346 730
331-Campos de Vacaria	2 097 953	841 715	286 598	520 043	627 341	4 373 651
ESTADO	52 886 000	24 129 600	20 528 900	16 203 060	28 990 100	142 737 660

FONTE: Tabela VII.

NOTA: Estes valores foram divididos por Cr\$ 1.000,00, a fim de colocá-los sob a mesma unidade monetária adotada a partir de 1968, em decorrência da reforma monetária que transformou cada Cr\$ 1.000,00 em Cr\$ 1,00 (cruzeiros novos).

Tabela XI

Composição relativa, por setor, da renda interna microrregional — 1959

MICRORREGIÕES	(%)					TOTAL
	$\frac{RIA_i}{RIMR_i}$	$\frac{RII_i}{RIMR_i}$	$\frac{RICM_i}{RIMR_i}$	$\frac{RIS_i}{RIMR_i}$	$\frac{RIIFGTC_i}{RIMR_i}$	
308-Porto Alegre	6,6	26,2	24,6	14,9	27,7	100
309-Colonial da Encosta da Serra Geral ...	34,7	19,2	9,7	16,4	20,0	100
310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	47,6	8,3	8,0	19,3	16,8	100
311-Viniculitora de Caxias do Sul	22,3	33,0	12,1	12,0	20,6	100
312.313-Colonial do Vale do Taquari	42,5	19,0	9,5	12,4	16,6	100
314-Fumiculitora de Santa Cruz do Sul	56,2	13,1	7,3	10,2	13,2	100
315-Vale do Jacuí	58,9	11,1	6,8	7,0	16,2	100
316-Santa Maria	42,2	6,3	14,0	11,9	25,6	100
317-Lagoa dos Patos	38,7	15,8	15,7	10,8	19,0	100
318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos ..	16,9	38,2	21,2	7,0	16,7	100
319-Lagoa Mirim	69,7	5,6	5,1	5,2	14,4	100
320-Alto Camaquã	72,3	3,8	4,2	5,5	14,2	100
321-Campanha	51,5	8,4	10,7	7,7	21,7	100
322-Triticulitora de Cruz Alta	55,4	5,8	11,1	10,2	17,5	100
323-Colonial das Missões	54,6	7,0	10,2	9,6	18,6	100
324-Colonial de Santa Rosa	63,4	6,6	9,2	7,4	13,4	100
325.328.329-Colonial de Iraí+Passo Fundo+ Colonial do Alto Jacuí	60,1	8,7	7,7	9,5	14,0	100
326-Colonial de Erechim	52,6	11,3	8,3	13,1	14,7	100
327-Colonial de Ijuí	40,9	13,3	15,7	17,0	13,1	100
330-Soledade	76,0	2,0	3,2	4,3	14,5	100
331-Campos de Vacaria	48,0	19,2	6,6	11,9	14,3	100
ESTADO	37,0	16,9	14,4	11,4	20,3	100

FONTE: Tabela X.

Tabela XII

Composição microrregional da renda interna setorial — 1959

MICRORREGIÕES	(%)					
	$\frac{RIA_i}{RIA_e}$	$\frac{RII_i}{RII_e}$	$\frac{RICM_i}{RICM_e}$	$\frac{RIS_i}{RIS_e}$	$\frac{RIIFGTC_i}{RIIFGTC_e}$	$\frac{RIMR_i}{RIMS}$
308-Porto Alegre	4,99	43,11	47,42	36,49	37,96	27,80
309-Colonial da Encosta da Serra Geral ...	2,46	2,98	1,77	3,79	2,59	2,60
310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	2,04	0,78	0,88	2,71	1,31	1,60
311-Viniculitora de Caxias do Sul	2,42	7,86	3,37	4,26	4,07	4,00
312.313-Colonial do Vale do Taquari	3,54	3,47	2,05	3,36	2,53	3,10
314-Fumiculitora de Santa Cruz do Sul	5,07	2,59	1,70	3,00	2,17	3,30
315-Vale do Jacuí	6,50	2,68	1,93	2,52	3,28	4,10
316-Santa Maria	3,58	1,17	3,06	3,30	3,96	3,20
317-Lagoa dos Patos	7,31	6,53	7,66	6,63	6,57	7,00
318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos ..	1,71	8,50	5,56	2,33	3,08	3,80
319-Lagoa Mirim	3,83	0,67	0,73	0,94	1,44	2,00
320-Alto Camaquã	4,56	0,53	0,67	1,14	1,63	2,40
321-Campanha	15,07	5,41	8,09	7,33	11,53	10,80
322-Triticulitora de Cruz Alta	4,98	1,14	2,57	2,99	2,86	3,30
323-Colonial das Missões	3,67	1,04	1,77	2,10	2,27	2,50
324-Colonial de Santa Rosa	5,63	1,27	2,11	2,16	2,16	3,30
325.328.329-Colonial de Iraí+Passo Fundo+ Colonial do Alto Jacuí	10,87	3,46	3,58	5,59	4,63	6,70
326-Colonial de Erechim	4,00	1,88	1,62	3,26	2,04	2,80
327-Colonial de Ijuí	1,86	1,32	1,84	2,53	1,09	1,70
330-Soledade	1,94	0,12	0,22	0,36	0,67	0,90
331-Campos de Vacaria	3,97	3,49	1,40	3,21	2,16	3,10
ESTADO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Tabela X.

Tabela XIII

Renda interna setorial e total por microrregião - 1970

(preços correntes)

MICRORREGIÕES	RIA _i	RII _i	RICH _i	RI _S _i	RIIF _i	RI _G _i	RIIC _i	RI(MR _i)
308-Porto Alegre	77 326	1 571 163	228 216	707 411	500 039	471 496	247 011	4 802 662
309-Colonial da Encosta da Serra Geral	89 931	93 697	46 931	22 963	16 917	29 642	16 937	317 018
310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	61 916	11 290	21 153	18 057	11 590	19 404	8 810	152 220
311-Viniculadora de Caxias do Sul	117 378	290 115	116 377	56 861	44 366	51 679	34 927	711 703
312,313-Colonial do Vale do Taquari	182 699	91 742	56 245	18 356	17 225	32 537	14 477	413 281
314-Funcilutora de Santa Cruz do Sul	163 327	67 573	62 586	20 125	16 745	28 732	9 556	368 626
315-Vale do Jacuí	105 590	44 884	43 262	16 456	37 858	41 715	17 383	307 148
316-Santa Maria	77 121	30 601	59 227	22 093	32 026	60 857	34 097	216 022
317-Lagoa dos Patos	129 308	121 366	133 997	52 645	48 747	67 081	33 839	586 983
318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos	22 984	87 510	55 475	26 236	28 296	27 346	39 506	287 343
319-Lagoa Mirim	91 308	5 981	19 647	7 486	13 054	13 095	8 761	159 332
320-Alto Camaquã	87 610	12 852	13 162	6 320	19 772	16 306	5 980	162 002
321-Campanha	358 360	66 337	199 720	65 914	92 941	127 616	55 886	966 774
322-Triticuladora de Cruz Alta	157 402	29 283	75 750	16 561	24 878	41 918	20 129	365 921
323-Colonial das Missões	203 213	31 331	70 424	20 316	29 934	31 472	13 104	399 794
324-Colonial de Santa Rosa	245 980	57 120	68 190	21 719	18 369	34 116	11 800	457 294
325,328,329-Colonial de Iraí-Passo Fundo-Colonial do Alto Jacuí	404 655	66 453	152 682	43 725	55 452	67 450	31 784	822 201
326-Colonial de Erechim	108 835	42 665	44 711	25 415	17 508	21 802	10 740	271 666
327-Colonial de Ijuí	90 032	37 411	51 584	17 252	15 785	13 341	7 632	233 037
330-Soledade	53 415	3 867	12 910	3 840	8 871	9 397	4 482	96 782
331-Campos de Vacaria	106 211	43 728	36 751	12 938	17 422	26 725	14 665	258 440
ESTADO	2 934 601	2 806 959	2 568 982	1 202 689	1 067 785	1 233 727	641 506	12 456 249

FONTE: Tabela VII.

NOTA: Estes valores foram divididos por Cr\$ 1.000,00, a fim de colocá-los sob a mesma unidade monetária adotada a partir de 1968, em decorrência da reforma monetária que transformou cada Cr\$ 1.000,00 em Cr\$ 1,00 (cruzeiros novos).

Tabela XIV

Composição relativa, por setor, da renda interna microrregional — 1970

(%)

MICRORREGIÕES	RIA _i RI(MR _i)	RII _i RI(MR _i)	RICH _i RI(MR _i)	RI _S _i RI(MR _i)	RIIF _i RI(MR _i)	RI _G _i RI(MR _i)	RIIC _i RI(MR _i)	TOTAL
308-Porto Alegre	1,61	32,72	25,57	14,73	10,41	9,82	5,14	100
309-Colonial da Encosta da Serra Geral	28,37	29,56	14,80	7,24	5,34	9,35	5,34	100
310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	40,68	7,42	13,90	11,86	7,61	12,75	5,78	100
311-Viniculadora de Caxias do Sul	16,49	40,77	16,35	7,99	6,23	7,26	4,91	100
312,313-Colonial do Vale do Taquari	44,21	22,20	13,61	4,44	4,17	7,87	3,50	100
314-Funcilutora de Santa Cruz do Sul	44,31	18,33	16,97	5,46	4,55	7,79	2,59	100
315-Vale do Jacuí	34,38	14,67	14,09	5,36	22,32	13,58	5,66	100
316-Santa Maria	24,40	9,61	18,74	6,99	10,13	19,27	10,79	100
317-Lagoa dos Patos	22,03	20,68	22,83	8,97	8,30	11,43	5,76	100
318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos	8,00	30,45	19,31	9,13	9,84	9,52	13,75	100
319-Lagoa Mirim	57,31	3,75	12,33	4,70	8,19	8,22	5,50	100
320-Alto Camaquã	54,09	7,93	8,12	3,90	12,20	10,07	3,69	100
321-Campanha	37,07	6,46	20,66	6,82	9,61	13,20	5,78	100
322-Triticuladora de Cruz Alta	43,01	8,00	20,70	4,53	6,80	11,46	5,50	100
323-Colonial das Missões	50,82	7,84	17,62	5,03	7,49	7,47	3,28	100
324-Colonial de Santa Rosa	53,79	12,49	14,91	4,75	4,02	7,46	2,58	100
325,328,329-Colonial de Iraí-Passo Fundo-Colonial do Alto Jacuí	49,21	8,08	14,57	5,32	6,74	8,20	3,87	100
326-Colonial de Erechim	40,06	15,70	16,46	9,36	6,44	8,03	3,95	100
327-Colonial de Ijuí	38,64	16,05	22,14	7,40	6,77	5,72	3,21	100
330-Soledade	55,18	4,00	13,84	3,97	9,17	9,71	4,63	100
331-Campos de Vacaria	41,10	16,92	14,22	5,01	6,74	10,34	5,67	100
ESTADO	23,57	22,53	20,62	9,66	8,57	9,90	5,15	100

FONTE: Tabela XIII.

Tabela XV

Composição microrregional da renda interna setorial — 1970

(3)

MICRORREGIÕES	$\frac{RIA_i}{RIA_e}$	$\frac{RII_i}{RII_e}$	$\frac{RICM_i}{RICM_e}$	$\frac{RIS_i}{RIS_e}$	$\frac{RIIF_i}{RIIF_e}$	$\frac{RIG_i}{RIG_e}$	$\frac{RITC_i}{RITC_e}$	$\frac{RIMR_i}{RIMR_e}$
	308-Porto Alegre	2,63	55,97	47,81	58,82	46,83	38,22	38,50
309-Colonial da Encosta da Serra Geral ...	3,06	3,34	1,83	1,91	1,58	2,40	2,64	2,65
310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	2,11	0,40	0,82	1,50	1,09	1,57	1,38	1,22
311-Vinicultora de Caxias do Sul	4,00	10,34	4,53	4,73	4,15	4,19	5,44	5,71
312.313-Colonial do Vale do Taquari	6,23	3,27	2,19	1,51	1,62	2,64	2,26	3,34
314-Fumicultora de Santa Cruz do Sul	5,57	2,41	2,44	1,67	1,57	2,33	1,49	2,96
315-Vale do Jacuí	3,60	1,60	1,68	1,37	3,55	3,38	2,71	2,47
316-Santa Maria	2,63	1,09	2,31	1,84	3,00	4,93	5,32	2,54
317-Lagoa dos Patos	4,41	4,32	5,22	4,38	4,57	5,44	5,27	4,71
318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos ..	0,78	3,12	2,16	2,18	2,65	2,22	6,16	2,31
319-Lagoa Mirim	3,11	0,21	0,76	0,62	1,22	1,05	1,37	1,28
320-Alto Camaquã	2,99	0,46	0,51	0,53	1,95	1,32	0,93	1,30
321-Campanha	12,21	2,36	7,77	5,48	8,70	10,34	8,71	7,76
322-Triticultora de Cruz Alta	5,36	1,04	2,95	1,38	2,33	3,40	3,14	2,94
323-Colonial das Missões	6,92	1,12	2,74	1,69	2,80	2,55	2,04	3,21
324-Colonial de Santa Rosa	8,38	2,03	2,66	1,81	1,72	2,77	1,84	3,67
325.328.329-Colonial de Iraí+Passo Fundo+ Colonial do Alto Jacuí	13,79	2,37	5,94	3,64	5,19	5,47	4,95	6,60
326-Colonial de Erechim	3,71	1,52	1,74	2,71	1,64	1,77	1,57	2,18
327-Colonial de Ijuí	3,07	1,33	2,01	1,43	1,48	1,08	1,19	1,87
330-Soledade	1,82	0,14	0,50	0,32	0,83	0,76	0,70	0,78
331-Campos de Vacaria	3,62	1,56	1,43	1,08	1,63	2,17	2,29	2,07
ESTADO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Tabela XIII.

Tabela XVI

Coeficientes de desigualdade inter-regional de renda no Rio Grande do Sul — 1939-1970

ANOS	V_w	V_{uw}	M_w
1939	0,493002	0,469061	38,166735
1949	0,545705	0,535021	42,218513
1959	0,313839	0,305930	27,917462
1970	0,398196	0,319227	33,800198

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabelas I e II.

Tabela XVII

Coeficientes de desigualdade inter-regional de renda no Rio Grande do Sul — 1939-1970

ANOS	V_w	V_{uw}	M_w
1939	0,493002	0,469061	38,166735
1949	0,590398	0,524634	44,615076
1959	0,443330	0,386559	35,502802
1970	0,524648	0,396202	42,294999

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Tabela I.

NOTA: Não foi considerado o efeito das migrações.

Tabela XVIII

Taxas anuais de crescimento geométrico da renda interna do Rio Grande do Sul por microrregião — 1939-70

MICRORREGIÕES	1939-49	1949-59	1959-70
308-Porto Alegre	4,22	4,16	10,41
309-Colonial da Encosta da Serra Geral ...	1,54	3,79	6,81
310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul			
311-Vinicultora de Caxias do Sul	1,86	6,04	4,61
312.313-Colonial do Vale do Taquari	8,40	0,59	10,55
314-Fumicultora de Santa Cruz do Sul	-1,12	3,40	7,80
315-Vale do Jacuí	4,46	2,38	5,94
316-Santa Maria	2,76	2,59	2,34
317-Lagoa dos Patos	4,01	4,16	5,07
318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos ..	0,59	5,65	3,36
319-Lagoa Mirim	0,73	3,34	2,50
320-Alto Camaquã	6,39	-0,16	2,73
321-Campanha	4,56	2,51	1,60
322-Triticultora de Cruz Alta	-0,15	6,84	3,94
323-Colonial das Missões	4,81	2,08	5,91
324-Colonial de Santa Rosa	-0,09	8,51	9,59
325.328.329-Colonial de Iraí+Passo Fundo+ Colonial do Alto Jacuí	4,06	11,83	8,18
326-Colonial de Erechim	-0,94	10,52	6,96
327-Colonial de Ijuí	4,91	4,47	4,66
330-Solidade	1,78	8,73	8,11
331-Campos de Vacaria	-1,59	11,62	5,25
ESTADO	6,51	4,77	3,42
ESTADO	2,86	4,65	7,11

FONTE: Tabela I.

NOTA: A correção dos dados foi feita mediante o uso de coeficientes para correção monetária do ativo imobilizado referente ao ano fiscal de 1975, contidos na CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, V. 30, nº 2, Fev., 1976. p. 269.

Tabela XIX

Taxas anuais de crescimento geométrico da população do Rio Grande do Sul por microrregião — 1939-70

MICRORREGIÕES	1939-49	1949-59	1959-70
308-Porto Alegre	3,75	5,44	4,08
309-Colonial da Encosta da Serra Geral ...	0,65	2,67	1,11
310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul			
311-Vinicultora de Caxias do Sul	2,15	0,10	1,32
312.313-Colonial do Vale do Taquari	2,40	3,67	2,79
314-Fumicultora de Santa Cruz do Sul	1,33	2,13	1,14
315-Vale do Jacuí	1,74	2,88	1,85
316-Santa Maria	1,32	-0,08	1,43
317-Lagoa dos Patos	0,42	3,37	2,61
318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos ..	1,70	1,89	2,03
319-Lagoa Mirim	2,47	2,42	1,64
320-Alto Camaquã	0,60	2,58	1,50
321-Campanha	1,12	1,02	-0,36
322-Triticultora de Cruz Alta	1,46	1,69	1,82
323-Colonial das Missões	1,32	1,27	0,65
324-Colonial de Santa Rosa	2,21	2,10	1,80
325.328.329-Colonial de Iraí+Passo Fundo+ Colonial do Alto Jacuí	10,62	1,90	1,22
326-Colonial de Erechim	1,41	3,66	2,50
327-Colonial de Ijuí	2,77	0,81	0,95
330-Solidade	1,44	5,01	2,53
331-Campos de Vacaria	3,15	0,64	0,94
ESTADO	3,11	1,87	0,88
ESTADO	2,29	2,61	2,15

FONTE: Tabela II.

Taxas anuais de crescimento geométrico da renda interna "per capita" do Rio Grande do Sul por microrregião — 1939-70

MICORREGIÕES	1939-49	1949-59	1959-70
308-Porto Alegre	0,46	-1,21	6,40
309-Colonial da Encosta de Serra Geral	0,88	1,09	5,75
310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	-0,28	5,93	3,38
311-Vinicultora de Caxias do Sul	5,86	-2,38	7,85
312,313-Colonial do Vale do Taquari	-2,42	1,24	6,70
314-Funcionadora de Santa Cruz do Sul	2,66	-0,49	4,21
315-Vale do Jacuí	1,42	2,61	1,05
316-Santa Maria	3,58	0,77	2,68
317-Lagoa dos Patos	-1,09	3,68	1,50
318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos	-1,69	0,91	1,01
319-Lagoa Mirim	5,76	-2,67	1,35
320-Alto Camaquã	3,40	1,48	1,93
321-Campanha	-1,59	5,07	2,27
322-Viticultora de Cruz Alta	3,44	0,80	5,30
323-Colonial das Missões	-2,25	6,28	7,85
324-Colonial de Santa Rosa	-5,92	9,74	7,00
325,328,329-Colonial de Inaí+Passo Fundo+Colonial do Alto Jacuí	-2,32	6,62	4,61
326-Colonial de Erechim	2,08	3,62	3,78
327-Colonial de Ijuí	0,14	3,55	5,71
330-Soledade	-4,80	10,91	4,27
331-Campos de Vacaria	3,29	2,85	2,61
ESTADO	0,56	1,99	5,08

FONTE: Tabela 113.

Tabela XXI

Microrregiões que mais contribuíram, empobrecendo ou enriquecendo, para a convergência ou divergência da renda "per capita" inter-regional no Rio Grande do Sul 1939-70

MICORREGIÕES	1939 Ypc1-Ypc2 (A)	1939-49 Y1-Y2 (B)	(A) x (B)	EMPOBRECEU	1949 Ypc1-Ypc2 (C)	1949-59 Y1-Y2 (D)	(C) x (D)	EMPOBRECEU	1959 Ypc1-Ypc2 (E)	1959-70 Y1-Y2 (F)	(E) x (F)	EMPOBRECEU
308-Porto Alegre	+	-	-	empobreciu	+	-	-	empobreciu	+	+	+	enriqueceu
309-Colonial da Encosta de Serra Geral	+	+	+	enriqueceu	+	-	-	empobreciu	+	+	+	enriqueceu
310-Litoral Setentrional do Rio Grande do Sul	+	+	+	empobreciu	-	+	-	enriqueceu	-	-	+	empobreciu
311-Vinicultora de Caxias do Sul	-	+	-	empobreciu	+	-	-	empobreciu	-	+	+	enriqueceu
312,313-Colonial do Vale do Taquari	-	-	+	empobreciu	-	+	-	enriqueceu	-	-	+	empobreciu
314-Funcionadora de Santa Cruz do Sul	-	+	+	enriqueceu	+	+	+	enriqueceu	+	+	+	enriqueceu
315-Vale do Jacuí	-	+	+	enriqueceu	+	+	+	enriqueceu	+	+	+	enriqueceu
316-Santa Maria	+	+	+	enriqueceu	+	+	+	enriqueceu	+	+	+	enriqueceu
317-Lagoa dos Patos	+	-	-	empobreciu	-	+	-	enriqueceu	+	-	-	empobreciu
318-Litoral Oriental da Lagoa dos Patos	+	-	-	empobreciu	-	+	-	enriqueceu	+	-	-	empobreciu
319-Lagoa Mirim	+	+	+	enriqueceu	+	+	+	enriqueceu	+	-	-	empobreciu
320-Alto Camaquã	-	+	-	empobreciu	-	-	+	enriqueceu	-	-	+	empobreciu
321-Campanha	+	+	+	enriqueceu	+	+	-	enriqueceu	+	-	+	empobreciu
322-Viticultora de Cruz Alta	-	+	+	enriqueceu	+	+	-	enriqueceu	+	+	+	enriqueceu
323-Colonial das Missões	-	-	+	empobreciu	-	+	+	enriqueceu	-	+	-	empobreciu
324-Colonial de Santa Rosa	-	-	+	empobreciu	-	+	+	enriqueceu	-	+	-	empobreciu
325,328,329-Colonial de Inaí+Passo Fundo+Colonial do Alto Jacuí	-	+	+	empobreciu	-	+	-	enriqueceu	+	-	+	empobreciu
326-Colonial de Erechim	+	+	+	enriqueceu	-	+	+	enriqueceu	-	-	+	empobreciu
327-Colonial de Ijuí	-	+	+	empobreciu	-	+	+	enriqueceu	+	+	+	enriqueceu
330-Soledade	-	+	+	empobreciu	+	+	+	enriqueceu	-	-	+	empobreciu
331-Campos de Vacaria	-	+	-	empobreciu	-	+	-	enriqueceu	+	+	+	enriqueceu
ESTADO												

FONTE: Tabelas 111 e XX.

BIBLIOGRAFIA

- 01 - ANUÁRIO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA. Porto Alegre, Departamento Estadual de Estatística, 1962.
- 02 - BANCO NACIONAL DO COMÉRCIO. *Estudo econômico da bovinocultura gaúcha*. Porto Alegre, 1969. pt. I.
- 03 - BANDEIRA, P. S. & PIANTÁ, M. M. V. *Região Sul: desníveis econômicos intra-regionais*. Porto Alegre, SUDESUL, 1978. 94p.
- 04 - BAER, Werner. *Industrialização e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1966. 429p.
- 05 - CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930/70*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1981. 447p. (Tese de livre docência).
- 06 - CARRION, Jr., F. M. *RS: política econômica e alternativas*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981. 136p.
- 07 - CENSO DEMOGRÁFICO: Rio Grande do Sul 1940. Rio de Janeiro, IBGE, 1950. 307p.
- 08 - CENSOS ECONÔMICOS, AGRÍCOLA, INDUSTRIAL, COMERCIAL E DOS SERVIÇOS: Rio Grande do Sul 1940. Rio de Janeiro, IBGE, 1950. 325p.
- 09 - CENSO DEMOGRÁFICO: Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, IBGE, 1955. 134p.
- 10 - CENSOS ECONÔMICOS: Rio Grande do Sul 1950. Rio de Janeiro, IBGE, 1956.
- 11 - CENSO AGRÍCOLA: Rio Grande do Sul 1960. Rio de Janeiro, IBGE, 1967. 370p.
- 12 - CENSO COMERCIAL E DOS SERVIÇOS: Paranã, Santa Catarina, Rio Grande do Sul 1960. Rio de Janeiro, IBGE, 1967. 145p.
- 13 - CENSO DEMOGRÁFICO: Rio Grande do Sul 1960. Rio de Janeiro, IBGE, 1966. 137p.
- 14 - CENSO INDUSTRIAL: Paranã, Santa Catarina, Rio Grande do Sul 1960. Rio de Janeiro, IBGE, 1966. 101p.
- 15 - CENSO AGROPECUÁRIO: Rio Grande do Sul, 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1974. 581p.
- 16 - CENSO COMERCIAL: Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1975. 225p.
- 17 - CENSO DEMOGRÁFICO: Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973. 783p.
- 18 - CENSO INDUSTRIAL: Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1974. 255p.
- 19 - CENSO DOS SERVIÇOS: Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1975. 105p.

- 20 - CHALOULT, Yves. *Estado, acumulação e colonialismo interno: contradições nordeste/sudeste: 1960/77*. Petrópolis, Vozes, 1978. 152p.
- 21 - CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, v.30, n.2, fev. 1976. p.269.
- 22 - CONTAS nacionais: revisão e atualização. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, FGV, 25(9):91-114, set. 1971.
- 23 - —. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, FGV, 31(7):90-102, jul. 1977.
- 24 - COSTA, Renato. Características dos dez municípios do Estado em que mais avultou o trabalho do imigrante italiano In: FORTINI, Archymedes. *O 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Sulina, 1952. p.17-20.
- 25 - COUTINHO, Luciano. Desigualdades regionais: uma revisão da literatura. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, FGV, 13(3):63-75, jul./set. 1973.
- 26 - ENGLER, J. J. C. & MEYER, R. L. Trigo: produção, preços e produtividade. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, IEPA, 3(2):341-68, jun. 1973.
- 27 - FRAQUELLI, Jane. A lavoura capitalista do arroz e a crise de 1926. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S., org. *RS: economia e política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979. p.329-57.
- 28 - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *A agricultura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, set. 1978. 114p. (25 Anos de Economia Gaúcha, 3).
- 29 - —. *Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1976. 152p. (25 Anos de Economia Gaúcha, 4).
- 30 - —. *Comércio de mercadorias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre 1980. 106p. (25 Anos de Economia Gaúcha, 5, t.3).
- 31 - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Proposta teórica e análise da indústria. In: —. *A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista*. Porto Alegre, 1983. t.1.
- 32 - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Contas nacionais do Brasil: conceitos e metodologia*. Rio de Janeiro, FGV, 1972. 83p.
- 33 - GONÇALVES, R. & BARROS, A. C. Tendências dos termos de troca: a tese de Prebisch e a economia brasileira — 1850/1979. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, IEPA, 12(1):109-32, abr. 1982.
- 34 - GAUTHIER, H. L. & SEMPLE, R. K. Tendências nas desigualdades regionais da economia brasileira — 1947/66. *Dados*, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, (9):103-12, 1972.
- 35 - GRAHAM, D. H. Padrões de convergência e divergência do crescimento econômico regional e das migrações no Brasil — 1940/60. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, FGV, 23(3):53-76, jul./set. 1969.

- 36 - GARLOW, David C. *Estimates and explanations of regional farm income distribution: the case of Rio Grande do Sul, Brazil, 1930/70.* [s.n.t.]. 184p. (Tese de PhD apresentada à Vanderbilt University, 1979).
- 37 - GEIGER, Pedro Pinchas. Divisão regional e problema regional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 32(2):159-60, abr./jun. 1970.
- 38 - HILHORST, Jos G. M. *Planejamento regional: enfoque sobre sistemas.* Rio de Janeiro, Zahar, 1975. 189p.
- 39 - INCRA. *Levantamento e avaliação de recursos naturais, sócio-econômicos e institucionais do Rio Grande do Sul.* Brasília, 1973. v.1.
- 40 - MIGRAÇÕES internas. *Indicadores Sociais RS.* Porto Alegre, FEE, 4(4):1-81, out. 1976.
- 41 - MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.* Rio de Janeiro, Saga, 1968. 240p.
- 42 - NORTH, Douglas. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, J., org. *Economia regional: textos escolhidos.* Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977. p. 291-313.
- 43 - PASSOS, Carlos A. Os modelos nacionais e os desequilíbrios regionais. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, BADEP, (21):7-29, nov./dez. 1970.
- 44 - PEDRÃO, Fernando C. Las desigualdades regionales en el desarrollo económico. *El Trimestre Económico*, México, Fondo de Cultura Económica, 31(2):179-81, abr./jun. 1964.
- 45 - PIMENTEL, Fortunato. *O Rio Grande do Sul e suas riquezas.* Porto Alegre, Livraria Continente, 1944. 730p.
- 46 - PREBISCH, Raul. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano.* Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964. 206p.
- 47 - REDWOOD III, J. Evolução recente das disparidades de renda regional no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, IPEA, 7(3):485-550, dez. 1977.
- 48 - RICHARDSON, Harry W. *Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional.* Rio de Janeiro, Zahar, 1975. 424p.
- 49 - RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas. *Proposição de organização territorial do Estado para fins de programação regional e urbana.* Porto Alegre, 1974. 188p.
- 50 - ROFMAN, Alejandro. *Desigualdades regionales y concentración económica: el caso argentino.* Buenos Aires, Siap, 1974. 152p.
- 51 - SCHILLING, Paulo R. *Crise econômica no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, Difusão de Cultura Técnica, 1961. 176p.
- 52 - SINGER, Paul I. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana.* São Paulo, Nacional, 1977. 377p.
- 53 - SOUZA, P. R. C. *Um modelo primário exportador regional: o caso do Rio Grande do Sul, Brasil.* Santiago, Universidade do Chile, 1973. 124p. (Tese de mestrado).

- 54 - TOLOSA, H. C. Dualismo no mercado de trabalho urbano. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, IPEA, 5(1):1-36, jun. 1975.
- 55 - WILLIAMSON, J. G. Desigualdade regional e o processo de desenvolvimento nacional: descrição de padrões. In: SCHWARTZMAN, J., org. *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte, CE-DEPLAR, 1977. p.53-116.

ABSTRACT

The main objective of this thesis is to study the evolution of regional income inequalities within the Brazilian state of Rio Grande do Sul between 1939 and 1970.

The first chapter has four sections dealing with research problems, methodological aspects and with the objectives of the study as such.

The second chapter discusses theoretical and practical problems concerning the specific division of Rio Grande do Sul into micro-regions adopted.

The third chapter reviews the theories that are relevant to the study of regional income inequalities.

The fourth chapter discusses some aspects of regional accounts and presents the methods adopted in order to estimate the income of the different micro-region.

The fifth chapter is divided into three sections. The first is a brief historical description of the occupation of Rio Grande do Sul and its development until 1939. The second compares the evolution of spatial income inequalities in the state and in the country as a whole. The last section deals specifically with the evolution of the inequalities within Rio Grande do Sul itself.

The last chapter contains a summary of the previous ones and presents the final conclusions of the study.